UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Pedro Fernandes Bahia Miranda

Território, criminalidade e condição social: evidências da violência política e eleitoral no estado do Rio de Janeiro (2018-2024)

RIO DE JANEIRO
2025

Pedro Fernandes Bahia Miranda

Território, criminalidade e condição social: evidências da violência política e eleitoral no estado do Rio de Janeiro (2018-2024)

Dissertação de Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito exímio para titulação de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Moraes Borba

RIO DE JANEIRO

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

M672

Miranda, Pedro Fernandes Bahia
Território, criminalidade e condição social: evidências da violência política e eleitoral no estado do Rio de Janeiro (2018-2024) / Pedro Fernandes Bahia Miranda. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
110f.

Orientador: Felipe de Moraes Borba.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2025.

1. Violência política. 2. Violência eleitoral. 3. Rio de Janeiro. I. Borba, Felipe de Moraes, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em: 12/02/2025

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Felipe de Moraes Borba (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

_____

Profa. Dra. Mayra Goulart da Silva (Professora externa)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Prof. Dr. Steven Dutt-Ross (Professor interno)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Família Bahia – Adriana, Cláudio, Mari, Troy e Bela –, pelo apoio em todo o processo de realização da Pós-graduação – ainda um privilégio em um país tão desigual. Agradeço à FAPERJ, à CAPES e à PROExC-UNIRIO pelo investimento fundamental na minha pesquisa e no meu desenvolvimento profissional enquanto pesquisador científico ao longo dos anos. Sou grato ao meu orientador, Prof. Dr. Felipe Borba, por abrir as portas do caminho científico na Ciência Política; também reitero um agradecimento especial a Miguel Carnevale e demais pesquisadores do time do GIEL – Beatriz, Isabela, Mariana, Arthur, Robson e Rodrigo – pelo acolhimento e o trabalho diário no OVPE. Agradeço a minha banca de defesa – prof. Dr. Steven Dutt-Ross, por me ensinar a linguagem R e me apresentar ao mundo da estatística. E a profa. Dra. Mayra Goulart, pelos ensinamentos sobre o Rio de Janeiro e a política local. Agradeço, também, aos docentes do PPGCP-UNIRIO pela leitura atenta dos meus textos e das trocas ao longo das disciplinas, em especial às professoras Dra. María Villarreal Villamar, Dra. Luciana Veiga, e Dr. Vinicius Israel; e, por fim, aos demais colegas da vida acadêmica. Nada disso seria possível sem a integral congruência de todos vocês.

RESUMO

Como a violência política e eleitoral se manifesta no estado do Rio de Janeiro? A dissertação investiga o fenômeno da violência contra lideranças políticas fluminenses sob dois aspectos: (i) o impacto da violência criminal – em especial a criminalidade armada – sobre os homicídios políticos e (ii) o perfil social e político das vítimas em relação ao tipo de violência que as acometem. A partir de uma metodologia quantitativa, mobilizou-se dados do Observatório da Violência Política e Eleitoral da UNIRIO (OVPE) coletados entre 2018 e 2024. Ao todo, 307 episódios são contabilizados, com destaque para violência física (165 casos). Desse número, 136 foram homicídios tentados ou consumados. A Região Metropolitana do estado lidera o maior quantitativo de casos, em especial os municípios da Baixada Fluminense. No que diz respeito à influência da violência criminal no território, os resultados dos modelos de regressão de contagem evidenciam que a frequência de homicídio comum municipal contribui com maior número de homicídios de políticos locais. Já em relação ao perfil social e político das vítimas, os modelos de regressão logística indicam que atores não brancos possuem maior chance de sofrerem violência física, enquanto lideranças brancas detêm maior chance de sofrerem violência psicológica. Os achados avançam o estudo da violência política e eleitoral em contexto subnacional, bem como a interseção entre criminalidade armada, identidades e disputa política local violenta no estado do Rio.

Palavras-chave: violência política; violência eleitoral; Rio de Janeiro; Regressão Binomial Negativa Inflada de Zeros; Regressão Logística.

ABSTRACT

How does political and electoral violence manifest in the state of Rio de Janeiro? The dissertation investigates the phenomenon of violence against political leaders in Rio de Janeiro from two aspects: (i) the impact of criminal violence – especially armed crime – on political homicides and (ii) the social and political profile of victims in relation to the type of violence that affects them. Using a quantitative methodology, data from the Observatory of Political and Electoral Violence of UNIRIO (OVPE) was collected between 2018 and 2024. In total, 307 episodes were recorded, with a focus on physical violence (165 cases). Of these, 122 were attempted or completed homicides. The State Metropolitan Region has the highest number of cases, especially the Baixada Fluminense municipalities. Regarding the influence of criminal violence in the territory, the results of the counting regression models show that the frequency of common municipal homicide contributes to a higher number of local politicians' homicides. Concerning the social and political profile of victims, logistic regression models indicate that non-white actors are more likely to suffer physical violence, while white leaders are more likely to suffer psychological violence. The findings advance the study of political and electoral violence in a subnational context, as well as the intersection between armed crime, identities, and violent local political disputes in the state of Rio.

Keywords: political violence; electoral violence; Rio de Janeiro; Zero-inflated Negative Binomial Regression; Logistic Regression.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED	Análise Exploratória de Dados
AIC	Akaike Information Criterion
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
art.	artigo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
freq.	frequência
GENI	Grupos de Estudo dos Novos Ilegalismos
GIEL	Grupo de Investigação Eleitoral
GLM	Generalized Linear Model
H1	Hipótese 1
H2	Hipótese 2
hab.	habitantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
ISP	Instituto de Segurança Pública
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e mais
Log/Ln	Logaritmo natural
NA	Not available
OLS	Ordinary Least Squares
OVPE	Observatório da Violência Política e Eleitoral
OVPM	Observatório da Violência Política contra a Mulher
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PSCL	Political Science Computational Laboratory
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
RMRJ	Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro
ROC	Receiver Operating Characteristic
SUS	Sistema Único de Saúde
TE	Transparência Eleitoral

TRE-RJ	Tribunal Regional Eleitoral do estado do Rio de Janeiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
Tx.	Taxa
UDN	União Democrática Nacional
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
VAWIP	Violence Against Women in Politics
VIF	Variation Inflation Factor
ZINB	Zero-inflated negative binomial model

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema propositivo acerca das hipóteses gerais da pesquisa 20
Figura 2 - Categorias da violência política/Manifestações da violência política 27
Figura 3 - Mosaico de mapas com a distribuição média de homicídios comuns pelos municípios do RJ (2018-2022) 50
Figura 4 - Distribuição dos episódios pelos trimestres (2018-2024) 60
Figura 5 - Distribuição dos tipos de violência (2018-2024) 61
Figura 6 - Distribuição dos subtipos da violência física (2018-2024) 62
Figura 7 - Mapa dos casos de violência política pelos municípios do RJ 62
Figura 8 - Mosaico de mapas com os tipos de violência pelos municípios do RJ 63
Figura 9 - Mapa dos casos de homicídio (tentado e consumado) contra lideranças políticas pelos municípios do RJ 64
Figura 10 - Mosaico de mapas com correlação bivariada entre homicídio comum e homicídio (tentado e consumado) de lideranças políticas pelos municípios do estado do RJ 65
Figura 11 - Mosaico de gráficos do perfil social das lideranças vitimadas no RJ (2018-2024) 76
Figura 12 - Partidos políticos e ideologia da legenda das lideranças vitimadas no RJ 77
Figura 13 - Mosaico de cargos e candidaturas das lideranças vitimadas no RJ (2018-2024) . 78
Figura 14 - Distribuição do tipo de violência pelo sexo das vítimas 79
Figura 15 - Distribuição de tipo de violência por cor/raça autodeclarada 80
Figura 16 - Distribuição dos subtipos da violência física por cor/raça autodeclarada 81
Figura 17 - Resultado dos modelos de regressão logística binários com razão de chances para Violência Física (A) e Violência Psicológica (B) 82
Figura 18 - Mosaico com a distribuição da violência política e eleitoral e dos homicídios (tentados e consumados) contra lideranças pelos municípios do RJ (2018-2024) 103
Figura 19 - Mosaico com a distribuição dos tipos de violência pelos municípios do RJ (2018-2024) 104
Figura 20 - Mosaico dos testes de multicolinearidade (VIF) para Modelos ZINB 2, 3 e 4 .. 105
Figura 21 - Mosaico dos testes de multicolinearidade (VIF), presença de outliers e curva ROC dos Modelos Logísticos Binários de Violência Física 108
Figura 22 – Mosaico dos testes de multicolinearidade (VIF), presença de outliers e curva ROC dos Modelos Logísticos Binários de Violência Psicológica 110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sistematização da Dissertação 24
Tabela 2 - Resumo das características da violência eleitoral segundo Höglund (2009) 30
Tabela 3 - Tipos de cargos de lideranças políticas monitorados pelo OVPE 43
Tabela 4 - Tipologia de violência política e eleitoral adotadas pelo OVPE 44
Tabela 5 - Mensuração do modelo de regressão ZINB 59
Tabela 6 - Resultado dos modelos de regressão ZINB com função de ligação, P valor e AIC 66
Tabela 7 - Mensuração dos modelos de Regressão Logística Binária 75
Tabela 8 - Distribuição da Frequência de homicídio e da taxa de homicídio por 100 mil habitantes pelos municípios do RJ (2018-2022) 97
Tabela 9 - Resultados Modelos ZINB 1 e 2 106
Tabela 10 - Resultados Modelos ZINB 3 e 4 107
Tabela 11 - Resultados Modelos Logísticos Binários de Violência Física 109
Tabela 12 - Resultados Modelos Logísticos Binários de Violência Psicológica 111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**

Lacunas de pesquisa **17**

Questões de pesquisa e objetivos **18**

Hipóteses de pesquisa **19**

Justificativas e contribuições da dissertação **20**

Metodologia, banco de dados e técnicas de pesquisa mobilizadas **21**

Principais achados da dissertação **22**

Sobre a estrutura organizacional da dissertação **23**

1.VIOLÊNCIA POLÍTICA E ELEITORAL: AGENDAS DE INVESTIGAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA **26**

1.1 Marco teórico e conceitos chaves do campo **26**

1.1.1 Violência política versus violência eleitoral: aproximações e distanciamentos 29

1.1.2. Causas, consequência e ramificações da violência eleitoral 31

1.2 As múltiplas dimensões da violência política e eleitoral: gênero e raça em debate **34**

1.3 A violência política e eleitoral no Brasil: tradições de pesquisa **38**

1.4 O Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil: metodologia e definições **41**

2.O CONTEXTO GEOGRÁFICO IMPORTA: TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA CRIMINAL E POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **46**

2.1 Território, crime organizado e política eleitoral: O que informa a literatura sobre tal relacionamento? **46**

2.2 Quando o crime encontra a política fluminense: violência e política local no estado do Rio de Janeiro **50**

2.3 Metodologia **55**

2.4 Análise dos resultados e discussão **60**

2.5 Considerações finais **68**

3.PERFIL SOCIOPOLÍTICO DAS VÍTIMAS E MODALIDADES VIOLENTAS: ASSINALANDO PADRÕES NO ESTADO DO RIO 69

3.1 A relação entre identidades sociais e tipo de violência: panorama teórico e implicações empíricas recentes 69

3.2 Metodologia 73

3.3 Análise de resultados e Discussão 76

3.4 Considerações finais 84

CONCLUSÕES 85

REFERÊNCIAS 88

APÊNDICE A 97

APÊNDICE B 103

APÊNDICE C 105

APÊNDICE D 106

APÊNDICE E 108

APÊNDICE F 109

APÊNDICE G 110

APÊNDICE H 111

INTRODUÇÃO

"Quantos mais precisarão morrer para que esta guerra acabe?"(G1, 2018)[1]. A frase foi a última publicação divulgada pela vereadora carioca Marielle Franco (PSOL-RJ) em seu perfil nas redes sociais. A indagação criticava as operações policiais frequentes no município a partir do plano de Intervenção Federal na Segurança Pública na cidade do Rio, decretado pelo ex-presidente Michel Temer (MDB). No dia seguinte, em 14 de março de 2018, Marielle e o motorista Anderson Gomes foram assassinados ao deixarem, de carro, um evento político no centro da capital.

Para além da repercussão na opinião pública nacional e internacional, o brutal episódio de violência política intensificou pesquisas e agendas de investigação científica voltadas ao mapeamento do fenômeno violento na política brasileira atual. Embora a violência na política seja um dado histórico na formação do país, presente em marcos temporais diversos (CARVALHO, 2002, 2019; LEAL, 2012; SCHWARCZ, 2019; SCHWARCZ; STARLING, 2015), a 'violência política e eleitoral' enquanto agenda de pesquisa institucionalizada e munida de marcos teóricos delineados emergiu internacionalmente em meados do século XX (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020), intensificada pelo contexto histórico do pós-Guerra Fria (NORRIS; FRANK; COMA, 2015), emersão de guerras civis e da terceira onda de democratização de países do Leste Europeu e do Sul Global (MOCHTAK, 2018; WALTER, 2022).

Neste sentido, o fenômeno não é restrito a um local específico. Há diversas contribuições empíricas, com recortes distintos – geográfico, sociodemográfico, religioso, dentre outros - reportando a manifestação da violência na política e/ou em eleições em países de África (BIRCH; MUCHLINSKI, 2020; FJELDE; HÖGLUND, 2016), Ásia (BJARNEGÅRD, 2023; BJARNEGÅRD; HÅKANSSON; ZETTERBERG, 2022; HARISH; TOHA, 2019), Europa (COLLIGNON; CAMPBELL; RÜDIG, 2022; COLLIGNON; RÜDIG, 2020), nos Estados Unidos (HERRICK et al., 2021), e na América Hispânica (ALBAINE, 2015; PONCE, 2019; SERRANO OSWALD, 2023).

No Brasil especificamente, o fenômeno da violência contra lideranças políticas é identificado em todos os estados do país. Segundo dados do boletim trimestral de N°18 do Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE) do GIEL-UNIRIO (2024), entre o primeiro trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2024, foram reportados 2.113 episódios de

[1] Ver: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/quantos-mais-precisarao-morrer-postou-vereadora-um-dia-antes-de-ser-assassinada-no-rj.ghtml

violência contra lideranças políticas brasileiras. Longe de serem atos isolados, fruto de uma coincidência 'natural' do cotidiano da política, os episódios de violência apresentam comportamentos e características comuns, como evidenciam trabalhos empíricos (BIROLI, 2016; BORBA et al., 2022; BORBA; NOGUEIRA, 2018; CARNEVALE, 2024; LIMA; FABRIS; SILVA, 2022).

Tais trabalhos, com recorte geográfico nacional, possuem o mérito de detectar padrões no comportamento das modalidades violentas e descrever o perfil social, político e demográfico das vítimas. Entretanto, é possível concluir que o padrão do comportamento violento no Brasil é semelhante entre todas as regiões e unidades da federação?

Embasado no contexto histórico de desigualdade política e violência social entre as regiões e entes subnacionais do Brasil, um local específico demanda maior atenção: o estado do Rio de Janeiro. Segundo estatísticas recentes, o Rio de Janeiro é uma das unidades da federação com maior quantitativo de casos de violência política e eleitoral no país (GIEL, 2024a). E acredita-se que ao menos três questões presentes na realidade cotidiana do estado do Rio potencializam a ocorrência da violência política e eleitoral: (i) as altas taxas de violência criminal e letalidade violenta nos municípios fluminenses, em especial na Região Metropolitana e na Baixada Fluminense (RODRIGUES et al., 2022); (ii) o avanço indiscriminado do controle territorial de grupos civis armados e paramilitares[2] (GENI-UFF, 2024); e (iii) as múltiplas desigualdades que afetam tanto a participação quanto a representação dos eleitores cariocas e fluminenses.

Em relação à primeira questão, estudos conceituais pontuam como a violência criminal nas periferias urbanas do país é utilizada enquanto estratégia por atores políticos e criminosos a fim de moldar o comportamento político e eleitoral local – a intitulada "política eleitoral criminalizada[3]"(ALBARRACÍN, 2018). Esse relacionamento entre violência criminal e atores políticos é potencializado junto a uma segunda questão: a expansão das organizações criminosas, como o tráfico de drogas, as milícias e os grupos contraventores, sobre zonas territoriais do estado do Rio (CANO; DUARTE, 2012; MANSO, 2020; ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007).

A literatura identifica que organizações criminosas possuem mais do que apenas influência econômica no território a qual dominam ilegitimamente; elas também atuam na

---

[2] Veja os mapas atualizados com a expansão de diferentes organizações criminosas pelo Estado do Rio em: https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/

[3] Tradução livre do termo "*Criminalized electoral politics*". Tal conceituação é desenvolvida no **Capítulo 2**.

disputa política. No estado do Rio em específico, as organizações criminosas adentraram na arena política local, seja disputando eleições, seja interferindo na competição via atos violentos contra lideranças rivais (MARTINS; VENTURA; SOUZA, 2023; VASCONCELOS, 2016).

Alguns exemplos ilustram a proporção pela qual o controle territorial ilegítimo na região alcançou: em 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio (TRE-RJ) modificou o endereço de quase uma centena de seções eleitorais na capital localizadas em áreas controladas por organizações criminosas (REGUEIRA, 2024)[4]. Além disso, ainda sob o contexto da eleição municipal de 2024, foram constatados relatos de cobranças indevidas de dinheiro por traficantes para que candidatos pudessem realizar campanhas eleitorais em territórios controlados por tais criminosos (RIBEIRO; SOARES, 2024).[5] Sendo assim, as organizações criminosas no Rio de Janeiro representam uma ameaça ao pleno funcionamento da disputa democrática partidária local (BORBA et al., 2022).

Por fim, a desigualdade de participação e representação política também é um fator de destaque na problemática. Neste caso, o Rio de Janeiro não é a única unidade da federação que testemunha o baixo número de candidaturas de mulheres, pessoas negras, indígenas, e lideranças LGBT+. Contudo, o estado repete o já desigual padrão nacional. Ainda que mulheres e pessoas negras sejam maioria populacional do estado do Rio (IBGE, 2023a, 2023b), elas são minorias representativas nas instâncias políticas formais, sejam nas prefeituras e câmaras municipais, seja na Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ) e no Executivo estadual[6].

Em adição, minorias representativas no Rio de Janeiro estão mais suscetíveis a determinadas modalidades da violência política e eleitoral. Novamente dados do OVPE (GIEL, 2024a) exibem que lideranças não brancas são mais assassinadas que lideranças brancas no estado; e em relação ao grupamento feminino, mulheres não brancas são mais atingidas pela violência - seja assassinatos ou outras formas violentas - em comparação às mulheres brancas.

---

[4] Grande parte das mudanças das seções foram em localidades da Zona Oeste da capital. Ver: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/08/17/tre-busca-minimizar-influencia-de-trafico-e-milicia-em-votos-com-a-mudanca-de-endereco-de-mais-de-90-secoes-no-rio.ghtml

[5] Na campanha eleitoral de 2024, reportagem exibe que em determinadas áreas do Rio, traficantes cobram suposta 'taxa' para que candidatos possam fazer campanha política eleitoral na localidade. Ver: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/08/25/taxa-de-r-60-mil-e-patrocinio-trafico-e-milicia-cobram-pedagio-para-campanhas-e-ate-lancam-candidatos.ghtml

[6] A título de exemplo, dados sobre o perfil social de candidaturas no TSE mostram que nas eleições estaduais de 2022 no estado do Rio, mulheres representavam apenas 32% das candidaturas a cargos políticos estaduais, enquanto pessoas negras (união de pardas + pretas), 47%. Já nas eleições municipais de 2024, mulheres representam 34% de todas as candidaturas, enquanto pessoas negras representam 50%. Essas e outras informações podem ser acessadas em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painel-perfil-candidato?p0_uf=RJ&session=216094899675450

Lacunas de pesquisa

Acredita-se na existência de uma lacuna de pesquisa em relação à investigação da violência política e eleitoral com foco nos entes subnacionais (HOELSCHER, 2015), sobretudo o estado do Rio de Janeiro, cujo contexto político e social atual justificam – e demandam – um estudo de caso aprofundado. Sendo assim, defende-se a necessidade de uma pesquisa que analise o fenômeno da violência política exclusivamente no estado, relacionando questões contextuais dos territórios, como a criminalidade, a violência social, o avanço de organizações criminosas na arena política e partidária local, bem como as múltiplas desigualdades sociopolíticas intrínsecas no cotidiano político fluminense.

Exercícios embrionários como Lins (2023), Paz (2021) e Marinho e Rodrigues (2024) são contribuições recentes que iniciam um mapeamento exploratório sobre o fenômeno violento na política fluminense, assim como a sua relação com a violência urbana e a criminalidade organizada. Nesse sentido, o que se propõem nesta dissertação é avançar em elementos analíticos adicionais, em especial em se tratando de pesquisas quantitativas.

No que tange ao primeiro elemento adicional, é preciso expandir a coleta de dados, com acréscimo de mais episódios (maior *n*). Além disso, é basilar um monitoramento que inclua diversas modalidades da violência, uma vez que a violência contra políticos não se manifesta apenas por homicídios políticos (comumente a única modalidade monitorada). E, por fim, a introdução de variáveis sociogeográficas e políticas dos municípios fluminenses para melhor análise do relacionamento entre território, violência social e política local. Essas incorporações visam uma elaboração de testes de hipóteses robustos, e por conseguinte, melhores conclusões sobre a realidade política violenta atual no estado do Rio.

Questões de pesquisa e objetivos

Duas principais questões de pesquisa movem esta dissertação, desenvolvidas a partir da literatura sobre a geografia da violência social e política, e influenciadas pela contribuição de Borba et al. (2022) e Carnevale (2024).

A primeira pergunta de pesquisa é: Como as características criminais da cidade – ou seja, a letalidade violenta e o controle territorial por organizações criminosas – afetam a ocorrência de violência política e eleitoral? Aqui, a unidade de análise recai sobre os municípios – o território cuja liderança política atua.

Já a segunda pergunta de pesquisa é: Como o perfil social e político da vítima – sexo, cor/raça, escolaridade, idade, filiação partidária, entre outras variáveis sociodemográficas – se relaciona com o tipo de violência política que sofre? A partir de então, a unidade de análise passa a ser as lideranças políticas – ou seja, os indivíduos vitimados pela violência.

Ciente das duas questões de pesquisas formuladas, a dissertação tem como **objetivo geral** investigar as características – políticas, sociais e territoriais - do fenômeno da violência política e eleitoral nos municípios do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2018 e 2024. A partir desse objetivo maior, deriva-se **quatros objetivos específicos,** cada qual com uma natureza distinta:

1°) Objetivo específico (de natureza descritiva): Identificar os casos de violência política e eleitoral contra lideranças políticas no estado do Rio de Janeiro entre 2018 e 2024;

2°) Objetivo específico (de natureza descritiva): Descrever as características sociopolíticas dos casos de violência política e/ou eleitoral identificados no estado do Rio de Janeiro entre 2018 e 2024;

3°) Objetivo específico (de natureza explicativa): Verificar a associação entre criminalidade local e a ocorrência da violência política nos municípios do estado do Rio de Janeiro entre 2018 e 2024 [Município enquanto unidade de análise];

4°) Objetivo específico (de natureza explicativa): Analisar a relação entre o perfil social e político das vítimas e o tipo de violência [Lideranças enquanto unidade de análise].

Hipóteses de pesquisa

A **hipótese geral** da pesquisa é que a ocorrência da violência política e/ou eleitoral, bem como a suas várias modalidades, está relacionada a dois conjuntos de fatores: (i) as características criminais locais do município na qual a liderança atua politicamente, e (ii) e o perfil social e político da vítima. Do argumento, surgem duas hipóteses específicas.

A primeira hipótese (H1) deriva de estimações que buscam identificar o quão suscetíveis lideranças políticas estão de serem violentas em municípios que já são criminalmente violentos. Esse pressuposto parte de artigos empíricos que analisam como a criminalidade local – mensurada pelos homicídios comuns por habitantes (HOELSCHER, 2015; PONCE, 2019; VILLARREAL, 2002) – influencia a ocorrência da violência política (HERRICK et al., 2021), além de investigações que buscam associar a violência contra políticos junto ao controle territorial de organizações criminosas (ALBARRACÍN, 2018; DANIELE; DIPOPPA, 2017).

Em suma, busca-se compreender o impacto da violência social e o avanço do domínio territorial de grupos civis armados nos municípios do estado – em especial na Baixada Fluminense – sobre a ocorrência da violência contra políticos locais. Dessa maneira, a unidade de análise da H1 é voltada para as cidades fluminenses.

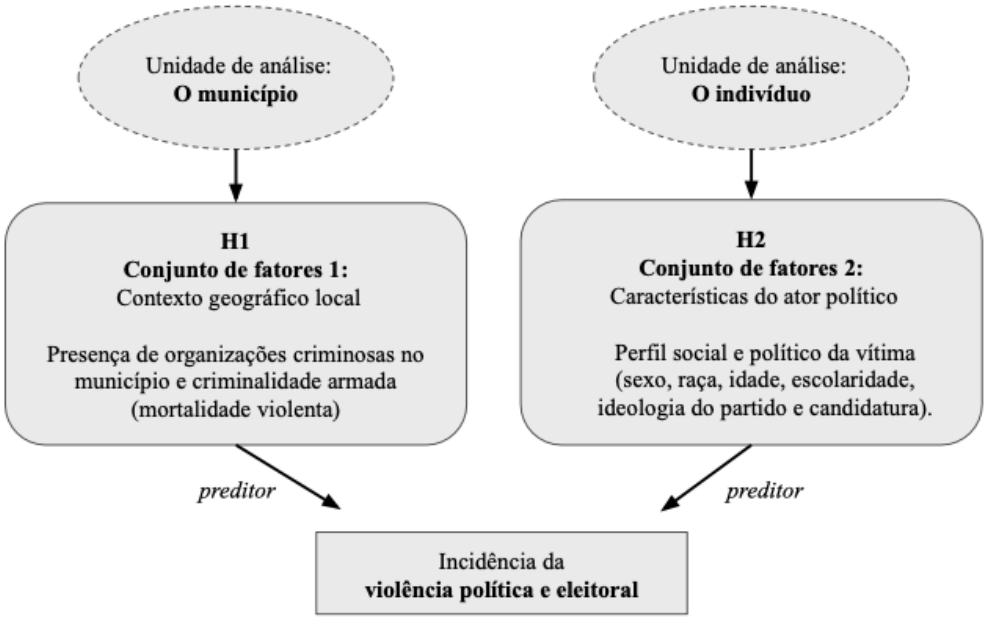
Já a segunda hipótese (H2), por sua vez, advém de investigações empíricas que identificam a influência de variáveis sociais e políticas como sexo, cor/raça, idade, escolaridade, candidatura, ideologia do partido político da vítima, sobre o tipo de violência sofrida. Estudos de diferentes países mostram que mulheres[7] (COLLIGNON; CAMPBELL; RÜDIG, 2022; COLLIGNON; RÜDIG, 2020; HERRICK et al., 2021), e lideranças negras (LIMA; FABRIS; SILVA, 2022; LINS, 2023) são, no geral, atingidas de maneiras distintas pelo fenômeno.

A título de exemplo, Borba et al. (2022) revelam que, no Brasil, lideranças políticas não brancas e com baixa escolaridade detém maior chance de sofrerem assassinatos em relação às lideranças brancas com alta escolaridade. Por adição, Carnevale (2024), a partir da perspectiva interseccional, exibe que lideranças mulheres possuem maior chance de sofrer violência psicológica e violência institucional, enquanto homens, por sua vez, têm maior chance de sofrer violência física e violência patrimonial. No mais, a unidade da análise da investigação da H2

[7] A importância de se estudar a questão de gênero e raça no fenômeno da violência política proporcionou a criação de um subcampo específico de violência política de gênero e racial. Ainda que o foco principal da pesquisa seja a violência política e eleitoral no geral, há uma seção específica do referencial teórico no capítulo 1 desmembrando essas especificidades do campo.

passa a ser as lideranças políticas vitimadas. A **figura 1** resume esquematicamente as proposições das hipóteses do estudo.

Figura 1 - Esquema propositivo acerca das hipóteses gerais da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2024).

Por delimitação de espaço, esclarece-se que a dissertação pretende analisar os dois conjuntos de fatores (i) criminalidade local e (ii) perfil sociopolítico separadamente; ou seja, como, de maneira isolada, cada conjunto de fatores se relacionam à violência política e eleitoral no estado do Rio.

Justificativas e contribuições da dissertação

Dados do OVPE alertam para o aumento dos episódios violentos contra lideranças políticas ao longo dos anos no Brasil. Tal quadro preocupa uma vez que atos de violência política e eleitoral possuem graves consequências ao funcionamento das instituições democráticas, bem como ameaçam a integridade física e psicológica dos atores políticos. Sendo assim, reitera-se o desenvolvimento de pesquisas que aprofundem o entendimento do fenômeno no país, a fim de identificar causas, consequências, e prover estratégias de mitigação.

No que tange às contribuições de pesquisa, a presente dissertação coopera em ao menos três principais aspectos. Primeiro, no fornecimento de dados atualizados sobre episódios de violência contra lideranças políticas no Rio de Janeiro, auxiliando, por sua vez, o avanço empírico do campo de violência política e eleitoral no Brasil.

Ademais, por possuir um recorte geográfico específico do estado do Rio, avança-se nas investigações de violência e política subnacional (HOELSCHER, 2015) ao desagregar a análise da violência eleitoral e ampliar as investigações acerca das microdinâmicas locais (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020).

Por fim, acredita-se que a dissertação aprofunda a discussão teórica sobre desigualdade política e fortalecimento da democracia brasileira, ao detectar problemas de representação e infração de direitos políticos assegurados constitucionalmente pela Carta de 1988.

Metodologia, banco de dados e técnicas de pesquisa mobilizadas

Para concretização dos objetivos da dissertação, o método mobilizado foi o quantitativo. A pesquisa está alinhada ao escopo de trabalho do OVPE. Nesse sentido, parte-se do mesmo entendimento do fenômeno da violência política e eleitoral do país, bem como utiliza os microdados coletados pelo observatório. O observatório é fruto de iniciativa dos pesquisadores do GIEL/UNIRIO como forma de mapear e armazenar, a partir do monitoramento de matérias da imprensa *online*, casos de violência contra lideranças políticas no Brasil.

Quanto ao banco de dados em si, foram realizados dois filtros a fim de condicionar os recortes da pesquisa: um temporal e outro geográfico. O temporal se iniciou em 2018 e vai até o fim de 2024, englobando duas eleições nacionais/estaduais e duas eleições municipais. E o geográfico, na variável unidade da federação, selecionou-se apenas os casos ocorridos no estado do Rio (RJ).

A partir dos objetivos de pesquisa traçados, foram selecionadas ao menos sete covariáveis dado a capacidade de contribuir na confirmação ou não das hipóteses de pesquisa. A variável dependente do estudo é a violência política e eleitoral no estado do Rio (operacionalizada seja pela frequência dos casos ou pelos tipos de violência). As variáveis independentes, por sua vez, referem-se às categorias macrossociais diversas. Em relação à análise das vítimas da violência, mobiliza-se características como sexo, cor/raça autodeclarada, idade, escolaridade, cargo político, e filiação partidária. E em relação ao local de atuação, utiliza-se o nome do município, bem como os índices de criminalidade local.

A maioria das variáveis independentes já estão presentes no banco do observatório. Apenas as informações sobre criminalidade armada, como por exemplo os homicídios comuns e variáveis de controle sobre resultados eleitorais locais, foram coletados individualmente pelo autor, a partir do repositório de dados do Ipea Data Social e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nesse sentido, tem-se a utilização de três bancos de dados secundários: o do OVPE (GIEL, 2024a), o do Ipea (DATASUS, 2022) e o do TSE (2024a, 2024b).

Em relação às técnicas de pesquisas, foi mobilizado um tipo de análise para cada objetivo específico. O objetivo específico 1, de caráter descritivo, deriva do monitoramento e coleta de dados realizado pelos pesquisadores do Observatório. Para o objetivo específico 2, também de caráter descritivo, será realizada uma Análise Exploratória de Dados (AED). Já nos objetivos específicos 3 e 4, de caráter explicativo, serão estimados modelos estatísticos de regressão a fim de testar as hipóteses mobilizadas.

Por fim, ressalta-se que os pormenores sobre as estratégicas, técnicas de pesquisa, visualizações gráficas, modelagem e testes de hipóteses, serão aprofundados nas seções de metodologia presentes tanto no capítulo 2 quanto no capítulo 3.

Principais achados da dissertação

Em resumo, os **resultados** mostram que entre 2018 e 2024, ocorreram 307 episódios de violência contra lideranças políticas no estado do Rio de Janeiro. A violência física se destaca como a modalidade mais comum, somando 169 episódios. Desses, 136 foram homicídios (tentados e consumados). Os municípios com maior número de casos se encontram na Região Metropolitana, com especial atenção à Baixada Fluminense.

Em relação à influência da violência criminal sobre a violência política e eleitoral, resultados do componente de contagem dos modelos de regressão *Zero-inflated negative binomial* (ZINB) indicam significância estatística entre homicídios comuns e homicídios de lideranças políticas nos municípios. Dados apontam que o aumento na frequência de homicídios comuns da cidade está associado ao aumento da ocorrência de homicídios tentados e consumados de lideranças políticas no município.

No que diz respeito ao perfil social e político das vítimas, a maioria das lideranças eram homens e brancos, seguindo prognóstico das análises nacionais. No entanto, ao cruzar a variável cor/raça com as modalidades de violência, lideranças não brancas sofrem mais homicídios em comparação às brancas no estado do Rio.

Por adição, os resultados dos modelos de regressão logística binária mostram que lideranças não brancas possuem, aproximadamente, chance duas vezes maior de sofrerem violência física. Já as lideranças brancas, por sua vez, possuem chance duas vezes maior de receber violência psicológica.

Sobre a estrutura organizacional da dissertação

Além desta introdução, a dissertação é composta por três capítulos e uma conclusão ao final. O primeiro capítulo refere-se à revisão teórica da literatura pertinente, assim como apresenta a construção histórica do campo e a conceituação de violência política e eleitoral cuja dissertação se alinha. Em seguida, o capítulo 2 adentra no contexto da pesquisa de dissertação, apresentando o cenário de violência social do estado do Rio de Janeiro, bem como investigando sua relação com a violência política e eleitoral local. O terceiro capítulo, por sua vez, refere-se aos alvos da violência, ao traçar o perfil social e político das vítimas no estado do Rio. Por fim, há uma conclusão que resume os principais achados e aponta lacunas de pesquisa a serem aprofundadas futuramente. A **tabela 1** sistematiza os principais pontos da **Introdução**.

Tabela 1 - Sistematização da Dissertação

Tema de pesquisa	Violência política e eleitoral
Recorte temporal	2018 a 2024
Recorte geográfico	Estado do Rio de Janeiro (RJ)
Principais questões de pesquisa	1. Como os índices de criminalidade local afetam a ocorrência da violência política no estado do Rio de Janeiro? 2. Como o perfil social e político da vítima impacta o tipo de violência sofrida?
Objetivos	
Objetivo Geral	Investigar as características do fenômeno da violência política no estado do Rio de Janeiro entre 2018 e 2024.
Objetivo específico 1 (descritivo)	1. Identificar os casos de violência política no estado do Rio;
Objetivo específico 2 (descritivo)	2. Descrever as características dos casos coletados;
Objetivo específico 3 (explicativo)	3. Verificar a associação entre a criminalidade local e a ocorrência da violência política.
Objetivo específico 4 (explicativo)	4. Analisar a relação entre o perfil social e político das vítimas e o tipo de violência que a acometeu;
Hipóteses	1. Os índices de criminalidade local impactam na ocorrência de violência política no município, sobretudo homicídios. 2. O perfil sociopolítico das vítimas afeta o tipo de violência política que a acomete.
Justificativas	1. Fornecer estatísticas atualizadas sobre violência política para o público em geral;

	2. Avançar no campo empírico brasileiro de estudos de Violência Política e Eleitoral; 3. Contribuir com estudos locais sobre o Rio de Janeiro; 4. Aprofundar no entendimento das desigualdades estruturais que afetam a política e a democracia brasileira e local.
Variáveis	
Dependente (Em função do teste)	1. Ocorrência de violência política; 2. Tipos de violência política.
Independentes	1. Sexo; 2. Cor/raça; 3. Ideologia do partido político; 4. Faixa etária; 5. Escolaridade; 6. Candidatura; 7. Região geográfica; 8. Frequência de homicídio comum no município; 9. Dentre outras variáveis de controle.
Método	Quantitativo.
Técnicas mobilizadas	1. Análise Exploratória de Dados (AED). 2. Testes estatísticos – modelos de regressão: Modelo ZINB e regressão logística binária.
Fonte de dados utilizadas	1. OVPE do GIEL/UNIRIO; 2. DataSUS via Ipea Data Social; 3. TSE.

Fonte: Elaboração própria.

1. VIOLÊNCIA POLÍTICA E ELEITORAL: AGENDAS DE INVESTIGAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

O presente capítulo dispõe uma revisão teórica a partir da análise da literatura pertinente no campo de estudo da violência política e eleitoral. O objetivo é destrinchar a origem da agenda de pesquisa e seu aperfeiçoamento ao longo tempo, bem como mapear conceitos chaves, as ramificações do campo e, por fim, posicionar qual caminho teórico e quais definições prévias são utilizadas na pesquisa.

Desta maneira, o capítulo está divido em três seções: a **seção 1.1** retoma o nascimento e aperfeiçoamento internacional do campo de pesquisa em 'violência política e eleitoral', as múltiplas definições presentes na literatura e suas respectivas ramificações. Em seguida, a **seção 1.2** discorre sobre os subcampos de 'violência política de gênero' e a 'violência política racial'. A **seção 1.3**, por sua vez, discute a matéria no Brasil, e apresenta as principais contribuições recentes sobre o cenário nacional e subnacional. Além disso, aborda a influência teórica que a dissertação se alinha, e aponta as classificações adotadas pelo Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE) do GIEL/UNIRIO.

1.1 Marco teórico e conceitos chaves do campo

O objetivo desta seção é esclarecer sobre qual contexto histórico-temporal o campo de estudos de conflitos e violência política emerge, bem como visa conceituar a violência política, explicar subcategorias – em especial a violência eleitoral, e diferenciar das demais formas de manifestações violentas.

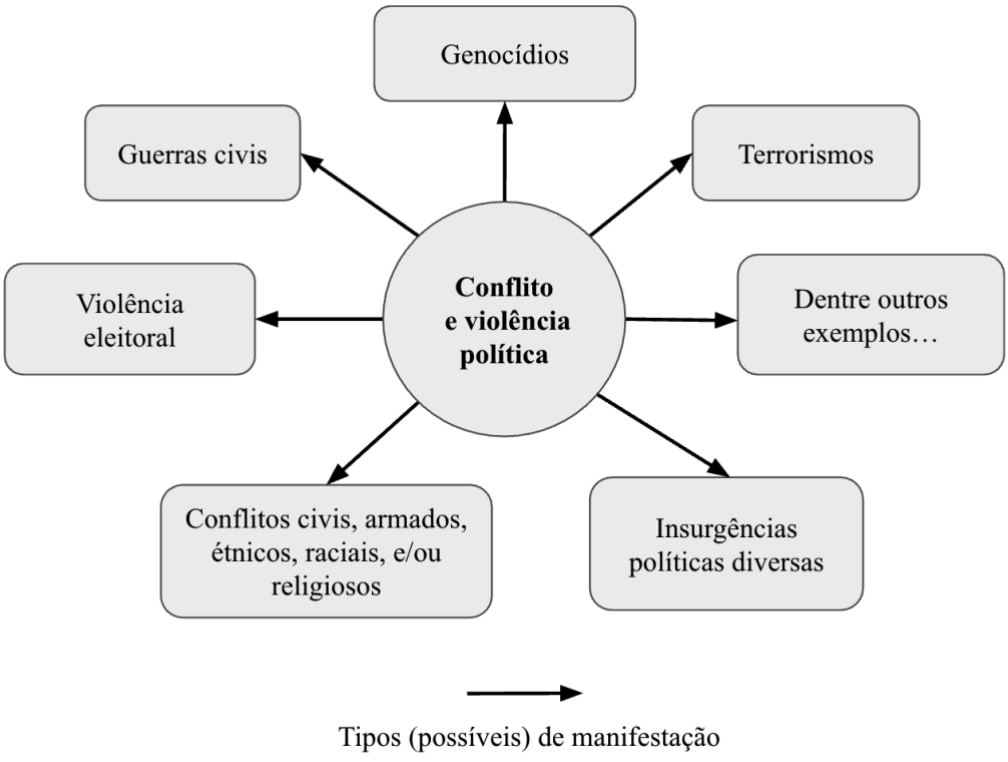
De maneira ampla e generalizante, revisões de literatura no campo da ciência política identificam o início de pesquisas sobre conflitos políticos violentos em meados do século XX (DAVENPORT et al., 2019). A partir da década de 1970, transcorre uma intensificação tanto da produção científica quando da diversidade de tópicos sobre estudo de conflitos, que envolvem desde movimentos sociais, insurreições, revoluções, terrorismo, dentre outros exemplos (DAVENPORT et al., 2019).

Walter (2022) argumenta que o interesse sobre a temática, bem como o aumento da produção de conhecimento científico sobre, pode ser explicado exatamente pelo contexto histórico do período. A partir da década de 1980, testemunhou-se o desmantelamento da Guerra Fria, o surgimento de confrontos territoriais relevantes, e sobretudo, o surgimento de novas nações acompanhada de transições democráticas (também chamado de terceira onda de

democratização) em diversos países da Europa Oriental e do Sul Global (WALTER, 2022). Tal ambiente motivou, por exemplo, o surgimento de variados conflitos armados civis, demandando estudos – e pesquisadores e agências internacionais – a fim de compreender esses fenômenos e contê-los futuramente (WALTER, 2022).

Contudo, ao longo das décadas, o campo de estudos de violência política se diversifica, assim como a amplitude de conceituação da violência política e suas respectivas interpretações (DELLA PORTA, 2013). A título de exemplo, Boyle (2012) afirma que existem duas gerações de pesquisadores do campo. A geração 'antiga' focava em identificar variáveis e relacionar, causalmente, a ocorrência da violência política – e seus diversos tipos. Já a geração mais recente, datada dos anos 2000 em diante, tem como foco de investigação analisar os tipos de violência, bem como a sua transformação ao longo do tempo (BOYLE, 2012). A **figura 2** a seguir é uma ilustração das ramificações possíveis dos diversos tipos de violência política.

Figura 2 - Categorias da violência política/Manifestações da violência política



Fonte: Elaboração própria a partir da reunião da literatura teórica do campo, tais como Birch, Daexecker e Höglund (2020), Höglund (2009), Boyle (2012), Della Porta (2013), Valentino (2014) e Walter (2022).

Essa mudança de paradigma entre as gerações de pesquisadores acarretou consequências para a própria área. Uma delas foi o amadurecimento da pesquisa científica e

melhora nos trabalhos empíricos, com novos acessos a microdados e ampla diversificação teórica – fundamental em qualquer campo de pesquisa (BOYLE, 2012). Por outro lado, a diversificação intensa gerou uma hiper fragmentação, que por sua vez, dificulta uma análise coesa do termo: o que seria, afinal, "violência política"?

Atualmente, a partir da diversa literatura conceitual, o campo de estudo de violência política e conflitos englobam investigações sobre atos terrorista, repressão estatal, insurreição, conflitos armados, genocídios, conflitos étnicos e/ou religiosos, violência estatal, dentre outros exemplos (BOYLE, 2012). O argumento exemplifica a dificuldade inerente de se definir o que é violência política, e quais são as suas ramificações.

Em um exercício de simplificação conceitual, Valentino (2014), ao sistematizar a produção científica sobre violência política contra civis no campo da Ciência Política, conceitua o fenômeno como distintas formas de violência organizada mobilizada por atores políticos diversos, sejam eles estatais ou não estatais. Ainda que haja discordância e diversificação da conceituação, o sistematizador nota um consenso entre os pesquisadores em relação a matéria: ambos entendem a violência política como ferramenta para alcançar um determinado fim (VALENTINO, 2014).

De maneira similar, Della Porta (2013) classifica violência política enquanto repertório da ação coletiva guiado por um objetivo político. Tal ação estaria relacionada, necessariamente, a uma força física e com uma consequência: atingir um adversário (DELLA PORTA, 2013). Nos países democráticos, alguns exemplos da manifestação desta ação coletiva violenta e física remetem a ataques às propriedades, assaltos, invasões armadas, bombardeiro, sequestros, tumultos, confrontos violentos entre grupos, sejam eles políticos, étnicos, policiais, ou ainda, ataques físicos a alvos específicos, dentre outros exemplos (DELLA PORTA, 2013).

Partindo dessa definição, Della Porta (2013) distende tipologias da violência política baseado em duas principais dimensões: (i) a intensidade da violência, sendo de nível baixo (não costuma incluir ataque a pessoas) e de nível alto (inclui assassinatos políticos), e (ii) o nível organizacional, ou seja, se a organização é aberta ou clandestina. Dessa maneira, a autora pontua a existência de quatro tipos de violência política: a violência não especializada (baixo nível de violência e de organização); a violência política semimilitar (baixo nível de violência porém com alta organização); a violência autônoma (alto nível de violência e baixa organização) e a violência clandestina (a forma mais radical da violência, possuindo alto nível de violência e alta organização) (DELLA PORTA, 2013).

Entretanto, ainda que essas compreensões acerca da violência política ofereçam direcionamentos a interpretação do fenômeno, permanecem abrangentes, sobretudo em relação

a uma categoria específica de violência: a relacionada a processos eleitorais. Tal violência é denominada comumente como "violência eleitoral", que sucede em um subcampo investigativo distinto.

1.1.1 Violência política versus violência eleitoral: aproximações e distanciamentos

A violência eleitoral é entendida como um tipo específico da manifestação violenta (HÖGLUND, 2009), sendo uma subcategoria da violência política (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020; HÖGLUND, 2009). Em democracias liberais modernas, as eleições são métodos de escolhas de governos, além de instrumento para transições de poder pacíficas (PRZEWORSKI, 2021). Sob tal perspectiva, a violência eleitoral constitui atos violentos que objetivam interferir no curso das eleições (HÖGLUND, 2009).

Em resumo, o campo de estudos de violência eleitoral caracteriza o fenômeno como uma ferramenta utilizada por atores específicos e com objetivos claros: interferir no processo eleitoral e, consequentemente, nos resultados cujo processo sucede (MOCHTAK, 2018). Nesse sentido, diferentemente de uma violência criminal simplesmente, há uma intenção clara e relacional com o processo eleitoral (MOCHTAK, 2018).

Autores pontuam o trabalho de Fisher (2002) como uma das primeiras tentativas de conceituar e delimitar o fenômeno da violência em eleições contemporâneas (BORBA et al., 2022). Ao desenvolver relatoria sobre conflitos em processos eleitorais de países em Ásia, África, América Latina e Europa Oriental, o pesquisador conceitua o fenômeno enquanto[8] "qualquer ato ou ameaça aleatória ou organizada para intimidar, ferir fisicamente, chantagear ou abusar de um ator político na tentativa de determinar, atrasar ou influenciar, de alguma forma, um processo eleitoral" (FISCHER, 2002, p. 3, Tradução nossa). Tais atos podem vir a ocorrer em cinco momentos do processo eleitoral: no processo de registro (*Identity conflict*), no momento da campanha (*Campaign conflict),* no dia dos pleitos (*Balloting conflict*), na contagem dos resultados (*Results conflict*) e/ou na transição do governo após os resultados (*Representation conflict*) (FISCHER, 2002).

Em complemento, Höglund (2009), ao diferenciar a violência em eleições de outros tipos de violência política como terrorismo, guerras civis e conflitos armados, pontua duas

[8] Em Fisher (2002), não há menção explícita ao termo "*Electoral violence*" - comumente usado após a publicação de Höglund (2009). Por se tratar de algo anterior, o autor se refere ao fenômeno como "*Electoral conflict and violence*".

características essenciais para confirmar se a violência é ou não eleitoral: (i) os motivos – que precisam estar, necessariamente, relacionados a interferência do processo eleitoral, e (ii) o *timing* – o período em que ocorrem – necessitam estar relacionados ao calendário eleitoral. Esses dois, por sua vez, sucedem outros três atributos auxiliadores na caracterização da violência eleitoral: (iii) os atores/perpetradores da violência, (iv) as atividades violentas, e por fim, (v) quem são os alvos da violência. A **tabela 2** a seguir é uma simplificação dos elementos fundamentais da caracterização da violência eleitoral discutidos pela autora.

Tabela 2 - Resumo das características da violência eleitoral segundo Höglund (2009)

Caraterísticas	**Resumo**	**Tipos/explicações**
(i)Motivos	Qual a justificativa que move um ato de violência eleitoral?	Interferir no processo eleitoral
(ii)Timing	Em que período – temporal – a violência eleitoral pode vir a acontecer?	1. Pré-eleitoral 2. Eleitoral 3. No(s) dia(s) da eleição 4. Pós-eleitoral
(iii)Atores	Quem realiza a violência eleitoral?	1. Atores governamentais 2. Atores da oposição
(iv)Atividades	Quais são as ações violentas possíveis?	1. Assédio 2. Agressão 3. Intimidação 4. Rebelião 5. Destruição de propriedade 6. Assassinato político
(v)Alvos	Quais são os alvos possíveis de serem acometidos pela violência eleitoral?	1. *Stakeholders* eleitorais (Candidatos, eleitores, trabalhadores eleitorais e afins) 2. *Electoral information* (Registro de votos, contagem, urna, materiais de campanha e afins) 3. *Electoral facilities* (Locais de votação e contagem) 4. Eventos eleitorais (Atos de campanha)

Fonte: Elaboração própria a partir de Höglund (2009).

Essas categorias se apresentam como uma base conceitual relevante ao passo que influencia grande parte da produção empírica do campo[9]. Contudo, é importante esclarecer que outros autores posteriormente ampliam as características conceituadas seja por Fischer (2002), seja as desenvolvidas por Höglund (2009). A título de exemplo, Staniland (2014) elabora sete

[9] A conceituação de Höglund (2009), bem como as características que compõem a violência eleitoral. influencia o trabalho do Observatório da Violência Política e Eleitoral do GIEL/UNIRIO, sobretudo em relação aos alvos intitulados "*stakeholders* eleitorais", uma vez que seu monitoramento abrange apenas candidatos e lideranças políticas. Mais informações são aprofundadas na **seção 1.3** deste capítulo.

tipos de violência eleitoral a partir dos atores envolvidos e dos objetivos políticos almejados. Para o autor, existem quatro tipos de atores da violência eleitoral: estado, forças não-estatais, grupos opositores e grupos políticos desalinhados (STANILAND, 2014). Tais atores, por sua vez, podem guiar-se por dois objetivos: "sistêmico" – manter o poder, ou "antisistêmico" – mudar *o status-quo* (STANILAND, 2014).

Por fim, uma última tentativa recente de caracterizar a violência eleitoral é de Harish e Toha (2019). Ao realizarem um estudo de caso sobre violência eleitoral na Indonésia entre 2012 e 2015, os pesquisadores concluíram que a violência eleitoral precisa ser desagregada por ciclo eleitoral – ou seja, se acontecem antes ou depois da eleição –,e por tipos de alvo.

No primeiro, autores notam que as estratégias dos perpetradores mudam a partir do ciclo em que a eleição se encontra; já no segundo, observam que atores governamentais e agências são mais atingidos por atos de violência em comparação a outros alvos (HARISH; TOHA, 2019). Esse argumento, ainda que não seja possível generalizações com outros países, se relaciona à decisão do OVPE do GIEL/UNIRIO – e desta dissertação–, em focar, unicamente, nas lideranças políticas enquanto alvos.

Em resumo, o que necessita ficar claro é que, enquanto a violência política se refere a atos de violência com objetivos políticos, e não necessariamente ocorre dentro de um ciclo eleitoral, ou tem como motivo principal atingir o processo e os resultados de eleições. Por outro lado, a violência eleitoral, enquanto subcategoria da violência política (HÖGLUND, 2009), é caracterizada como atos de violência cujo objetivo é estritamente atingir o processo eleitoral (HÖGLUND, 2009; MOCHTAK, 2018).

1.1.2. Causas, consequência e ramificações da violência eleitoral

No que diz respeito às causas da violência eleitoral, Höglund (2009) elenca três contextos que países/localidades possuem e que podem vir a intensificar a ocorrência de violência eleitoral[10]. Um deles é a natureza da política local, como por exemplo, a existência de uma cultura de patronagem e clientelismo, ou uma cultura de violência coercitiva e impunidade, além de atores políticos radicalizados e armados (HÖGLUND, 2009).

A natureza das eleições constitui outro fator da ocorrência de violência eleitoral. Segundo Höglund (2009), a intensa competição política e eleitoral, bem como o tipo de eleição

[10] Para mais informações sobre, ver Tabela 2 de Höglund (2009).

(majoritária ou proporcional) podem influenciar na ocorrência de violência. A terceira e última causa que propicia a ocorrência da violência eleitoral é o desenho das instituições eleitorais. As instituições eleitorais podem vir a encorajar ou impedir a ocorrência da violência eleitoral, uma vez que o desenho do sistema eleitoral ou os órgãos formalizados/agências de controle que administram o processo eleitoral podem condicionar a eclosão de conflitos violentos (HÖGLUND, 2009).

De maneira complementar, Norris, Frank e Coma (2015) também elencam condicionantes políticas potencializadoras para com o risco de manifestação do fenômeno violento em processos eleitorais. Uma delas é o tipo de regime político. Numa categorização que varia em três modelos distintos de regime – autocracias/ditaduras, híbridos, e democracias – os autores alegam que sob regimes híbridos – ou seja, aqueles regimes que na escala de nível de democratização encontram-se em um estágio intermediário, transitório – há uma chance maior de ocorrência de violência (NORRIS; FRANK; COMA, 2015).

Por adição, uma segunda gama de fatores da violência política e eleitoral está relacionada às questões sociais, como conflitos étnicos e religiosos, e a violência criminal (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020). Em sociedades com clivagens étnicas agudas ou conflitos históricos de origens religiosas, a violência pode ser manipulada por atores políticos com fins eleitorais (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020). Já em relação à criminalidade, localidades com forte presença de atores armados, e onde há uma naturalização do uso da repressão, a ocorrência da violência em processos eleitorais é, também, potencializada (HÖGLUND, 2009).

Nesses casos, reconhece-se que atores políticos podem mobilizar de forma complementar a estratégia de busca de votos junto ao uso da violência (DUNNING, 2011). Logo, a violência eleitoral e a violência criminal se confundem, o que dificulta uma distinção (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020). E esse cenário é ainda mais crítico no contexto de países da América Latina, cujas democracias pouco consolidadas possuem instituições políticas e eleitorais frágeis, o que incitava a ação violenta por parte dos atores políticos (HOELSCHER, 2015). No mais, uma análise mais aprofundada sobre as características desse relacionamento entre crime e política local é realizada no **capítulo 2** da dissertação.

Assim como a violência política, a violência eleitoral também sucede em subtipos diversos, sendo a manifestação de fenômenos variados (STANILAND, 2014). Em uma tentativa de organizar o campo, Birch, Daxecker e Höglund (2020) – três pioneiras no estudo de violência eleitoral internacionalmente, afirmam que o campo surge, separadamente, de duas áreas distintas.

De um lado há o campo de violência política e conflito, voltado para investigações que tratam da relação entre eleições, ciclos eleitorais, conflitos e o desenvolvimento de guerras civis; de outro, a área de má conduta eleitoral – "*electoral misconduct"* (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020), marcada por estudos sobre fraudes eleitorais – tal como Lehoucq (2003), focados em manipulação do processo eleitoral, clientelismo e outros tipos de violência coercitiva que buscam interferir em eleições (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020). Além disso, esses últimos tipos de violência eleitoral podem ser caracterizados por formas "não-violentas". Ou seja, práticas de manipulação eleitoral que podem não envolver agressões, porém possuem o mesmo objetivo: interferir no processo eleitoral.

No que diz respeito aos efeitos do fenômeno, além de afetar a integridade física e mental dos atores políticos vitimados, os atos de violência política e eleitoral possuem diversas consequências à sociedade, à política, e ao sistema democrático como um todo. Em primeiro lugar, a violência política e eleitoral pode gerar uma diminuição no número de candidaturas em processos eleitorais. Atores políticos, temendo sofrerem algum tipo de ataque, podem desistir de candidaturas (HÖGLUND, 2009) ou se retirarem da vida pública, o que afeta diretamente a representação política democrática (STANILAND, 2011).

Essa consequência é ainda mais preocupante para minorias representativas, como por exemplo mulheres, minorias étnicas, raciais, religiosas, e indivíduos LGBT+. Sub-representadas nas instâncias de poder político formal, a violência se coloca como mais um entrave ao avanço da participação desses grupos, novamente atingindo um pilar fundamental da democracia liberal: a prevalência ao direito de se candidatar e de ser eleito em processos eleitorais justos e competitivos (COLLIGNON; RÜDIG, 2020).

Do ponto de vista do eleitorado, a violência política e eleitoral pode aumentar a ausência de cidadãos em pleitos eleitorais. Locais de votações marcados por atos de violência podem desestimular eleitores a comparecer à urna eleitoral, ocasionando um aumento da abstenção eleitoral (HÖGLUND, 2009).

Além disso, a violência política e eleitoral pode gerar convulsões sociais mais intensas, como por exemplo conflitos civis e insurreições generalizadas (STANILAND, 2011). Pesquisadores alertam também para os efeitos nocivos ao ambiente democrático como um todo, tais como a naturalização da violência no espaço político (STANILAND, 2011), a ascensão de líderes populistas e totalitários (HÖGLUND, 2009), a adesão às instituições democráticas (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020), como a queda na confiança no poder do voto (VAN BAALEN, 2024).

Tal como existe uma diversidade de análises teóricas e conceituais sobre o tema da violência política e eleitoral, o mesmo ocorre para com as análises empíricas. Há estudos que focam, por exemplo, no comportamento e atitude de indivíduos ou espectros ideológicos em suporte a atos violentos (NAI; YOUNG, 2024). Outros, por sua vez, buscam investigar os atores políticos enquanto alvos da violência (BJARNEGÅRD; HÅKANSSON; ZETTERBERG, 2022; BORBA et al., 2022; COLLIGNON; CAMPBELL; RÜDIG, 2022; COLLIGNON; RÜDIG, 2020; HERRICK et al., 2021; LIMA; FABRIS; SILVA, 2022; SERRANO OSWALD, 2023).

Esta última leva de trabalhos acerca da violência contra lideranças políticas, sobretudo em períodos eleitorais (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020), vem ganhando espaço na discussão de estudos políticos, sejam em países com democracias consolidadas – tendo como exemplo estudos empíricos nos Estados Unidos (HERRICK et al., 2021), na Itália (DANIELE; DIPOPPA, 2017), no Reino Unido (COLLIGNON; CAMPBELL; RÜDIG, 2022; COLLIGNON; RÜDIG, 2020) – seja em países com regimes democráticos em processos transicionais, como recém democracias em África e Ásia (BIRCH; MUCHLINSKI, 2020).

No entanto, nos últimos anos nota-se uma ramificação no campo de violência política e eleitoral com foco em duas preceptivas: o debate de gênero e racial. Tais perspectivas se tornam fundamentais para entendimento aprofundado das manifestações da violência política e eleitoral, sobretudo no contexto brasileiro.

1.2 As múltiplas dimensões da violência política e eleitoral: gênero e raça em debate

A construção de um campo de estudo sobre violência política de gênero parte do entendimento de que o termo ‘gênero’ – diferentemente do conceito de ‘sexo’, restritivo a biologia, mas enquanto uma construção social (SCHWARCZ, 2019) – constitui-se como uma categoria de análise histórica substancial (SCOTT, 1995), sobretudo quando se analisa violência contra mulheres na política, cujo campo teórico e empírico cresce exponencialmente (KROOK, 2018).

Ainda que lideranças políticas homens também sejam vítimas de violência, lideranças mulheres são vitimadas por tipos característicos de violência (HERRICK et al., 2021). Além disso, as consequências da violência afetam a carreira/futuro político das vítimas de formas distintas a partir do gênero da liderança (COLLIGNON; RÜDIG, 2020; HERRICK et al., 2021). Tal cenário justifica a necessidade de criação de um campo específico de estudos de gênero

sobre a violência política, que vem ganhando força na América Latina[11] (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016a).

Em tentativa de reunião teórica e conceitual, Krook e Restrepo Sanín (2016a) definem violência contra mulheres na política (comumente citado em sua sigla inglês "VAWIP" – *Violence Against Women in Politics*) enquanto atos de violências diversas perpetradas contra mulheres políticas, seja em períodos eleitorais mas também posterior às eleições. Essa violência é guiada com propósito de atingir a participação de mulheres na esfera política (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016a).

Nota-se aqui que, assim como o 'motivo' é um fator crucial para definição de violência eleitoral (HÖGLUND, 2009), os motivos também são fundamentais para se 'confirmar' um ato de violência contra as mulheres na política: mais do que apenas agredir uma liderança política mulher, há o objetivo de atingi-lá por ser mulher e por ocupar espaços na esfera política (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016b). Por tal argumento, nem toda violência contra políticas mulheres seria um caso de violência contra mulher na política:

> [...] não afirmamos que todo ato violento cometido contra uma política (ou liderança política em geral) constitui violência contra mulheres na política, nem negamos que mulheres também podem cometer tais atos contra outras mulheres. Para nós, a diferença crucial está relacionada ao motivo por trás da violência, em particular se ela busca enviar uma mensagem às mulheres – e à sociedade – de que mulheres como um grupo não devem participar da política. Nosso conceito, portanto, não abrange todos os atos de violência sofridos por mulheres políticas - mas sim, agressão, coerção e intimidação contra mulheres como atores políticos, devido ao fato de serem mulheres. (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016b, p. 459–490, TRADUÇÃO NOSSA).

Kuperberg (2018), a partir da conceitualização de Krook e Restrepo Sanín, diferencia violência contra mulheres na política de outras formas de violência contra mulher a partir de três ângulos: primeiro, por haver envolvimento da arena política no ato da violência; segundo a centralidade dos alvos, que são mulheres num contexto da política – necessariamente; e terceiro, tem efeitos na questão da igualdade de gênero das democracias (KUPERBERG, 2018).

Assim como a violência política "comum", as tipologias tradicionais de violência contra mulheres na política envolvem, no geral, categorias. A literatura pontua cinco tipos principais: a violência psicológica, a violência física, a violência sexual (incialmente, essas três categorias

---

[11] Em uma análise histórica das inciativas legais no continente, as pesquisadoras Krook e Restrepo Sanín (2016a) retificam a influência do contexto de mulheres e lideranças políticas na Bolívia, país onde primeiro mencionou o termo "*violencia política y acoso político hacia las mujeres*", e cujo debate legal, promulgado em lei em 2012 contra a violência contra mulheres na política boliviana, influenciou profundamente diversos parlamentos de países vizinhos e discussões acadêmicas sobre o tema.

foram as primeiras classificadas/reportadas), a violência econômica e a violência simbólica (desenvolvidas conceitualmente posteriormente, com o amadurecimento teórico do fenômeno no intuito de ampliar o escopo da violência psicológica) (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016a)[12].

Essas categorias são desenvolvidas, especificamente, a partir da experiência de violência contra mulheres, sobretudo a violência sexual. Krook e Restrepo Sanín (2016a) avaliam que, diferentemente da violência política 'geral', a questão da sexualidade da mulher e do poder sobre seus corpos têm um papel central na análise da violência contra mulheres na política.

No entanto, não há um consenso universal quanto a conceituação do fenômeno. Na tentativa de elucidar as distinções conceituais entre violência política *versus* violência política de gênero, Bardall, Bjarnegård e Piscopo (2020) propõem uma reflexão pautada na distinção de três aspectos: (i) motivos, (ii) formas e (iii) impactos da violência perpetrada contra mulheres.

Em relação ao primeiro aspecto, a violência política contra mulheres ocorre se a liderança política é atingida por motivos de gênero; no que diz respeito ao segundo aspecto, quando a violência ocorre sob a forma de questões de gênero; e por fim, quanto ao impacto, se no ato de interpretação da violência, o gênero tem um papel fundamental (BARDALL; BJARNEGÅRD; PISCOPO, 2020). Portanto, se frente ao ato de violência, nenhum desses três aspectos é identificado, então classifica-se a violência como 'política' simplesmente (BARDALL; BJARNEGÅRD; PISCOPO, 2020).

A necessidade de especializar o estudo da violência política pelo recorte de gênero é, também, justificada pela empiria recente. No Norte Global, sob democracias consolidadas[13], artigos como Herrick et al. (2021) nos Estados Unidos, e Collignon et al. (2022) no Reino Unido, exibem como mulheres na política formal são vitimadas pela violência. No Sul Global, por sua vez, a literatura empírica segue com resultados semelhantes. Na Ásia, Bjarnegård, Håkansson e Zetterberg (2022) nas Maldivas, e Bjarnegård (2023) em Sri Lanka, mapeiam a

---

[12] Krook (2020) e Krook e Restrepo Sanín (2016a) propõem uma ampliação dessas categorias. A tipologia desenvolvida pelas autoras guia, inclusive, a metodologia do Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE) do GILE/UNIRIO – base de dados e conceitual mobilizada por essa dissertação. Neste sentido, o aprofundamento dessas categorias, bem como a conceituação e exemplos práticos são desenvolvidos na seção 1.4 deste capítulo.

[13] Dados reforçam argumento de Krook e Restrepo Sanín (2016b) de que não são apenas em democracias em transição, com instituições frágeis, que a violência contra mulheres na política se manifesta. Ainda que tal cenário seja um agravante, democracias avançadas também testemunham a manifestação do fenômeno (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016b).

manifestação de casos de violência eleitoral contra mulheres. Além disso, em relação a América Latina, diversas pesquisas identificam a manifestação do fenômeno em países do continente (ALBAINE, 2015; SERRANO OSWALD, 2023) – inclusive no Brasil (BIROLI, 2016; CARNEVALE, 2024; LIMA; FABRIS; SILVA, 2022; MATOS; GONÇALVES; MONTEIRO, 2024).

No Brasil particularmente, pesquisadoras relatam o diferencial do contexto nacional do país frente a violência contra mulheres na política. Biroli (2018), a título de exemplo, observa casos de violência política contra mulheres relacionados a uma agenda conservadora de impedimento de avanço de política de igualdade de gênero na última década. Além disso, ainda que vários casos de violência contra mulheres na política ocorram no país, o debate judicial em tipificar[14] a violência contra mulheres na política brasileira é mais recente no Brasil em relação aos países latino-americanos (BIROLI, 2018).

Ademais, nos últimos anos, nota-se um movimento de estudo sobre violência política a partir da dimensão racial. Além das mulheres, a etnia e cor/raça das lideranças 'minorizadas' afetam na forma pela qual as atinge. Pessoas negras no Brasil, além de serem sub-representadas nas instâncias de poder e nos partidos políticos (CAMPOS; MACHADO, 2015), também são atingidas por outras opressões sociais para além do seu gênero.

Nesse sentido, Kuperberg (2018) traz o exercício de pensar a violência política contra mulheres a partir da teoria interseccional de Hill Collins (2015). Compreendendo que mulheres políticas não são 'apenas' mulheres – possuem outras identidades simultaneamente, como por exemplo religião, cor/raça, identidade partidária, dentre outras – o campo de estudos de violência necessita reconhecer a interseccionalidade de opressões sobre as diversas mulheres que atuam politicamente (KUPERBERG, 2018). E a mesma perspectiva interseccional é advogada nas pesquisas sobre lideranças mulheres brasileiras (MATOS; GONÇALVES; MONTEIRO, 2024).

Quanto à dimensão racial, no caso específico da realidade política brasileira, pesquisas empíricas recentes expõem a violência que mulheres negras vivenciam na política, que incluem não apenas atos de violência de gênero, mas como também atos racistas (CARNEVALE, 2024; LIMA; FABRIS; SILVA, 2022; MATOS; GONÇALVES; MONTEIRO, 2024). O Instituto Marielle Franco, em relatório sobre o tema, advoga a necessidade de ampliar o termo "violência

[14]Enquanto iniciativas de países vizinhos da América latina avançaram mais em matéria de reforma judicial que abarque a violência contra mulheres na política, o Brasil votou a Lei 14.192/21 de violência política contra mulher apenas em 2021. Para mais informações, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14192.htm

política de gênero" para "violência política de gênero e racial", agregando as violências contra mulheres negras e indígenas que atuam politicamente no país.

1.3 A violência política e eleitoral no Brasil: tradições de pesquisa

A teoria sobre violência política e eleitoral parte do entendimento das sociedades e do ambiente político violento a qual os cidadãos estão submetidos (HÖGLUND, 2009). Nesse sentido, ainda que haja diversidade política e características socioculturais distintas entre os países da América Latina, a construção histórica do continente é similar entre si, desde a constituição do regime democrático até impasses sociais, como a violência.

Além da desigualdade socioeconômica (SEGAL, 2022), países latino-americanos possuem também conflitos de ordem de dominância territorial (ALBARRACÍN, 2018; ARIAS, 2013), e alta violência criminal (RIVERA, 2016). Essas características – que não surgem na contemporaneidade, mas são resultados de séculos de processo histórico desde a colonização ibero-americana – influi na presença da violência em âmbito político local (VILLARREAL, 2002).

No caso específico do Brasil, a historiografia evidencia a disputa política violenta desde os tempos da colônia, influenciada pelo processo colonial português pautado pela divisão do território, com dinâmicas econômicas escravocratas, monocultura latifundiária, e amplo poder local concentrado nas mãos de poucos (SCHWARCZ, 2019). Tal caraterística persiste no Brasil Império, cuja decisões políticas e sociais nas províncias eram marcadas por intensos conflitos locais (CARVALHO, 2002), e no Brasil República, sobretudo na chamada "República Velha"– primeira experiência democrática da república brasileira (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Ainda na República Velha, Nunes Leal (2012) identifica a interseção entre política local 'mandonista' dos coronéis e práticas clientelistas. Tal cultura política, nociva em diversos aspectos a competições políticas justas e íntegras, era marcada por fraudes eleitorais (LEAL, 2012) – como visto, um tipo específico de violência eleitoral.

Ademais, diversos países do continente possuem democracias ainda em processo de consolidação. O contexto de consolidação e experiência democrática influi sobre as características da violência política. Dado que grande parte dos países da América Latina passaram por experiências autoritários ao longo do século XX, como ditaduras de cunho militarista, a constituição de uma cultura política democrática ainda é incipiente frente ao quão recente são os regimes democráticos contemporâneos nos países do continente (MOISÉS, 2008).

A Terceira República Brasileira, por exemplo, se iniciou em 1985 com o processo de abertura, porém com eleições diretas para presidente apenas em 1989 (ABRANCHES, 2018). Tal cenário de vida democrática recente comparada a democracias consolidadas do Norte Global pode gerar instituições formais ainda 'frágeis' (HOELSCHER, 2015), suscetíveis a, por exemplo, práticas de violência política e eleitoral – como manipulação, clientelismo, compra de votos, violência física contra atores políticos, dentre outros exemplos (HÖGLUND, 2009).

A partir deste contexto brasileiro, algumas iniciativas não-estatais e civis promovem o monitoramento quantitativo de casos de violência contra lideranças políticas no Brasil pós-redemocratização. Os resultados de relatoria constituem parte significativa de dados empíricos sobre violência política e eleitoral no Brasil, visto que a literatura científica nacional sobre a temática, comparada com o cenário internacional, é ainda escassa.

Uma dessas principais iniciativas é a organização não governamental brasileira "Terra de Direitos". A iniciativa, criada em 2002, tem como principal objetivo defender a seguridade dos direitos humanos no país (TERRA DE DIREITOS, 2024). Em 2020 e 2022, em parceria com a "Justiça Global" – outra organização não governamental com forte atuação na defesa de direitos humanos no Brasil (JUSTIÇA GLOBAL, 2024), foram responsáveis pela produção de dois relatórios com monitoramento de casos de violência contra lideranças políticas no Brasil entre 2016 e 2022[15].

O monitoramento dos casos e violência política se deu a partir de veículos da imprensa e portais de notícias online, com palavras-chaves em buscadores de internet e redes sociais (BARBIERI et al., 2023; LAURIS; HASHIZUME, 2020). Tal metodologia é similar à adotada pelo OVPE do GIEL/UNIRIO. Na relatoria, os autores definem violência política como "[...] uso intencional de recursos e ferramentas de poder e da força com o objetivo de alcançar resultados políticos" (LAURIS; HASHIZUME, 2020, p. 11), e classificam seis modalidades: assassinatos, atentados, ameaças, agressões, ofensas, invasões e criminalização (BARBIERI et al., 2023; LAURIS; HASHIZUME, 2020).

Os resultados mostram que, de 1 de janeiro de 2016 até 31 de outubro de 2022, foram registrados 869 casos de violência política no Brasil (BARBIERI et al., 2023; LAURIS; HASHIZUME, 2020). No que diz respeito as modalidades violentas, destaca-se em primeiro lugar as ameaças, com 247 episódios no período; em seguida, surgem os atentados, com 168

[15] Para leitura dos relatórios e maiores informações sobre o trabalho da organização, acesse: https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/

episódios, e as ofensas, com 164 episódios (BARBIERI et al., 2023; LAURIS; HASHIZUME, 2020).

Outra iniciativa de caráter nacional relevante para com a temática é a "Transparência Eleitoral Brasil" (TE Brasil). A organização, sem fins lucrativos, busca fortalecer os princípios da democracia bem como as instituições democráticas no país (TRANSPARÊNCIA ELEITORAL BRASIL, 2024). Dentro desta perspectiva, tal iniciativa distancia-se de um monitoramento ostensivo de lideranças políticas violentadas ao focar no tema da integridade do processo eleitoral brasileiro como um todo, através das realizações de missões observacionais técnicas e voluntárias em diversas localidades no país, bem como de um portal de denúncias aberto à sociedade civil (TRANSPARÊNCIA ELEITORAL BRASIL, 2024). Os resultados dessas missões são divulgados em relatórios acessíveis ao público geral[16].

No que tange à violência contra mulheres na política, três iniciativas recentes fomentam a reflexão do tema bem como fornece estatísticas sobre o fenômeno. A primeira delas é o Instituto Marielle Franco[17], criado em 2020, inspirado na trajetória política da vereadora Marielle Franco. O Instituto, além de trabalhar para a manutenção do legado da vereadora assassinada em 2018, também oferece relatoria e estudos sobre violência política de gênero e racial no Brasil (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2024).

Outra iniciativa recente parte do Instituto AzMina[18]. A organização comporta um portal de notícias e uma revista, que debatem questões sociais, políticas e culturais focadas no recorte de gênero e na proteção das mulheres no país. AzMina possui trabalho de debate sobre episódios de violência contra mulheres na política, bem como o compartilhamento de dados secundários sobre o fenômeno.

Uma terceira incitava focada em violência contra mulheres na política é o "Observatório da violência política contra mulher" (OVPM). A iniciativa é um axioma da "Transparência Eleitoral Brasil", descrita anteriormente. Aqui, o foco recai nas sistematizações de informações sobre violência política de gênero no Brasil, bem como ações judiciais e institucionais de mitigação do impasse (OBSERVATÓRIO VPM, 2024). Em relatórios recentes[19], a OVPM também apresenta resultados de pesquisas empíricas através de realizações de questionário (*survey*) enviados a candidatas mulheres em 2020, bem como exposição de denúncias de

---

[16] Acesse os relatórios técnicos das missões observacionais em: https://transparenciaeleitoral.com.br/#
[17] Para leitura dos relatórios e maiores informações sobre o trabalho da organização, acesse: https://www.institutomariellefranco.org
[18] Para maiores informações sobre o trabalho da organização, acesse: https://azmina.com.br/editoria/violencia/
[19] Os relatórios tanto de 2021 quanto de 2023 podem ser acessados em: https://transparenciaeleitoral.com.br/observatorio-vpm/

violência política de gênero recebidas pelo Ministério Público Federal (FERREIRA; RODRIGUES; CUNHA, 2021)

Finalizando, quanto à violência política focada no contexto do estado do Rio de Janeiro, uma iniciativa merece destaque: o Observatório das Favelas. Criado em 2001, o observatório é um empreendimento da sociedade civil sediado no complexo de favelas da Maré, Zona Norte da capital, cujo intuito é promover uma discussão sobre políticas públicas e direito à cidade sob contextos de favelas e comunidades cariocas (OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, 2024).

Desde 2015, com apoio do Instituto Heinrich Böll Stiftung, o Observatório realiza um monitoramento de casos de violência política no estado do Rio de Janeiro, com foco especial na Baixada Fluminense e na região da Ilha Grande. A coleta dos dados ocorre através da imprensa e de redes sociais (RODRIGUES et al., 2022) – similar ao OVPE. O resultado do monitoramento é exibido em relatórios, que contam com três edições[20]. Tal iniciativa é, também, uma das que influenciam na construção desta dissertação.

Por fim, uma última grande iniciativa é o próprio Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE) do GIEL/UNIRIO, cujo autor participa enquanto pesquisador de pós-graduação e utiliza como base para produção desta dissertação. Para tanto, a próxima subseção se dedica a aprofundar o escopo de trabalho e a metodologia desenvolvida no observatório.

1.4 O Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil: metodologia e definições

O Observatório da Violência Política e Eleitoral do GIEL/UNIRIO nasce junto a mobilização empírica e teórica recente no país com intuito de contribuir para o avanço prático do tema e na produção de estatísticas atualizadas. A iniciativa, criada em 2019, busca monitorar casos de violência contra lideranças políticas em todo o Brasil divulgados por veículos de imprensa *online*. A coleta de notícias sobre episódios violentos é tabulada em um banco de dados, cujo resultado geral é divulgado em boletins trimestrais publicados no site do GIEL/UNIRIO.

A fim de compreender quais são os critérios e limitações do observatório, a presente seção busca descrever a conceituação que o grupo de pesquisa utiliza. Esse entendimento é

[20]Os relatórios podem ser acessados em: https://observatoriodefavelas.org.br/acervo/violencia-e-politica-na-baixada-fluminense/ Para mais informações sobre a inciativa, acesse: https://observatoriodefavelas.org.br/projetos/violencia-politica-na-baixada-fluminense-e-na-baia-da-ilha-grande/

fundamental para a dissertação, uma vez que o trabalho não apenas se utiliza dos dados produzidos pelo observatório, bem como se alinha teoricamente e conceitualmente a ele.

Em primeiro lugar, retomando a caracterização clássica de Höglund (2009), o observatório foca em duas principais questões da violência: os alvos e os tipos de atividades violentas. Quanto aos alvos, o grupo de pesquisa monitora atos de violência contra lideranças políticas que já se candidataram alguma vez, ou que estejam exercendo cargos políticos, ou ainda que possuíram cargo político anterior, seja no poder Executivo (nas três instâncias administrativas), seja no poder Legislativo (e suas três instâncias administrativas) (GIEL, 2024).

Ainda que a motivação e a identidade dos perpetradores da violência constituem pilares substanciais para caracterizar atos de violência – e demais tipos de manifestação violenta em contraposição às decisões eleitorais (DUNNING, 2011), não fazem parte do escopo do observatório monitorar motivações e quem são os criminosos – competência a cargo das autoridades criminais. O intuito do observatório é identificar o perfil político, social e territorial das vítimas, e os tipos de violências que as acometem. Para tanto, considera o conceito de violência política e eleitoral como sendo:

> [...] qualquer tipo de agressão que tenha o objetivo de interferir na ação direta das lideranças políticas, como limitar a atuação política e parlamentar, silenciar vozes, impor interesses, eliminar oponentes da disputa, restringir atividades de campanha, dissuadir oponentes de participar do processo eleitoral e/ou impedir eleitos a tomar posse. (GIEL-UNIRIO, 2024).

A definição é um *mix* das diversas perspectivas discorridas anteriormente sobre a literatura do campo, bem como influenciada pela viabilidade metodologia de operacionalizar a coleta dos dados. Além disso, tal conceituação mobilizada é ancorada em uma perspectiva institucional da violência, sobretudo ao mapear casos de violência apenas contra lideranças políticas que possuem identificação cadastral no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A **tabela 3** a seguir reúne os tipos de cargos políticos contemplados pelo monitoramento do observatório.

Tabela 3 - Tipos de cargos de lideranças políticas monitorados pelo OVPE

Tipo de cargo	Descrição
Políticos eleitos	Vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores e presidentes que sofrem a violência durante o exercício do mandato.
Ex-políticos	Lideranças que ocuparam cargos eletivos descritos acima, mas no momento da violência não ocupavam mais.
Pré-candidatos	Lideranças que anunciaram a intenção de se candidatar, mas ainda não haviam realizado o registro oficial da candidatura.
Candidatos	Lideranças que sofrem a violência durante a campanha eleitoral. Somente são considerados políticos em campanha quando houver o registro oficial da candidatura no Tribunal Superior Eleitoral.
Ex-candidatos	Lideranças que tentaram se eleger em algum momento, mas não obtiveram sucesso em suas candidaturas e jamais ascenderam a cargo eletivo.
Funcionários da administração pública	Ministros, secretários de governo e assessores nos níveis federal, estadual e municipal.

Fonte: Elaboração própria a partir de GIEL/UNIRIO (2024).

Em relação aos tipos de violência contra atores políticos, o observatório coletava incialmente cinco modalidades: homicídios, atentados, ameaças, agressões e sequestros. Contudo, a partir de 2024, e sob influência do trabalho tipológico desenvolvido por Krook (2020), o OVPE adotou o uso de cinco categorias: física, psicológica, econômica, sexual e semiótica[21]. A modificação faz parte da evolução metodológica do observatório, com o objetivo de ampliar o espeto de monitoramento da violência.

Em resumo, segundo Krook (2020), a violência física remete às agressões contra o corpo da liderança – contato direto – incluindo tapas, socos, mordidas, mutilações, dentre outras modalidades, como sequestros, atentados e assassinatos (KROOK, 2020). A violência psicológica, por sua vez, refere-se a atos que buscam traumatizar mentalmente e emocionalmente a liderança, e podem ser manifestadas por *bullying*, intimidações, ameaças a integridade física – como ameaça de estupro e/ou de morte (KROOK, 2020).

A violência do tipo física e do tipo psicológica correspondem às modalidades mais comuns da violência política e eleitoral no Brasil, vide empiria recente (CARNEVALE, 2024). Além disso, ambas foram as modalidades que primeiro aparecem no campo de estudos de violência política e eleitoral 'geral' (FISCHER, 2002; HÖGLUND, 2009), e no início do

[21] Para maiores informações acerca da construção conceitual, exemplos da modalidade violenta bem como formas de mitigar suas manifestações, ver Krook Part III "*Typology of Violence*" (2020).

desenvolvimento conceitual de '*violencia política y acoso político hacia las mujeres*" na América Latina (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016a)

Em seguida, surge a violência sexual, caracterizada por agressões verbais e/ou físicas que remetem à natureza sexual: favores sexuais, piadas e xingamentos sexuais, assédio sexual e estupro são alguns exemplos comuns desta modalidade (KROOK, 2020). Por fim, desenvolvidos posteriormente pelo campo, há a violência econômica e a violência semiótica – categorias interpretadas, necessariamente, a partir das questões de desigualdade de gênero na política (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016a).

Enquanto a violência econômica constitui o impedimento de acesso a recursos econômicos pelas mulheres na política, bem como assaltos, danos às propriedades ou vandalismo, a violência semiótica, por sua vez, refere-se a atos de subjugação da liderança; alguns exemplos são objetificação, desqualificação e invisibilização do seu trabalho na arena política (KROOK, 2020). A **tabela 4** organiza os tipos de violência e fornece exemplos.

Tabela 4 - Tipologia de violência política e eleitoral adotadas pelo OVPE

Tipos	**Exemplos comuns**
Violência Física	Agressão física, sequestros, atentados, homicídios etc.
Violência Psicológica	Ameaça, ameaça de estupro, disrupção etc.
Violência Sexual	Importunação sexual, assédio sexual, estupro etc.
Violência Econômica	Restrição de recursos, assalto, danos à propriedade, vandalismo etc.
Violência Semiótica	Invisibilização, objetificação, desqualificação etc.

Fonte: Elaboração própria a partir de GIEL/UNIRIO (2024).

Tal classificação é em parte similar as iniciativas empíricas nacionais, como os relatórios da Terra de direitos e Justiça Global (BARBIERI et al., 2023; LAURIS; HASHIZUME, 2020), e do Observatório das Favelas (RODRIGUES et al., 2022); porém vai além: ao mesmo tempo que reconhece categorias tradicionais como assassinatos, atentados, ameaças e ofensas, também promove um alargamento tipológico, abarcando práticas violentas do campo do simbólico (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016a).

Contudo, o uso dessas classificações, bem como as estratégias de coleta de dados mobilizadas, não é imune a críticas. No que diz respeito à coleta de dados via notícias da imprensa, esta dissertação assume a existência de subnotificação dos episódios de violência política. Sabe-se que nem todos os casos violentos são notificados pela imprensa ou tornam-se públicos. Ainda que os esforços de monitoramento *online* adotadas pelo OVPE progredirem ao longo do tempo, e que o tema da violência política e eleitoral como um todo ganhou notoriedade

na cobertura da imprensa, a pesquisa desenvolvida parte do pressuposto de que existem episódios que não foram passíveis de coleta.

Além disso, sobre o monitoramento quantitativo de violência política e eleitoral através da imprensa, é difícil definir atos de violência semiótica, em especial contra mulheres, uma vez que muitos também não chegam a público, seja por medo de retaliação, ou pela naturalização desses atos (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016a). No caso específico de violência contra mulheres – em especial em ambiente *online* – , pesquisadoras advogam a utilização de método qualitativo de análise de discursos como estratégia mais apropriada para compreensão da violência nos discursos (KUPERBERG, 2018). No entanto, por hora, tal metodologia está além do rol de trabalho do observatório.

Ainda sobre a coleta de dados, reconhece-se que entre 2018 e 2021 a subnotificação pode ser maior em relação a três categorias especificamente: a violência semiótica, a sexual e a econômica. Como mencionado, essas categorias foram introduzidas mais recentemente pelo OVPE. Portanto, entre 2018 e 2021, tais modalidades somam menos casos em comparação aos anos mais recentes, quando essas categorias já estavam no radar de monitoramento do observatório, e começam a ser mais mencionadas na esfera midiática. Logo, o foco dos testes estatísticos recai, com maior afinco, sobre as modalidades do tipo física e psicológica, enquanto os episódios das demais categorias são exibidos de maneira descritiva apenas.

2. O CONTEXTO GEOGRÁFICO IMPORTA: TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA CRIMINAL E POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O capítulo 2 é responsável pelo aprofundamento contextual do estado do Rio de Janeiro. Para além de retomar questões históricas, sociais e políticas que regem o cenário carioca e fluminense, seu intuito maior é apresentar o panorama da violência criminal armada e a sua relação com a disputa eleitoral local. O foco da discussão recai sobre como a violência política e eleitoral é, em alguma medida, produto deste nocivo relacionamento entre o crime e a política. Além disso, inicia-se a análise dos dados sobre violência política e eleitoral a fim de desenvolver a primeira pergunta de pesquisa e testar a hipótese H1.

Assim sendo, o capítulo se estrutura da seguinte maneira: na **seção 2.1** há uma discussão teórica e empírica sobre a intersecção entre crime e política em democracias contemporâneas. A **seção 2.2** avança na discussão sobre a criminalidade armada e sua influência na política local no estado do Rio. Em seguida, as **seções 2.3 e 2.4**, de metodologia e de análise de resultados e discussão, apresenta o desenvolvimento da questão de pesquisa de número 1, assim como o resultado do teste de hipótese H1 e a discussão dos achados frente a literatura. Por fim, ao final do capítulo, a **seção 2.5** expõe as considerações finais.

2.1 Território, crime organizado e política eleitoral: O que informa a literatura sobre tal relacionamento?

Na medida em que a violência política e eleitoral é um fenômeno presente em diversas democracias pelo mundo (BIRCH; MUCHLINSKI, 2020), e motivada por múltiplas adversidades (HÖGLUND, 2009), uma das formas de investigar sua incidência é através da violência criminal e do controle territorial de organizações criminosas (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020). De maneira geral, essas investigações são um aprofundamento dos fatores potencializadores da violência política e eleitoral.

Em relação à violência criminal especificamente, estudos internacionais exploram como o contexto de violência se relaciona com a política local. A título de exemplo, Villarreal (2002) pesquisa o impacto do crime e da competição política sobre a letalidade violenta em regiões subnacionais mexicanas. Os resultados da sua investigação indicam que a taxa de homicídio local cresce em municípios rurais com forte presença de facções criminosas e pleitos eleitorais altamente competitivos (VILLARREAL, 2002).

Similarmente no Brasil, Hoelscher (2015) identificou uma correlação entre competição política, concentração de poder e homicídios locais em cidades brasileiras ao longo dos anos. Embora não haja um foco específico na violência contra atores eleitorais, os resultados da análise em painel expõem um aumento da taxa de homicídio comum em cidades nas quais as eleições foram grandemente competitivas e cujo prefeito incumbente disputava a reeleição (HOELSCHER, 2015).

Em alguma medida, ambos os resultados descritos indicam que a violência é utilizada em contextos políticos a fim de interferir no processo eleitoral local. Além de provarem que essas duas dimensões – crime e política – estão conectadas, os resultados corroboram a teoria de que, sob instituições frágeis de regimes híbridos (ou seja, democracias não consolidadas), a violência é produto de um incentivo contextual (HOELSCHER, 2015; HÖGLUND, 2009). No entanto, apenas a criminalidade armada não é suficientemente capaz de esclarecer o complexo fenômeno da política violenta. Para ampliar a análise, se faz necessário averiguar o nascimento e a expansão das organizações criminosas.

Diferentemente da criminalidade armada, perpetrada por atores e ações individuais isoladas, as organizações criminosas se constituem enquanto consolidação de uma estrutura criminal complexificada. No Brasil, as organizações criminosas podem ser exemplificadas como grupos civis armados, tais como tráficos de drogas, organizações contraventoras, ou ainda, grupos paramilitares, como as intituladas ‘milícias’. Esse último grupo, em especial, vem obtendo notoriedade por sua intersecção na política local carioca e fluminense (ARIAS, 2013).

Zaluar e Conceição (2007) descrevem as milícias como grupo de atores de forças de segurança (policiais, militares, bombeiros), na ativa ou não, que exercem ilegalmente a segurança de determinado território (ameaçado ou não por traficantes). Ao longo do tempo, esses grupos se transformaram: civis já os integram enquanto ‘vigilantes’ (remunerados ou não), e operam o controle econômico indevido no território a partir de taxas de serviços de aluguel, terrenos, água, televisão a cabo, internet a cabo, dentre outros (ARIAS, 2013; ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007).

Embora as organizações criminosas compartilhem características similares – como, por exemplo, a ligação com atores políticos –, existem diferenças nas suas respectivas atuações que, por conseguinte, produzem resultados distintos em relação ao controle cívico, econômico, e o poder político local (ARIAS, 2013). Com o intuito de categorizar o crime organizado, Arias (2013) desenvolve um modelo conceitual para tipos de organizações criminosas a partir de duas variáveis: o grau de consolidação do crime e o tipo de relacionamento com o Estado.

No caso específico do tráfico de drogas e das milícias (os dois maiores tipos de organizações criminosas no estado do Rio atualmente (GENI-UFF, 2024), o primeiro possui, no geral, alta consolidação (existência de líderes e controle cívico do território), porém fraco relacionamento com o Estado, realizado de maneira clandestina (ARIAS, 2013).

Por outro lado, as milícias, no geral, detêm uma forte consolidação e forte relacionamento com o Estado, o que induz um envolvimento direto com a política e as eleições locais (ARIAS, 2013)[22]. Porém, visto que o envolvimento político com o Estado varia entre os tipos de organizações criminosas, quais seriam as motivações para tal envolvimento? e como propriamente a violência política é mobilizada?

Na Itália, Daniele e Dipoppa (2017) sustentam que as organizações criminosas operam a violência contra políticos enquanto uma estratégia com intuito de interferir na ação de lideranças eleitas, nomeações, ou retaliação frente às agendas de novos governantes locais contrárias aos interesses dessas organizações. O argumento é parte de uma análise empírica que identifica o aumento da violência contra políticos locais em períodos pós-eleitorais nas regiões localizadas no sul da Itália, onde máfias se concentram com maior veemência (DANIELE; DIPOPPA, 2017).

No México, Ponce (2019) argumenta que as organizações criminosas, em especial o tráfico de drogas, podem atingir a competição eleitoral, ao passo que mobilizam a violência objetivando tirar candidatos da disputa. Tendo como exemplo as eleições municipais em distritos mexicanos, o autor observa que, em locais com alto índice de homicídio cometidos por organizações criminosas de tráficos de drogas, há uma considerável queda no número de candidaturas nas eleições locais (PONCE, 2019).

Novamente, esses resultados estão intimamente ligados ao contexto de fragilidade institucional a nível local, tendo em vista a dificuldade do Estado em impedir o avanço tanto da criminalidade armada quanto de organizações criminosas sobre os pleitos eleitorais locais (PONCE, 2019).

Dispondo o Rio de Janeiro como *lócus* conceitual e empírico, Albarracín (2018) analisa o relacionamento entre três dimensões: o clientelismo, a violência criminal e a política local. O pesquisador desenvolve o conceito de "Política eleitoral criminalizada", que descreve o resultado do esquema pela qual a violência criminal é utilizada por atores políticos ou

[22] Arias (2013) não resume que todo tipo de milícia e/ou todo tráfico de drogas possuem estas características. Os exemplos expostos são uma conclusão interpretativa pessoal do autor, com intuito pedagógico de simplificar as tipologias.

criminosos locais, munidos de relação não programática com eleitores, a fim de interferir diretamente no processo eleitoral (ALBARRACÍN, 2018).

Além disso, a política eleitoral criminalizada possui dois principais alvos: políticos ou eleitores, e produz graves consequências à disputa político-eleitoral local (ALBARRACÍN, 2018). Quando perpetrada contra políticos – ou seja, o lado da oferta eleitoral –, ocasiona uma diminuição no número de candidaturas no processo eleitoral; e quando esta atinge eleitores – o lado da demanda eleitoral – lesa as preferências político-eleitorais dos cidadãos (ALBARRACÍN, 2018).

Ao abordar especificamente a violência cujo alvo são atores políticos – o cerne da dissertação –, pontua-se que os tipos de violência variam a partir de modalidades (ALBARRACÍN, 2018). Nesse sentido, testemunha-se desde atos de coerção de manifestações e expressão política de candidatos locais, como por exemplo proibições de comícios e atos de campanha, até as modalidades mais letais, como os assassinatos de políticos (ALBARRACÍN, 2018).

No que tange aos efeitos da influência das organizações criminosas na disputa local, a principal delas é o aumento do número de violência – em suas múltiplas manifestações – , contra candidatos (ALBARRACÍN, 2018; DANIELE; DIPOPPA, 2017; PONCE, 2019). Além disso, a ação violenta das organizações criminosas coloca em cheque o número de potenciais candidaturas pois impõem medo e desistências de lideranças políticas que temem sofrer violência (LINS, 2023; PONCE, 2019). Isso relaciona-se frontalmente ao processo democrático local/subnacional (HOELSCHER, 2015; PONCE, 2019), tendo em vista que democracias exigem processos eleitorais seguros, íntegros e, sobretudo, competitivos (DAHL, 2001).

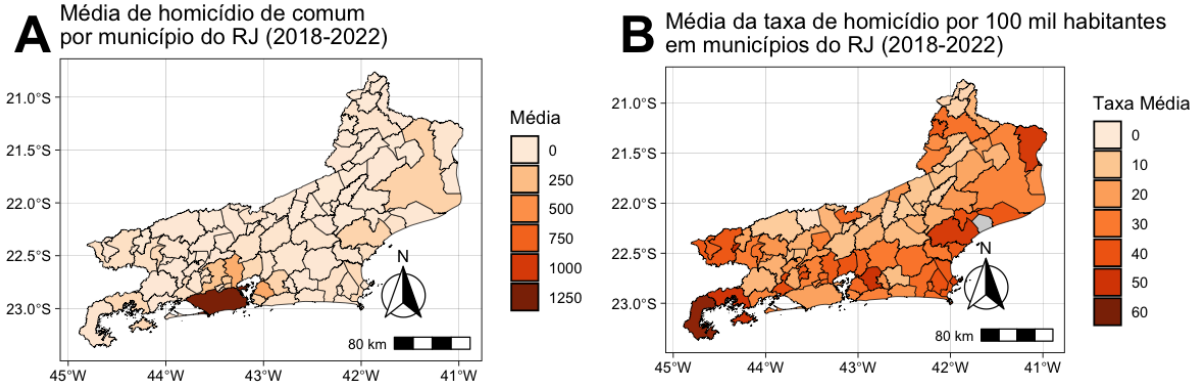
No mais, tanto a revisão teórica/conceitual quanto empírica designa para uma investigação aprofundada da política eleitoral local e sua relação com a criminalidade armada, cujos resultados, entre muitas consequências, são aumento de assassinatos de lideranças políticas. Logo, o passo seguinte é averiguar como essa discussão se relaciona com o cenário atual testemunhado pelo estado do Rio de Janeiro.

2.2 Quando o crime encontra a política fluminense: violência e política local no estado do Rio de Janeiro

Nas últimas décadas, a cidade e o estado do Rio testemunham os impactos da violência social (PIO; BRITO; GOMES, 2021) e as sucessivas crises de segurança pública. Embora os dados recentes do Anuário de Segurança Pública apontam que o estado do Rio não é a unidade da federação com maior quantitativo de homicídios no Brasil[23] (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024), quando se verifica os dados por município, as cidades que integram a Região Metropolitana (RMRJ) chamam atenção pela alta letalidade violenta[24] (CERQUEIRA; BUENO, 2024).

A título de exemplo, a fim de compreender a evolução temporal do cenário de homicídio comum no período analisado pela dissertação, a **figura 3** exibe a distribuição dos dados de mortes não naturais entre os anos de 2018 e 2022 contabilizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e disponibilizados pelo Ipea Data Social (2022).

Figura 3 - Mosaico de mapas com a distribuição média de homicídios comuns pelos municípios do RJ (2018-2022) [25]



Fonte: Elaboração própria a partir de Ipea Data Social (DATASUS, 2022) com auxílio do pacote Geobr (PEREIRA; GONÇALVES, 2024).

---

[23] Os dados se referem ao ano de 2023. O estado do Rio surge na posição 26° do *ranking* de mortes violentas intencionais no Brasil. Para maiores informações, acesse: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0

[24] Já essa informação foi extraída do Atlas da Violência dos Municípios do Ipea de 2024. Os dados referem-se ao ano de 2022. Frente a comparação em escala nacional das cidades com mais de 100 mil habitantes, a posição dos municípios da RMRJ que chamam atenção com maiores taxa de homicídios são: Itaguaí (13°), Queimados (17°), Itaboraí (63°), Duque de Caxias (66°), Magé (67°), Mesquita (84°), Nova Iguaçu (85°), Belford Roxo (86°), São João de Meriti (88°), Nilópolis (92°) e São Gonçalo (101°). Para mais informações, veja a Tabela 2 do Anuário em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/286/atlas-2024-municipios

[25] O município fluminense de Carapebus (em cor cinza no mapa B) possui uma taxa média de 200 por 100 mil habitantes, tornando-se um *outlier*. Por isso, não foi possível exibi-lo no mapa dado que sua distribuição é excessivamente distante dos demais municípios, que gira em torno de 0 a 60.

O mapa A da **figura 3** apresenta a distribuição da média de frequência de homicídios comuns por município entre 2018 e 2022. Além da capital, cidades que integram a RMRJ somam uma frequência maior de assassinatos durante o período. O mapa B da **figura 3**, por sua vez, dimensiona a ocorrência de assassinato pela população municipal, a partir do cálculo de taxa de homicídio por 100 mil habitantes locais. No mapa, nota-se maior dispersão dos dados; porém, continuam a apontar que grande parte dos municípios da RMRJ, em especial da Baixada Fluminense, permanecem com uma taxa de homicídio média mais elevada em relação às demais cidades do estado.

Ademais, para além da alta mortalidade violenta em cidades fluminenses, um outro componente social que chama atenção são as organizações criminosas – como por exemplo as milícias (CANO; DUARTE, 2012; ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007), e os sucessivos conflitos entre facções que disputam o controle territorial e econômico de localidades do Grande Rio (HIRATA; COUTO, 2024).

O "Mapa dos Grupos Armados" do GENI-UFF é uma das iniciativas que visa localizar como e para onde as organizações criminosas se estendem territorialmente sobre os municípios do Grande Rio[26] (GENI-UFF, 2024). A partir de uma metodologia baseada em um coleta de informações diversas, o grupo de pesquisa detecta uma maior concentração de organizações criminosas nas Zonas Oeste e Norte da capital, e nos municípios da RMRJ, com destaque para Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Niterói (HIRATA; COUTO, 2024).

De maneira geral, as milícias se sobressaem enquanto organização criminosa detentora de maior controle territorial no Grande Rio, seguida pelo "Comando Vermelho", "Terceiro Comando Puro", e a facção "Amigo dos Amigos" (HIRATA; COUTO, 2024). Todavia, quais são as implicações práticas desse avanço territorial ilegítimo?

Tal qual discutido na **seção 2.1**, a criminalidade armada e o avanço indiscriminado dessas organizações criminosas não afetam somente a questão social ou desrespeitam unicamente ao campo da segurança pública e da economia local. Sua atuação possui impactos, também, na vida política local e na disputa eleitoral (ALBARRACÍN, 2018; ARIAS, 2013; DANIELE; DIPOPPA, 2017; HOELSCHER, 2015; PONCE, 2019; VILLARREAL, 2002). E quanto às cidades do estado do Rio, há evidências factuais da interseção entre crime e controle territorial nos processos eleitorais de 2016, 2018, 2020, 2022 e 2024 (ALBARRACÍN, 2018;

[26] Para mais informações sobre a metodologia e os dados espaciais, acesse: https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/. Por hora, ainda não há dados sobre todos os municípios do estado do Rio.

ALBUQUERQUE, 2020; ARAÚJO, 2024; ARIAS, 2013; PEIXOTO; FREIRE, 2018;RIBEIRO; SOARES, 2024; VASCONCELOS, 2016).

No entanto, ainda que nos últimos anos o avanço indiscriminado da violência criminal armada e das organizações criminosas no estado do Rio se agrava, é preciso lembrar que o cenário de violência social como um todo é fruto de um processo de consolidação histórica, econômica e urbana anterior, responsável por moldar a RMRJ – e em especial a Baixada Fluminense – ao longo do século XX.

Em seus estudos clássicos sobre a violência e o poder local na Baixada Fluminense, José Cláudio Souza Alves (1998) assinala como as transformações econômicas e políticas da região, sobretudo as deflagradas ao decorrer do século XX, revelam a manifestação da violência local. Para além de se constituir enquanto conglomerado periférico urbano, satélite à cidade do Rio, a consolidação da região da baixada ao longo dos anos é marcada pela dominação de poder e por disputas econômicas sobre o território (ALVES, 1998).

Dentro dessa compreensão, o argumento central colocado é que a violência social presente na Baixada Fluminense – em especial as execuções – , concerne enquanto estratégia de dominação cujo intuito permeia o favorecimento de atores econômicos e políticos (ALVES, 1998). Dessa forma, a violência local não representa meramente uma ineficiência do poder do Estado para com a região, mas constitui um pilar de sustentação do poder local (ALVES, 1998)[27].

Por exemplo, em uma perspectiva histórica, um personagem emblemático para reflexão da política local do estado no século XX – sobretudo o relacionamento entre política e violência –, foi Tenório Cavalcanti, intitulado "O homem da capa preta". Tendo sua atuação política mais relevante nas décadas de 1950 e 1960 sob existência do Estado da Guanabara, Tenório Cavalcanti (UDN) foi um político 'anti-varguista' influente, com forte base eleitoral na região de Duque de Caxias, eleito vereador e, posteriormente, cinco vezes deputado federal (SILVA, 2011). Para Silva (2011), a 'capa preta', vestida a fim de esconder o porte de uma metralhadora, significava mais que um adereço qualquer: era a personificação de uma identidade política violenta e de caráter 'justiceiro' na Baixada Fluminense.

Certamente Tenório Cavalcante não foi o único personagem que engendrou esse relacionamento entre política local, controle territorial e uso ilegítimo da violência. No entanto,

---

[27] Frisa-se que a constituição histórica da região não se resume apenas ao aqui discutido. A Baixada Fluminense também possui diversas outras questões, e conflagrou características particulares em momentos históricos distintos. Para compreender sua história integralmente, desde meados do Brasil Império até os anos de 1990, bem como a hipótese do autor em relação a presença e perpetuação da violência na região, ver: Alves (1998).

é em alguma medida a representação seminal do delineamento de uma trajetória histórico-política que se desenvolveu na região – e que, sob diversas mutações, resiste na atualidade (MARINHO; RODRIGUES, 2024). Afinal, muito longe de ser algo restrito à República Velha ou à Segunda República Brasileira, a interseção entre crime e política local no estado do Rio não findou com a Constituinte de 1988.

Na década de 1990, por exemplo, investigações também evidenciam os assassinatos de lideranças políticas locais no estado do Rio. Ao mapear os homicídios consumados de lideranças políticas a partir de notícias de jornais locais fluminenses, Paz (2021) contabiliza 87 episódios entre 1988 e 2020. Nos dados, as cidades da Baixada surgem em destaque, sobretudo o município de Magé (PAZ, 2021).

Ao adotar metodologia similar à utilizada pelo OVPE, Marinho e Rodrigues (2024) também notificam a presença de violência contra lideranças políticas em cidades da Baixada Fluminense entre 2015 e 2023. Novamente a partir de análise de reportagens da imprensa local fluminense, os autores notificaram mais de 50 casos de homicídios de atores políticos como lideranças, ativistas, militantes locais e jornalistas em cidades da região, com destaque para os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu (MARINHO; RODRIGUES, 2024).

Em uma perspectiva qualitativa, Lins (2023) averigua como a vida de atores políticos fluminenses é impactada pela 'política do medo' imposta por organizações criminosas e pela violência policial. A partir de uma série de entrevistas com ativistas negros de regiões periféricas do estado do Rio, nota-se uma coibição na livre participação política desses militantes que sofrem constantemente da violência estatal e criminal, bem como a desistência de lançamento de candidaturas, sobretudo em locais dominados por milicianos (LINS, 2023).

A fim de dimensionar a problemática violenta na política local ao longo dos anos, em 2000 foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da violência política na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Sob autoria do então deputado estadual Paulo Ramos, a CPI pretendia apurar os episódios e violência contra políticos entre os anos de 1997 e 2000 em municípios do Rio[28]. Já em 2008, relacionada à expansão de grupos paramilitares, instaurou-se a CPI das Milícias. Sob autoria do então deputado estadual Marcelo

[28] A "CPI para apurar a violência política no estado do Rio de Janeiro no período que abrange os últimos quatro anos" é fruto da Resolução n. 247 de 2000. Para mais informações, ver: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/77a637900523c888032568c10064bbad?OpenDocument&Highlight=0,violência,política#_Section1.

Freixo, a CPI foi responsável por inquirir o avanço das milícias em comunidades do estado do Rio de Janeiro (ALERJ, 2008)[29].

No presente, novamente a fim de dar magnitude ao cenário aqui descrito, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ) tomou algumas ações frente à ameaça do crime organizado para com a segurança dos eleitores e do processo eleitoral como um todo. Nas eleições de 2024, o TRE-RJ modificou quase uma centena de endereços de seções eleitorais localizadas em regiões da capital dominadas pelo crime organizado (REGUEIRA, 2024).

Por fim, do ponto de vista metodológico, o cruzamento entre domínio territorial ilegítimo com os casos de violência política e eleitoral se apresenta como a estratégia ideal para identificar a manifestação do fenômeno. Contudo, a operacionalização da presença dessas organizações ainda é um entrave. Para além da subjetividade na qual permeia o termo 'ocupação' territorial, não há dados numéricos e/ou espaciais definitivos referentes à atuação das organizações criminosas, nem informações suficientes para abarcar todas as cidades do estado do Rio.

Uma forma de aferir a violência criminal – que abrange tanto a criminalidade armada como as organizações criminosas –, é partir dos homicídios comuns. Ainda que nem todos os homicídios são causados por organizações criminosas, a criminalidade armada é um braço constituinte do crime organizado, bem como ferramental indispensável frente ao controle territorial e, em alguma medida, controle da disputa política local (ALBARRACÍN, 2018), como visto na discussão teórica da **seção 2.1**. Além disso, a alta mortalidade violenta no município pode indicar maior presença e atuação da organização criminosa no território. No mais, sublinha-se que o uso dos homicídios comuns é uma variável empregada recorrentemente pelos estudos do campo (DANIELE; DIPOPPA, 2017; HOELSCHER, 2015; PONCE, 2019; VILLARREAL, 2002).

Realizada a contextualização sumária da parte teórica e dos fatos históricos do estado do Rio, o capítulo se encaminha para a primeira pergunta de pesquisa da dissertação: em que medida a violência social, em especial a criminalidade armada, prediz a ocorrência de violência contra lideranças políticas em municípios fluminenses? Tal indagação nos leva ao teste da hipótese H1: quanto maior a violência criminal no município, maior a ocorrência de violência política, em especial homicídios.

---

[29]Já a "CPI das Milícias" é fruto da Resolução n. 733 de 2008. Para mais informações, ver: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/4e01814e64be553c032564ff00614601/f0bd0e60859c3fff83257521007875cd?OpenDocument.

2.3 Metodologia

Tendo em vista que a dissertação trata de uma pesquisa de método quantitativo, esta seção de metodologia descreve como transcorreu a coleta e o tratamento dos dados, quais foram as variáveis utilizadas, bem como as técnicas de pesquisa mobilizadas. Neste capítulo, o foco da investigação recai sobre as características criminais locais enquanto preditoras da violência política e eleitoral. Nesse sentido, a unidade de análise são as cidades fluminenses, mais especificamente, os 92 municípios que compõem o estado do Rio de Janeiro.

No que diz respeito aos dados, a dissertação se utiliza dos dados de violência política e eleitoral coletados pelo OVPE no recorte temporal de 2018 a 2024 (GIEL, 2024a). Como descrito na **seção 1.3**, o observatório coleta episódios de violência contra lideranças políticas no Brasil a partir do monitoramento da imprensa *online*, e classifica os tipos de violência a partir das categorias estipuladas por Krook (2020): violência física, violência psicológica, violência econômica, violência sexual e violência semiótica[30].

Ademais, o banco de dados disponibilizado pelo observatório possui uma série de covariáveis que remetem a informações sociais, geográficas e políticas acerca das vítimas e dos respectivos locais na qual estas atuam politicamente. Aqui, três principais variáveis são mobilizadas: "tipo de violência" que a acometeu, 'município' em que a vítima atua, e a 'data' do episódio violento[31].

Na medida em que a pesquisa concerne um estudo de caso do estado do Rio de Janeiro – sendo este o recorte geográfico estipulado, foram utilizadas apenas informações de episódios violentos ocorridos contra lideranças que atuam/possuem cargos pelo estado do Rio. Portanto, envolve lideranças com mandato, ou ex-políticos e pré-candidatos/candidatos a cargos do legislativo municipal, estadual e federal, e executivo municipal e estadual.

Em relação às técnicas adoatas para analisar os dados, inicialmente utilizou-se a Análise Exploratória de Dados (AED) (HAIR et al., 2009), com intuito de observar a distribuição dos dados temporalmente e geograficamente, bem como os principais tipos de violência cometidos no período. Em seguida, a fim de operar o teste da hipótese (H1)[32], foi estimado o modelo de regressão "*Zero-inflated negative binomial model*" (ZINB). O modelo de regressão ZINB é

---

[30] Para mais informações sobre a metodologia do OVPE, assim como a tipologia proposta por Krook (2020), veja a **seção 1.4.**

[31] Questões acerca do banco de dados do OVPE e suas respectivas variáveis podem ser esclarecidas através do "Livro de Códigos" disponível em: http://giel.uniriotec.br/?file=metodologia

[32] Sobre a hipótese H1 da dissertação e a problematização que envolve a sua formulação, veja a seção "**Hipóteses**" na **Introdução** da dissertação.

utilizado para quando a variável dependente possui natureza numérica do tipo discreta – dados de contagem – bem como quando há uma distribuição demasiadamente dispersa e inflada de valores zero (GARAY et al., 2011; ZAMANI; ISMAIL, 2013).

De maneira sintética, o modelo ZINB estima, simultaneamente, dois cenários: a ocorrência ou não de um evento (modelo binominal), e, em um segundo cenário, reconhecido a ocorrência do fenômeno, com qual frequência ocorre (modelo de contagem) (UCLA, [s.d.]). Tal descrição se assemelha diretamente com o cenário aqui examinado. Por exemplo, em relação à distribuição de homicídios de lideranças políticas, há municípios fluminenses sem histórico de episódios de homicídio no período; outros, somam um episódio, dois episódios, e assim sucessivamente. Dessa forma, a partir de Garay et al (2011), tem-se:

$$\log(\mu i) = x_i^T \beta$$

enquanto a parte do modelo de contagem, sendo x_i o vetor referente a variável explicativa de natureza numérica discreta e β o parâmetro da regressão, e:

$$\log\left(\frac{\rho_i}{1-\rho_i}\right) = z_i^T \gamma$$

enquanto o modelo binomial de zero inflados com função de ligação logarítmica (*logit*), no qual z_i é a variável explicativa binária e γ o parâmetro da regressão (ZAMANI; ISMAIL, 2013).

Acerca da preferência pelo modelo ZINB, ainda que transformações na natureza da variável dependente possibilite a utilização de um modelo linear de mínimos quadrados ordinários (OLS) – comumente utilizado na ciência política quantitativa (KRUEGER; LEWIS-BECK, 2008)[33], um número excessivos de zeros na variável dependente prejudica a aplicação do modelo OLS; e, portanto, reforça o uso do modelo ZINB enquanto um amadurecimento metodológico da pesquisa.

[33] Para maior robustez da análise estatística, o autor estimou modelos lineares de mínimos quadrados ordinários (OLS) a partir da transformação da variável dependente em uma taxa de homicídio de lideranças políticas nos municípios fluminenses. Contudo, vide os excessivos dados com valor zero, os *outputs* da regressão foram inconsistentes – intervalos de confiança amplos, e R2 excessivamente baixos. Além disso, os resultados mostraram-se incongruentes com a teoria mobilizada, e, metodologicamente, os modelos feriram pressupostos como a linearidade dos resíduos padronizados – postulação vital para um modelo OLS de qualidade (FILHO et al., 2011). Também foi realizado testes como o Box Cox e outras diversas transformações nas variáveis. Ainda assim, as regressões não atingiram a normalidade dos resíduos, invalidando sua interpretação.

Quanto às variáveis presentes na estimação do modelo, a variável dependente (ou seja, a questão a ser explicada) é a frequência de homicídios (tentados e consumados) no município contra lideranças políticas entre 2018 e 2024, a partir do Banco de dados do OVPE (GIEL, 2024a). Por sua vez, a variável independente (ou seja, o objeto explicativo) é a frequência de casos no município de homicídio comum entre 2018 e 2022 do DATASUS disponibilizadas pelo Ipea Data Social (DATASUS, 2022) [34].

Literaturas do campo costumam mensurar violência social através do cálculo da taxa de homicídio por cem mil habitantes (HOELSCHER, 2015; PONCE, 2019; VILLARREAL, 2002). Contudo, tal escolha foi preterida nesta pesquisa por dois principais motivos: (i) a fim de manter a natureza de contagem das variáveis (já que o modelo ZINB exige que a variável dependente seja numérica discreta, o ideal é que a variável independente possua a mesma natureza), e (ii) há uma variação excessiva na taxa de homicídio por 100 mil habitantes no estado do Rio no período, seja pela questão da própria crise na segurança pública, seja pela pandemia de Covid-19; portanto, tal distorção de dados influi na qualidade da modelagem ao gerar alto desvio padrão e muitos *outliers*.

Prosseguindo, cinco covariáveis de controle também foram adicionadas na modelagem. Tais variáveis remetem a características locais que podem influenciar o fenômeno do homicídio de lideranças políticas. A primeira covariável é "Região", que remete à localização geográfica na qual o município se encontra; por razões de simplificação, foi categorizada de maneira dicotômica: localizar-se ou não na Região Metropolitana[35].

Já as outras três covariáveis remetem à natureza política-eleitoral local. A variável "Turnos eleitorais" descreve o tamanho e o 'peso' do município em termos eleitorais. Segundo o Art. 29 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), em eleições para cargos majoritários, municípios com mais de 200 mil eleitores podem, caso seja necessário, ter um segundo turno. Dessa forma, a justificativa para a inserção da variável remete ao seguinte argumento: se o

[34]Até a data da escrita desta dissertação, o Ipea Data Social ainda não possuía os dados de homicídio comum municipal dos anos de 2023 e 2024. Além disso, o repositório só possui a contagem de mortes por causa externa/não natural, sem menção à atentados (homicídios tentados). Frisa-se, também, que foi pesquisado outras variáveis que mensuram violência social. O Instituto de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro (ISP) (INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024) possui banco de dados com informações sobre violência. Contudo, o instituto apenas possui dados para alguns municípios do estado, o que por sua vez, gera um excessivo número de cidades sem dados (NA) – novamente, atrapalhando a modelagem.

[35]A escolha sobre quais municípios compõem a Região Metropolitana do Estado do Rio (RMRJ) segue o trabalho de Ferreira, Januzzi e Gianolli (2023), que atribui, além da capital Rio de Janeiro, os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

município possui dois turnos, há uma janela de tempo maior para campanha eleitoral, o que pode ocasionar mais casos de violência.

Por fim, duas variáveis relacionadas à competição política local são operacionalizadas. Dado que, como será exibido na análise de resultados, grande parte dos episódios de violência política e eleitoral ocorrem contra vereadores e candidatos/pré-candidatos a vereança, utilizou-se a razão entre número de candidatos sobre a quantidade de vagas disponíveis na câmara municipal local.

Tal métrica é calculada pelo TSE (2024a) em cada ano eleitoral, sendo uma das formas de observar o acirramento do pleito municipal a partir da proporção de candidatos *versus* cadeiras disponíveis no parlamento da cidade. Como o recorte da dissertação exprime dois anos eleitorais municipais, foi acrescentado o resultado da razão candidato/vaga de cada cidade fluminense em 2020 e 2024 (TSE, 2024b).

Ressalta-se que, por questões metodológicas, algumas variáveis não são mobilizadas, tais como o tamanho do eleitorado/população municipal. Essas duas variáveis já estão indiretamente representadas pelas variáveis "Região" e "Quantidade de turnos", tendo em vista que as cidades que compõem a Região Metropolitana são mais populosas, assim como municípios mais populosos possuem dois turnos eleitorais. Portanto, o acréscimo dessas variáveis dificulta a interpretação do modelo e acarreta multicolinearidade – ou seja, quando duas ou mais covariáveis possuem alta correlação (FILHO; SILVA; DOMINGOS, 2015).

Além disso, optou-se por não utilizar variáveis socioeconômicas como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Para além da adequação dos dados (o IDHM disponível pelo IBGE é do Censo de 2010, não refletindo o recorte temporal da dissertação nem as transformações socioeconômicas da última década), não há grande variação no IDHM municipal. Em adição, o IDHM induz multicolinearidade com a variável "Região", uma vez que municípios da Região Metropolitana, em geral, possuem maior IDHM frente aos municípios do interior fluminense.

Por fim, resume-se que a modelagem desenvolvida é utilizada para compreender o efeito que a presença de homicídio comum no município representa frente aos homicídios de atores políticos locais. No mais, a **Tabela 5** sumariza as variáveis utilizadas no modelo, bem como resume suas respectivas naturezas, as categorias, e a fonte dos dados.

Tabela 5 - Mensuração do modelo de regressão ZINB

Nome	**Definição**	**Tipo**	**Categorias**	**Fonte**
Variável dependente				
Homicídios de lideranças políticas	Contagem de homicídios (tentados e consumados) contra lideranças políticas do estado do Rio entre 2018 e 2024	Numérica	Discreta	OVPE
Variável independente				
Homicídios comuns	Contagem de homicídios comuns (consumados) contra cidadãos em municípios do estado do Rio entre 2018 e 2022	Numérica	Discreta	DataSUS via Ipea Data social
Variáveis de controle				
I. Natureza geográfica				
Região do RJ	Localização geográfica do município	Categórica	(0) Interior (1) Metropolitana	Ferreira, Januzzi e Giannella (2023)
II. Natureza político-eleitoral				
Turnos eleitorais	Quantidade de turnos eleitorais a partir da frequência de eleitoral do município (possuir ou não 200 mil eleitores)	Categórica	(0) Um turno (1) Dois turnos	TSE
Razão candidatos/vagas 2020	Razão entre a quantidade de candidaturas a vereança dividido pela quantidade de vagas na câmara municipal local nas eleições municipais de 2020	Numérica	Contínua	TSE
Razão candidatos/vagas 2024	Razão entre a quantidade de candidaturas a vereança sobre a quantidade de vagas na câmara municipal local nas eleições municipais de 2024	Numérica	Contínua	TSE

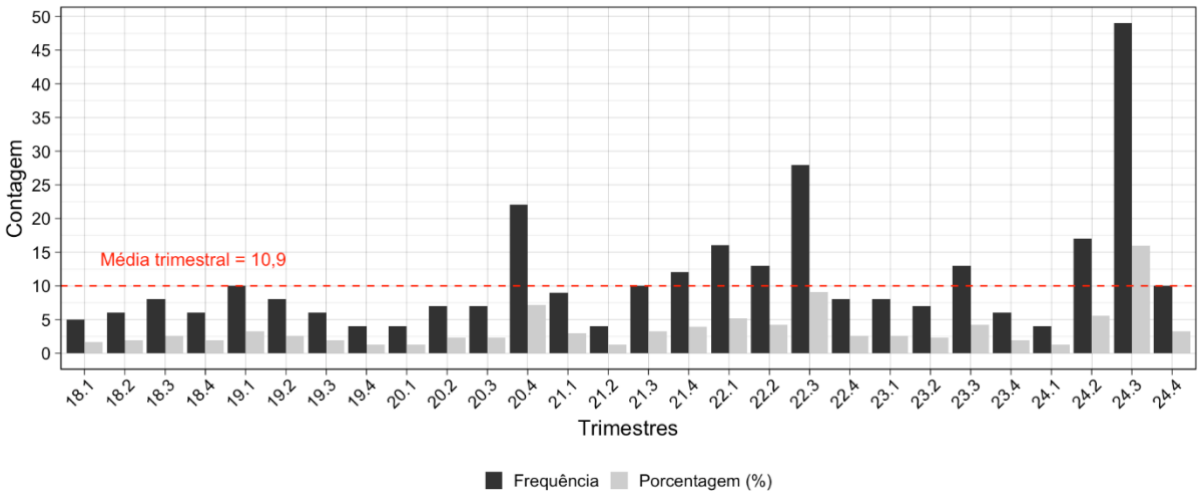
Fonte: Elaboração própria.

2.4 Análise dos resultados e discussão

A seção de análise dos resultados é construída em dois momentos. Inicialmente, são exibidos os resultados preliminares da análise estatística descritiva. No segundo momento, parte-se para a análise estatística inferencial. Ademais, tendo em vista que o **capítulo 2** enfatiza a questão da geografia local e das características dos territórios, não será analisada a distribuição das violências pelo perfil da vítima – atribuição do **capítulo 3**, cujo foco recai sobre as lideranças e seus respectivos marcadores sociais.

Entre 2018 e 2024, o OVPE compilou 307 episódios de violência contra lideranças políticas ou familiares do estado do Rio de Janeiro. A **figura 4** exibe a distribuição temporal dos casos pelos trimestres.

Figura 4 - Distribuição dos episódios pelos trimestres (2018-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

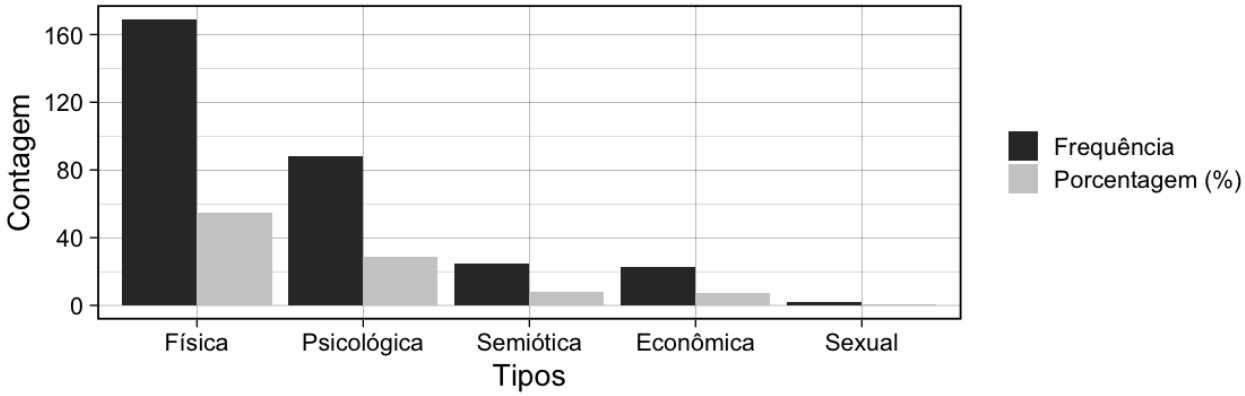
Nota-se que todos os trimestres computaram casos, sendo 10,9 a média de casos por trimestre. Contudo, alguns se destacam com maior proeminência: o terceiro trimestre de 2024, com 49 episódios (16% do total do período), o terceiro trimestre de 2022, com 28 episódios (9,1%) e o quarto trimestre de 2020 com 22 episódios (7,2%)[36]. Esses picos refletem o período de campanha eleitoral do respectivo ano. Pesquisas empíricas nacionais observam que o período eleitoral, ou seja, o ciclo que engloba o período de campanhas e os dias dos pleitos, costuma notificar mais casos de violência política e eleitoral em comparação aos outros ciclos (BARBIERI et al., 2023; BORBA et al., 2022; CARNEVALE, 2024; LAURIS; HASHIZUME,

[36]As eleições municipais de 2020 ocorreram no quarto trimestre do ano tendo em vista a pandemia do Coronavírus.

2020; MARINHO; RODRIGUES, 2024; PAZ, 2021; RODRIGUES et al., 2022). Portanto, o estado do Rio não se distancia de tal prognóstico.

No que diz respeito às modalidades pelas quais a violência se manifesta, a **figura 5** exibe a distribuição da violência a partir das cinco categorias desenvolvidas por Krook (2020) e utilizadas no monitoramento do OVPE. Durante os sete anos recortados, a violência física lidera as manifestações violentas com 169 casos (55% do total). Em seguida, surge a violência do tipo psicológica com 88 episódios (28,7%), a violência semiótica com 25 (8,1%), a econômica com 23 (7,5%), e dois casos de violência sexual (0,6%).

Figura 5 - Distribuição dos tipos de violência (2018-2024)

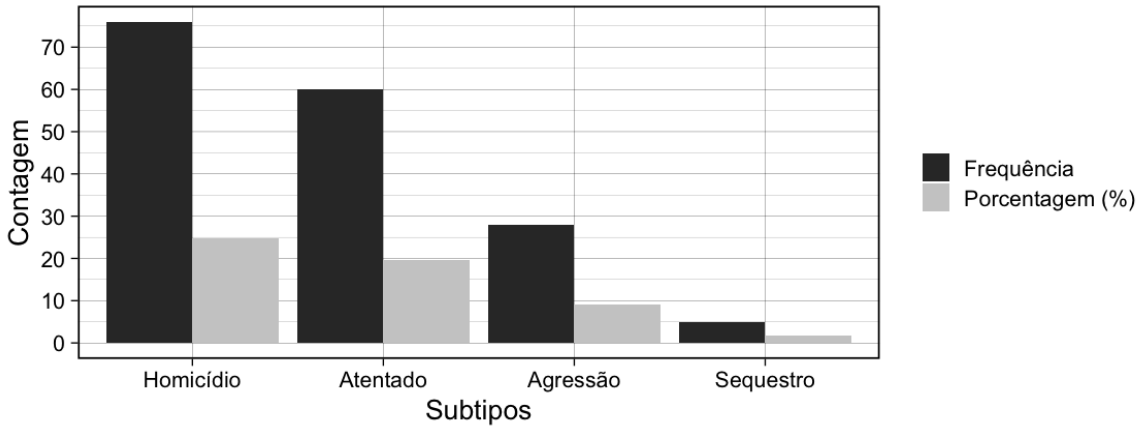


Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

A categoria de violência física também se destaca nos trabalhos nacionais que se debruçam a investigar as modalidades pelas quais a violência política e eleitoral se manifesta atualmente (CARNEVALE, 2024). Essa categoria inclui episódios violentos desde tapas, socos, e demais agressões físicas, até a violência mais letal, como homicídios tentados (atentados) e homicídios consumados (assassinatos). A **figura 6** realiza um filtro na violência física a fim de compreender como se distribui as sub modalidades dentro desse tipo de violência tão comum no estado do Rio.

Pelo gráfico, percebe-se que os homicídios de lideranças e/ou seus respectivos familiares correspondem a 76 episódios (45% de todos os casos de violência física do período), sendo este resultado uma implicação meritória da violência política e eleitoral no estado do Rio. Diferentemente das avaliações nacionais, onde as ameaças costumam se destacar (BARBIERI et al., 2023; BORBA et al., 2022; LAURIS; HASHIZUME, 2020), no Rio, os homicídios tomam lugar com maior proeminência.

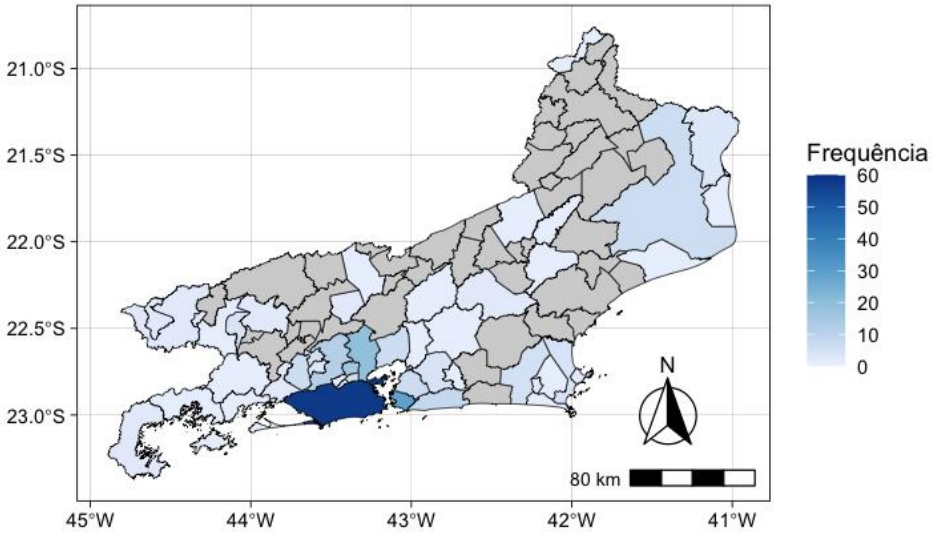
Figura 6 - Distribuição dos subtipos da violência física (2018-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

Ao distribuir geograficamente os casos, 47 municípios fluminenses notificaram ao menos um caso de liderança política ou familiar de liderança violentado entre 2018 e 2024.[37] A **figura 7** exibe o mapa das cidades. Os municípios com maior número de casos contabilizados são, por ordem, a capital Rio de Janeiro, com 58 casos (18,9%), Niterói, com 29 casos (9,4%), Duque de Caxias, com 19 (6,2%), Belford Roxo, com 15 (4,9%) e Nova Iguaçu, com 11 (3,6%). Municípios que integram a RMRJ concentram mais casos. Não por coincidência, as cidades que integram a região detêm quantitativo maior de eleitores, e consequentemente, maior oferta de cargos políticos em processos eleitorais.

Figura 7 - Mapa dos casos de violência política pelos municípios do RJ

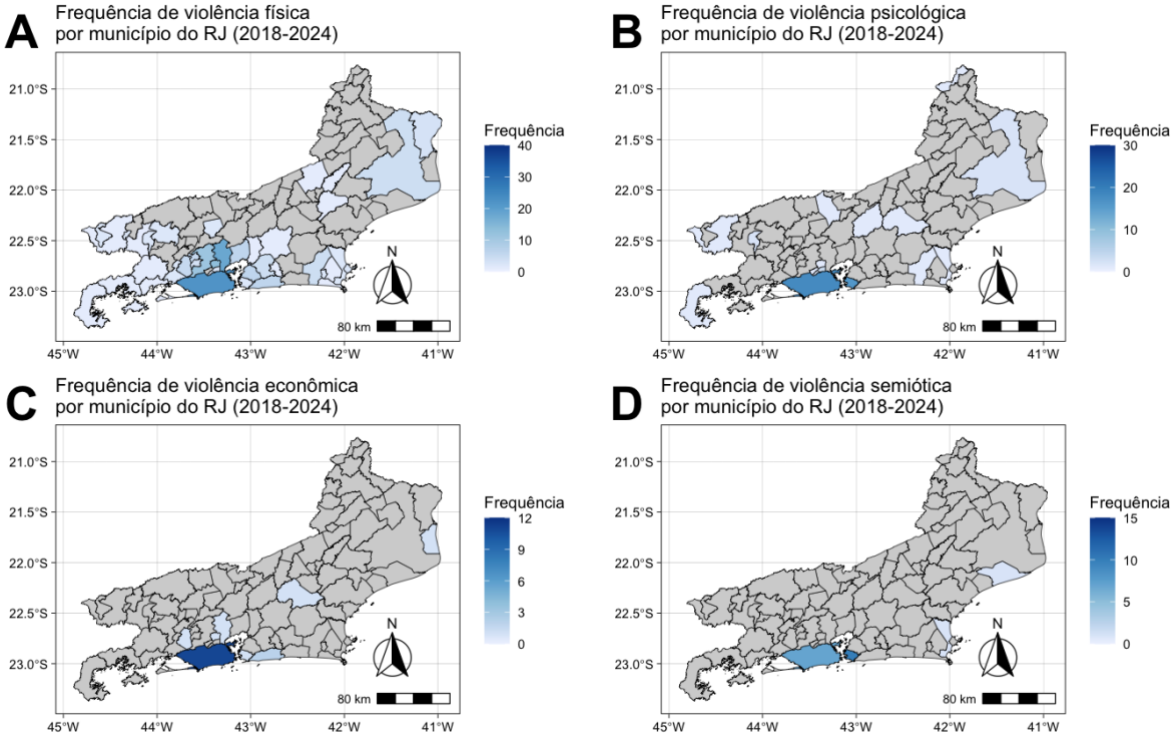


Fonte: Elaboração própria com auxílio do pacote Geobr (PEREIRA; GONÇALVES, 2024).

[37] Casos de violência contra deputados estaduais e federais, governador e vice-governador, e secretários da administração estadual, não entram na distribuição dos municípios, tendo em vista que representam o estado do Rio como um todo. No mais, o **Apêndice B** mostra a distribuição nominal das cidades.

Ao testemunhar a ordenação dos tipos de violência pelos municípios do estado, a **figura 8** exibe que a violência física ocorreu em 40 cidades, com destaque para a capital (22 casos, 13%), Duque de Caxias (18 casos, 10,6%) e Belford Roxo (13 casos, 7,7%). A violência psicológica, por sua vez, ocorreu em 16 cidades, com destaque para a capital (18 casos, 20,4%) e Niterói (16 casos, 18,2%).

Figura 8 - Mosaico de mapas com os tipos de violência pelos municípios do RJ[38]



Fonte: Elaboração própria com auxílio do pacote Geobr (PEREIRA; GONÇALVES, 2024).

Por fim, a violência econômica foi notificada em oito cidades, com destaque para a capital (11 casos, 47,8%) e Maricá (dois casos, 8,7%); e a semiótica, em quatro cidades, com destaque para Niterói com 10 casos (40%). Neste último, chama atenção a recorrência de episódios transfóbicos e racistas contra a vereadora niteroiense Benny Briolli (PSOL-RJ)[39].

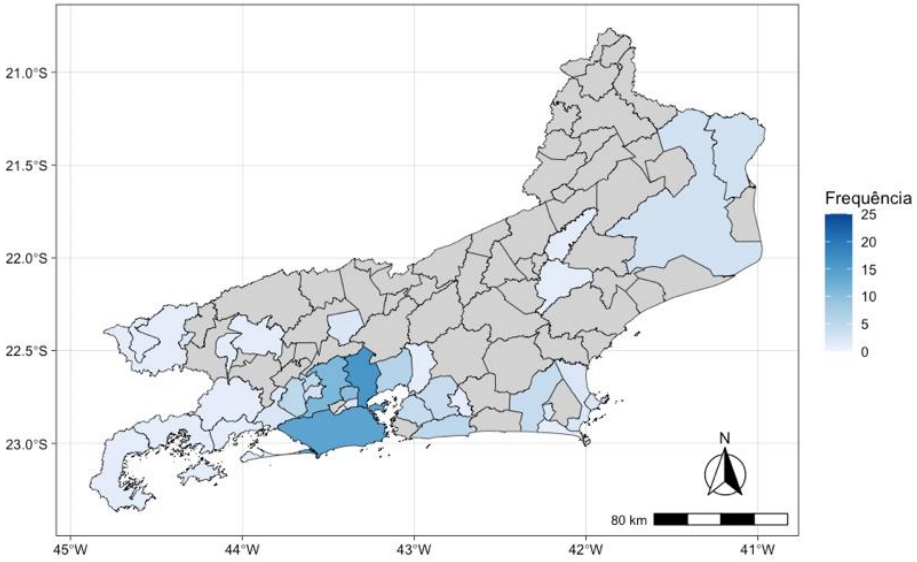
Ao observar os homicídios (tentados e consumados) de lideranças e/ou familiares – a modalidade mais letal da violência (BORBA et al., 2022), a **figura 9** exibe as cidades com histórico de homicídios no período. Ao todo, 35 municípios somam casos, com maior incidência nas cidades que compõem a Região Metropolitana e a Baixada Fluminense. Em primeiro lugar

[38] Os dois casos de violência sexual foram contra lideranças políticas que possuem cargos de nível federal, não sendo contabilizadas a um município em específico. Reforça-se que a distribuição nominal das cidades atingidas pode ser vista no **Apêndice B**.

[39] Entre 2018 e 2024, a vereadora foi sete vezes vítima desse tipo de violência, o que representa 28 % de todos os episódios de violência semiótica do período. Uma discussão mais aprofundada sobre esse tipo de violência é realizada no **capítulo 3**.

está Duque de Caxias, com 16 episódios (11,8%), seguido pela capital, com 14 episódios (10,3%), Nova Iguaçu com 11 (8,1%), Belford Roxo com 10 (7,3%), Magé com seis (4,4%), e Japeri, Seropédica e Maricá com cinco episódios cada (3,7% cada).

Figura 9 - Mapa dos casos de homicídio (tentado e consumado) contra lideranças políticas pelos municípios do RJ



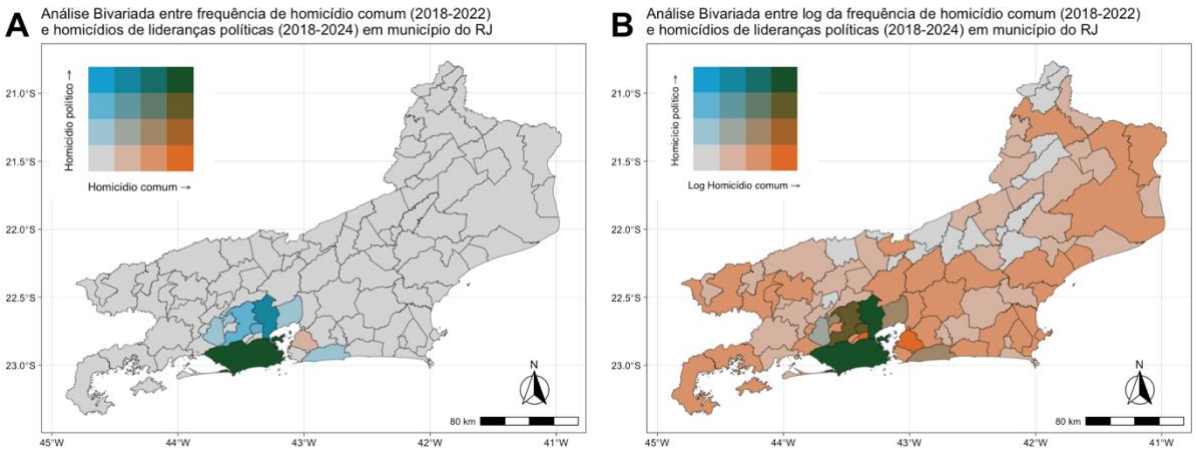
Fonte: Elaboração própria com auxílio do pacote Geobr (PEREIRA; GONÇALVES, 2024).

Como discutido na **seção 2.2**, os municípios que compõem a Região da Baixada Fluminense concentram maior frequência e taxas de homicídio por cem mil habitantes em relação às outras cidades do estado (DATASUS, 2022). E na esfera da violência política letal, percebe-se que estes municípios também surgem com maior quantidade de casos.

Tal achado nos leva a indagação: considerando a presença da criminalidade armada em tais localidades, como esse cenário impacta a ocorrência dos homicídios de lideranças políticas? A título de exemplo, a **figura 10** exibe uma análise bivariada entre os homicídios comuns frente aos homicídios de lideranças políticas. Os mapas expõem os resultados de uma matriz de correlação por cor expostas na legenda dentro da figura. A matriz de correlação por cor indica a força do relacionamento entre duas variáveis numéricas. Logo, a cor pela qual o município é representado no mapa exibe o resultado da correlação.

O mapa A da **figura 10** expõe o resultado da correlação entre as variáveis frequência de homicídio comum no município entre 2018 a 2022 (DATASUS, 2022) e a frequência de homicídios (tentados e consumados) de lideranças políticas entre 2018 e 2024 (GIEL, 2024a). Já o mapa B, por sua vez, converte a frequência de homicídio comum em logaritmo natural (Ln) dado sua distribuição não normal – transformação comum em estudos com variáveis de natureza numérica (BENOIT, 2011).

Figura 10 - Mosaico de mapas com correlação bivariada entre homicídio comum e homicídio (tentado e consumado) de lideranças políticas pelos municípios do estado do RJ



Fonte: Elaboração própria a partir de DATASUS (2022) e OVPE (GIEL, 2024a) com auxílio do pacote Geobr (PEREIRA; GONÇALVES, 2024).

Em síntese, independentemente da forma como mensuramos a taxa de homicídio comum (seja por frequência absoluta seja por logaritmo natural), os municípios que testemunham maiores frequências de homicídio comum também apresentam maior frequência de homicídio de lideranças políticas e/ou familiares. E além da capital, estes se concentram, majoritariamente, na Baixada Fluminense.

Assim sendo, a análise de resultados segue para a realização do teste da hipótese H1: cidades cujo número de homicídios comuns é elevado, lideranças políticas que atuam e disputam o poder político local sofrem mais homicídios tentados ou consumados. No mais, a expectativa inicial do teste, engendrado por um modelo estatístico, é que a variável dependente e a variável independente possuam correlação com sinal matemático positivo: quanto maior a frequência de homicídio comum no município, os homicídios de lideranças políticas locais crescem.

Ressalta-se que o modelo ZINB engloba dois componentes: a parte binomial de zero-inflados, que modela a ocorrência de homicídios políticos ou não, e a parte de contagem, no qual, dado a ocorrência de homicídio político, modela-se quantas ocorrências. Uma última observação sobre a variável independente precisa ser mencionada: a variável foi novamente transformada em logaritmo natural (Ln) com o propósito de corrigir a sua distribuição (BENOIT, 2011).

Tabela 6 - Resultado dos modelos de regressão ZINB com função de ligação, P valor e AIC

	Modelo 1		**Modelo 2**		**Modelo 3**		**Modelo 4**	
Preditores	*Função de ligação*	*p*	*Função de ligação*	*p*	*Função de ligação*	*p*	*Função de ligação*	*p*
Count Model								
(Intercepto)	0.06	**0.001**	0.05	**<0.001**	0.11	0.052	0.08	**0.009**
(Ln) Frequência de homicídio comum	1.92	**<0.001**	1.88	**<0.001**	1.73	**0.015**	1.85	**0.001**
Região [Metropolitana]			1.81	0.066			2.12	**0.021**
Quantidade de turnos [Dois turnos]					1.43	0.516	1.53	0.333
Razão candidato/vaga câmara municipal 2020					1.00	0.948	0.96	0.167
Razão candidato/vaga câmara municipal 2024					1.00	0.966	1.03	0.529
Zero-Inflated Model								
(Intercepto)	2.97	0.548	1.78	0.755	8.44	0.328	5.11	0.436
(Ln) Frequência de homicídio comum	0.64	0.161	0.76	0.374	0.54	0.304	0.56	0.319
Região [Metropolitana]			0.23	0.328			0.17	0.172
Quantidade de turnos [Dois turnos]					0.83	0.918	0.63	0.770
Razão candidato/vaga câmara municipal 2020					1.05	0.608	1.12	0.333
Razão candidato/vaga câmara municipal 2024					0.92	0.551	0.88	0.403
Observations	**92**		**92**		**92**		**92**	
AIC	**223.032**		**219.410**		**234.063**		**227.051**	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do OVPE (GIEL, 2024a) com auxílio do pacote SjPlot (LÜDECKE, 2023).

A **tabela 6** exibe os resultados das regressões ZINB e os valores dos Critérios de Informação Akaike (AIC). Os modelos foram desenvolvidos no *software* Rstudio através da função zeroinf do pacote *Political Science Computational Laboratory* (PSCL) (JACKMAN, 2024). Ao todo, foram estimados quatro modelos. O modelo 1 é o modelo base, no qual a variável independente foi estimada isoladamente. O modelo 2 estima a variável independente junto a variável de controle geográfica. No modelo 3, estima-se a variável independente com as variáveis de controle político-eleitorais. Por fim, o quarto e último modelo estima todas as covariáveis simultaneamente. Frisa-se que os testes de multicolinearidade (VIF) dos modelos estão expostos no **apêndice C.**

Inicialmente, na parte de zero-inflados – exposta da metade para baixo na **tabela 6** – , a variável independente homicídio comum não se mostrou estatisticamente significativa em nenhum cenário. Nos quatros modelos estimados, obteve-se um *p*-valor maior que alpha (α) a 0,05. Em outras palavras, nem os homicídios comuns no município, nem outras covariáveis como região, quantidade de turnos e razão/candidato voto – explicam ter ou não episódios de homicídios políticos locais. Apesar disso, o modelo de contagem expõe um resultado diferente.

Os *outputs* dos modelos de contagem – expostos da metade para cima na **tabela 6** -, revelam que a frequência de homicídios comuns foi estatisticamente significativa em todos os cenários modelados, com *p*-valor menor que alpha (α) a 0,05. Nesse sentido, pode-se concluir que tal variável está correlacionada à ocorrência de homicídios políticos nos municípios.

Para melhor interpretação do tamanho do efeito, fez-se uma transformação exponencial dos coeficientes da regressão, cujo resultado está apresentado na coluna "Função de ligação". No geral, os valores da variável independente alternam entre 1,73 e 1,92. Assim sendo, no modelo 1, o aumento de uma unidade de homicídio comum no município aumenta em 92% os homicídios políticos locais. No modelo 2, controlado pela covariável região, o aumento de uma unidade de homicídio comum aumenta em 88% os homicídios políticos locais.

No modelo 3, por sua vez, tendo como controle as variáveis de caráter político-eleitoral, o aumento de uma unidade de homicídio comum aumenta em 73% os homicídios de lideranças políticas. E por fim, no quarto e último modelo, tendo todas as variáveis de controles estimadas, o aumento de uma unidade de homicídio comum no município aumenta em 85% o homicídio de lideranças políticas. Ademais, no modelo 4, região é a única covariável estatisticamente significativa, com um *p*-valor menor que alpha (α) a 0,05. Isso indica que, em um município localizado na Região Metropolitana do estado do Rio, os homicídios políticos esperados são 112% maior em comparação aos municípios do interior.

2.5 Considerações finais

Em resumo, os resultados tanto da análise descritiva quanto da inferência estatística expõem duas principais questões frente à manifestação do fenômeno violento na política do estado do Rio. Em primeiro lugar, que o Rio acompanha a lógica nacional, cujos episódios de violência contra lideranças políticas e/ou familiares tendem a aumentar nos anos eleitorais e/ou no ciclo que corresponde ao período eleitoral (BARBIERI et al., 2023; BORBA et al., 2022; CARNEVALE, 2024; LAURIS; HASHIZUME, 2020; MARINHO; RODRIGUES, 2024; RODRIGUES et al., 2022).

No que se refere à manifestação da violência política do tipo física, sobretudo dos homicídios, os municípios que integram a Região da Baixada Fluminense se destacam nesta modalidade, novamente acompanhando as pesquisas locais (MARINHO; RODRIGUES, 2024; PAZ, 2021).

Quanto aos resultados do teste da hipótese H1, aplicada em prática via modelos de regressão ZINB, expressam que os homicídios comuns municipais estão correlacionados e, predizem, os homicídios de lideranças políticas locais. O aumento na frequência de homicídios comum contribui significativamente no aumento dos homicídios (tentados e consumados) de lideranças políticas no período. Tal resultado é meritório para analisar como questões contextuais da geografia local podem explicar a violência contra atores políticos locais. Mais do que isso, assinala um caminho de pesquisa analítica que relaciona como a criminalidade, organizada ou não, é mobilizada para com objetivos eleitorais, conforme a literatura internacional vem debatendo (ALBARRACÍN, 2018; ARIAS, 2013; DANIELE; DIPOPPA, 2017; PONCE, 2019).

Além disso, frisa-se que a análise exposta apresenta limitações. Devido ao curto recorte temporal, a amostra de casos de violência política e eleitoral ainda possui um *n* reduzido. Ademais, por questões de delimitação de acesso à dados, não foi possível utilizar outras variáveis que mensuram a violência e a criminalidade armada. No futuro, essas sugestões necessitam ser incluídas na investigação a fim de complexificar o prognóstico e a amadurecer a pesquisa. Por hora, as conclusões aqui expostas significam um primeiro degrau analítico, de caráter exploratório, e não determinístico.

No mais, o **capítulo 2** efetuou os objetivos específicos 1 e 3, ao identificar os casos de violência e descrevê-los, bem como investigar a associação entre a criminalidade armada e a violência política e eleitoral. Cabe agora prosseguir para a análise do fenômeno violento na política fluminense a partir do nível individual.

3. PERFIL SOCIOPOLÍTICO DAS VÍTIMAS E MODALIDADES VIOLENTAS: ASSINALANDO PADRÕES NO ESTADO DO RIO

O capítulo três desta dissertação visa aprofundar a discussão acerca dos alvos da violência política e eleitoral no estado do Rio. A partir de agora, as lideranças políticas vitimadas são a unidade de análise da investigação. O intuito catalisador é desenvolver a questão de pesquisa de número dois: Qual a influência dos marcadores sociais, como as identidades das vítimas (em especial o seu sexo e a sua cor/raça), sobre o tipo de violência que a acomete? Dessa maneira, atenta-se como as identidades das vítimas podem condicionar o tipo da manifestação violenta – sendo esta a hipótese H2 a ser testada.

Assim sendo, o capítulo está ordenado da seguinte forma: na **seção 3.1** há um compêndio sobre a literatura teórica e empírica, no qual aborda as questões de gênero e cor/raça frente ao fenômeno violento na política. As **seções 3.2** e **3.3,** da metodologia e da análise de resultados e discussão, trata do desenvolvimento da segunda pergunta de pesquisa que move esta dissertação, testando a hipótese de número dois. Além disso, discute e relaciona os resultados frente à literatura relatada no capítulo. Por fim, a **seção 3.4,** de considerações finais**,** reitera os principais resultados e indica lacunas a serem preenchidas para o aperfeiçoamento futuro da investigação empírica.

3.1 A relação entre identidades sociais e tipo de violência: panorama teórico e implicações empíricas recentes

Como as identidades sociais e políticas das vítimas impactam no tipo de violência que as acometem? Estudos recentes da violência política e eleitoral contra lideranças ao redor do mundo evidenciam a presença do fenômeno violento em contextos políticos formais. Como visto, a revisão da bibliografia expõe que democracias, em diferentes níveis de desenvolvimento institucional, seja do Norte Global (COLLIGNON; CAMPBELL; RÜDIG, 2022; COLLIGNON; RÜDIG, 2020; HERRICK et al., 2021) ou do Sul Global (BJARNEGÅRD, 2023; BJARNEGÅRD; HÅKANSSON; ZETTERBERG, 2022; BORBA et al., 2022; CARNEVALE, 2024; FJELDE; HÖGLUND, 2016; LINS, 2023; MARINHO; RODRIGUES, 2024; SERRANO OSWALD, 2023), testemunham – ainda que sob circunstâncias distintas – agressões contra atores políticos.

No entanto, mais do que apenas observar a frequência dos episódios violentos, parte considerável do campo de estudos busca identificar padrões nos alvos políticos pelas quais a

violência acomete (BORBA et al., 2022; CARNEVALE, 2024; COLLIGNON; RÜDIG, 2020; HERRICK et al., 2021; LIMA; FABRIS; SILVA, 2022; MARINHO; RODRIGUES, 2024; RODRIGUES et al., 2022). Mais especificamente, como, a depender das características e marcadores sociais, como sexo, cor/raça, escolaridade, faixa etária, e políticos – filiação partidária e ideologia política – indu15/04/2025 02:41:00zem a manifestação das modalidades violentas e sua recorrência.

A discussão parte de um argumento maior, no qual embora a violência política e eleitoral atinja atores distintos, em suas mais amplas formas de diversidade e identidade, seus respectivos marcadores sociais influenciam as formas pelas quais essa violência é perpetrada. Afinal, assim como o espaço público como um todo, as esferas formais da política permanecem sendo um espaço onde a lógica desigual e segregadora impera. Dessa maneira, uma investigação do fenômeno violento na política sob a lente dos marcadores sociais das vítimas implica em atribuir as questões estruturais que permeiam a violência: o patriarcado e o racismo (MARINHO; RODRIGUES, 2024).

Por adição, o debate segue em linha com o parecer de McDermott (2019) sob o lugar da perspectiva de gênero no debate sobre violência política e violência contra mulheres em geral. A autora atenta que, muita das vezes, as investigações sobre causas e efeitos da violência política – aqui, em sua definição ampla, abrangendo conflitos civis, insurreições e terrorismos - abrange questões relacionadas a modelos de regimes políticos, ou nível de desenvolvimento econômico, desconsiderando as questões de gênero na análise, por exemplo (MCDERMOTT, 2019).

No contexto internacional, sobretudo o de estudos sobre *VAWIP,* diversos artigos pontuam o papel do gênero enquanto determinante no tipo de violência que atinge atores políticos propriamente. Herrick et al. (2021), ao investigar o quão suscetíveis prefeitas e prefeitos de cidades norte-americanas estão à violência, constata que prefeitas mulheres apresentam maior chance de sofrerem violência física e psicológica em relação aos prefeitos homens.

Collignon e Rüdig (2020), ao se debruçar sobre o assédio no qual candidaturas ao parlamento britânico sofreram nas eleições gerais de 2017, identificam que candidatas mulheres possuem maior chance de sofrer assédio em relação aos homens, em especial em ambientes digitais. Em trabalho mais recente, com análise mais abrangente às demais identidades sociais, as autoras identificam que minorias étnicas britânicas e candidatos LGBT+ sofreram mais assédios em relação aos candidatos homens nas eleições gerais de 2020 (COLLIGNON; CAMPBELL; RÜDIG, 2022).

No continente latino-americano, Serrano Oswald (2023) identifica violência contra mulheres na política mexicana nos três níveis administrativos: municipal, estadual e federal. Ainda que o México recentemente instaurou leis de paridade de gênero nas instituições formais da política, os casos de violência contra lideranças mulheres persistem no país (SERRANO OSWALD, 2023).

No contexto brasileiro, trabalhos também mobilizam o *framework* conceitual de *VAWIP* (KROOK, 2020) e a perspectiva da interseccionalidade entre gênero e raça a fim de interpretar a realidade política presente. Utilizando os dados do OVPE sobre violência contra lideranças políticas no ciclo eleitoral de 2022 no Brasil, Carnevale (2024) identifica que o 'sexo' da vítima é uma variável relevante para com o tipo de violência política sofrida no período reportado.

Os resultados dos modelos estatísticos estimados apontam que, enquanto a violência psicológica e institucional são modalidades cujas lideranças mulheres detêm maior chance de serem acometidas frente aos homens, as lideranças masculinas, por sua vez, possuem maior chance de serem vítimas de violência física e patrimonial comparado às lideranças mulheres (CARNEVALE, 2024).

Além disso, o trabalho de Carnevale (2024) em especial avança sobre o tópico referente aos perpetradores da violência política e eleitoral. Com o mesmo recorte temporal e geográfico citado anteriormente, os resultados da modelagem indicam que lideranças mulheres possuem maior chance de sofrerem violência advinda de atores políticos-institucionais em relação às lideranças homens. Portanto, os dados da pesquisa contribuem ao debate sobre ambiente institucionais formais nocivos e inseguros à participação das mulheres em diversas democracias mundo afora (SERRANO OSWALD, 2023).

Novamente sob o *framework* de Krook (2020) e da teoria interseccional, Lima, Fabris e Silva (2022) buscam compreender a especificidade da violência cometida contra mulheres negras na política brasileira. A partir de uma metodologia mista, envolvendo análise de dados quantitativos e análise de discurso de depoimentos de parlamentares, revelam que as manifestações violentas contra essa parcela vão desde atos de violência psicológica e semiótica – as mais identificadas na análise estatística-, até a negligência, agressões raciais, assédio institucional e distribuição desigual de recursos econômicos – as mais identificadas nos depoimentos (LIMA; FABRIS; SILVA, 2022).

Uma contribuição meritória do trabalho das autoras é identificar, para além das categorias tipológicas de *VAWIP* postuladas por Krook (2020), novas modalidades pelas quais a violência contra mulheres negras na política é perpetrada (LIMA; FABRIS; SILVA, 2022). Mais uma vez, reforça-se a necessidade de pensar a violência política e a violência contra

mulheres negras na política enquanto, simultaneamente, uma violência política racial – observado como uma lacuna do campo (LINS, 2023).

Em relação às violências do campo do simbólico, como a desqualificação e as interrupções de discurso – o chamado *'manterrupting'*, Thome e Izumi (2024) analisam décadas de discursos proferidos por parlamentares no Senado Federal Brasileiro. Os pesquisadores notam que senadoras líderes de partidos possuem maior chance de serem interrompidas em discursos na casa legislativa frente aos senadores homens líderes de partido (THOME; IZUMI, 2024). Para além das dinâmicas de poder vigentes nesses espaços, é notório como essas violências ocorrem pelo fato de serem mulheres na política, além de afetarem o desempenho e o exercício integral de suas respectivas atividades (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016a).

Tais cenários de múltiplas violências se repetem sob contextos de recorte geográfico subnacional. Matos, Gonçalves e Monteiro (2024), novamente a partir de uma lente teórica interseccional, analisam como o estado de Minas Gerais – terceiro maior colégio eleitoral do país – , encabeça o *ranking* de ataques contra mulheres políticas. Com base em entrevistas com lideranças mineiras locais, assinalam como suas respectivas atuações são marcadas por episódios de ameaças e ofensas que remetem aos estereótipos de gênero, além da misoginia e do racismo (MATOS; GONÇALVES; MONTEIRO, 2024).

No estado do Rio de Janeiro – o recorte geográfico da dissertação –, artigos também ressaltam a questão racial enquanto uma dimensão meritória na análise da violência política. Lins (2023) assinala como a violência política e, também, a violência urbana e policial nas periferias do Grande Rio, atingem diretamente a vida dos ativistas negros. Já Marinho e Rodrigues (2024), ao focar na região da Baixada Fluminense, reforçam que, apesar de lideranças brancas serem mais vitimadas pela violência política, os resultados expõem a sub-representação de atores não brancos nos espaços de poder local fluminense, produto do racismo na política brasileira.

Em resumo, para além da notória presença da violência política e eleitoral, as pesquisas descritas acima possuem algo em comum: ressaltam a questão de gênero e raça enquanto dimensões diretamente relacionadas à violência contra atores políticos. Porém como – e quanto – essas características afetam as lideranças do estado do Rio especificamente? Dessa forma, encaminha-se para a segunda questão de pesquisa da dissertação, e por conseguinte, testa a hipótese H2: as variáveis sociais e políticas das vítimas fluminenses impactam o tipo de violência que sofreram.

3.2 Metodologia

A seção de metodologia descreve os passos mobilizados a fim de executar os objetivos específicos 2 e 4 desta dissertação. Tal como o capítulo anterior, o terceiro capítulo mobiliza o conjunto de dados de violência política e eleitoral coletados pelo OVPE entre 2018 e 2024. Entretanto, o interesse analítico recai sobre as vítimas, uma vez que as lideranças políticas se tornam a unidade de análise da investigação a seguir. Dessa forma, através do banco de dados do OVPE, buscam-se informações sobre marcadores sociais e políticos dos vitimados, coletados pelo observatório a partir da ficha cadastral das lideranças no portal de Divulgação de Candidaturas do TSE (GIEL, 2024b).

Duas principais técnicas de análises de dados são novamente empregadas: inicialmente, há a descrição das estatísticas preliminares através das Análise Exploratória de Dados (AED) e, em seguida, a modelagem estatística a fim de atestar a hipótese H2[40]. O uso da modelagem estatística visa averiguar a relação entre o perfil sociopolítico das lideranças vitimadas e o tipo de violência que a acometeu. Para tanto, serão estimados modelos de regressão logística binária, amplamente utilizado na área das Ciências Sociais Aplicadas (FERNANDES et al., 2021) e do subcampo da Violência Política e Eleitoral (BORBA et al., 2022; CARNEVALE, 2024; COLLIGNON; RÜDIG, 2020; HERRICK et al., 2021)

Sendo a variável depende γ de natureza categórica binária (*dummy*),o modelo logístico binário propõe medir a associação de variáveis independentes x_n– ou seja, as variáveis resposta – com a ocorrência ou não de um fenômeno (FERNANDES et al., 2021; HAIR et al., 2009). Além disso, a estimação dos coeficientes é realizada a partir de uma função de ligação logarítmica (*Logit*). Em síntese, Hair *et* al. (2009) descreve a notação matemática como:

$$\log\left(\frac{p}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \cdots + \beta_n x_n$$

onde $\log\left(\frac{p}{1-p}\right)$ corresponde à função logarítmica da razão de chances do 'sucesso' da variável dependente ($\gamma = 1$), β_0 o intercepto, $\beta_1 \ldots \beta_n$ os coeficientes Beta (β) a serem estimados, e $\chi_1 \ldots \chi_n$ os valores das variáveis independentes.

[40] Sobre hipótese H2 e a problematização que envolve a sua formulação, veja a seção de **Introdução** da dissertação.

Em relação à operacionalização da modelagem, a variável dependente é ‘Tipo de Violência’, cujo Banco de Dados do OVPE atribui cinco categorias: física, psicológica, econômica, semiótica e sexual. No entanto, influenciado metodologicamente pela literatura (HERRICK, et al. 2023), e tendo em vista que os principais tipos de violência política e eleitoral no estado do Rio são a do tipo física e psicológica (vide **seção 2.4**), decidiu-se trabalhar com essas duas categorias apenas.[41] Portanto, serão estimados dois cenários: no primeiro cenário, tem-se como variável dependente sofrer violência física (1) ou outro tipo (0); e no segundo cenário, a variável dependente passa a ser sofrer violência psicológica (1) ou outro tipo (0).

No que diz respeito às variáveis independentes, foram utilizadas sete covariáveis. Cinco delas são do Banco OVPE: sexo, cor/raça autodeclarada, partido político, escolaridade e idade. Contudo, algumas modificações foram realizadas a fim de simplificação do modelo e explicação mais didática dos resultados. A variável cor/raça autodeclarada foi recategorizada em ‘branca’ e ‘não branca’ – estratégia utilizada em Campos e Machado (2015, 2017) – a fim de compreender como minorias representativas – lideranças amarelas, indígenas, pardas e pretas – são atingidas pelo fenômeno comparado com as lideranças brancas.

Os partidos políticos cujas vítimas são filiadas foram recategorizados pela ideologia que representam vide a classificação ideológica de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023)[42]. Ademais, a “Idade” foi recategorizada em cinco faixas: 18 e 29 anos, 30 e 39, 40 e 49, 50 e 59 e 60 ou mais; já a “Escolaridade” foi recategorizado a partir dos quatro níveis educacionais utilizados em nota técnica do Ipea (LOPEZ; GUEDES, 2020): nível 1 (fundamental incompleto), nível 2 (fundamental completo a médio incompleto)[43], nível 3 (médio completo a superior incompleto) e nível 4 (superior completo).

Por fim, duas covariáveis foram implementadas pelo autor e inseridas na modelagem: a “Situação”, na qual indica se, no momento da violência, a liderança era pré-candidata/candidata ou não a algum cargo. E “Ano eleitoral”, que atribui duas categorias: se a liderança foi violentada em um ano eleitoral ou não-eleitoral. No mais, a **tabela 7** sintetiza todas as modificações realizadas bem como resume a mensuração da modelagem proposta.

---

[41]Os demais tipos de violência possuem um número de casos reduzido. Nesse sentido, não sendo suficiente para estimar modelos estatísticos robustos.

[42]Por motivos de simplificação, no modelo, alocou-se os partidos de 'extrema-esquerda' na categoria 'esquerda'; assim como partidos de 'extrema-direita' foram alocados junto à 'direita'. Já os partidos de 'centro-esquerda' e 'centro-direita' foram unidos à categoria 'centro’.

[43] Novamente por motivos de simplificação, no modelo, os níveis educacionais 1 e 2 foram unificados.

Tabela 7 - Mensuração dos modelos de Regressão Logística Binária

Nome	Descrição	Natureza	Categorias	Fonte
Variável dependente				
Violência (física) Violência (psicológica)	Tipo de violência sofrida (física ou não) / (psicológica ou não)	Binária	(0) Não sofreu; (1) Sofreu;	OVPE
Variáveis independentes				
Cor/raça	Cor/raça autodeclarada pela vítima	Nominal	(0) Não branca (1) Branca	OVPE via TSE
Escolaridade	Nível de escolaridade do Ipea: Nível 1 e 2 (fundamental incompleto a médio incompleto), Nível 3 (médio completo a superior incompleto), Nível 4 (superior completo)	Ordinal	(0) Nível 1 e 2 (1) Nível 3 (2) Nível 4	OVPE via TSE; Ipea
Faixa etária	A idade da vítima foi categorizada em cinco faixas etárias	Ordinal	(0) 18 a 29 anos (1) 30 a 39 anos (2) 40 a 49 anos (3) 50 a 59 anos (4) 60 anos ou mais	OVPE via TSE
Sexo	Sexo da vítima	Nominal	(0) Masculino (1) Feminino	OVPE via TSE
Ideologia	Ideologia do partido político na qual a vítima era filiada no momento da violência	Categórica	(0) Centro (1) Direita (2) Esquerda	Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023)
Ano eleitoral	O ano em que a vítima sofreu a violência era eleitoral?	Binária	(0) Eleitoral (1) Não-eleitoral	TSE
Situação	Quando a vítima sofreu a violência, era pré/candidata ou candidata a algum cargo?	Binária	(0) Candidata (1) Não candidata	OVPE via TSE

Fonte: Elaboração própria.

3.3 Análise de resultados e Discussão

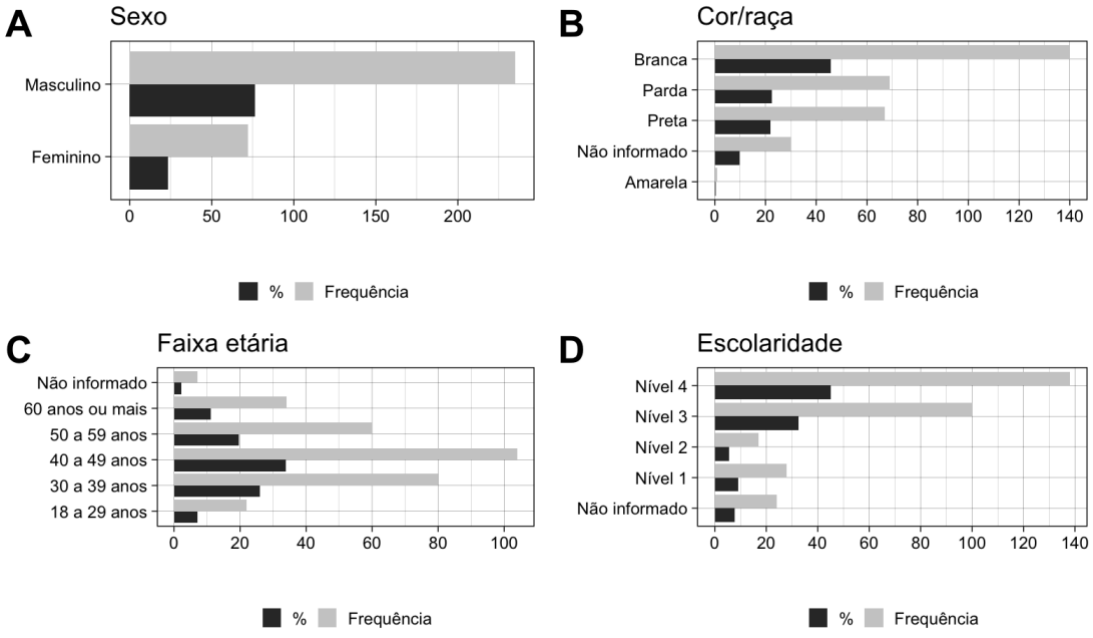
Tal como sucedeu a análise de resultados do capítulo anterior, o capítulo três segue estrutura similar quanto à descrição dos dados. Inicialmente é exposta a Análise Exploratória de Dados (AED) acerca das características das vítimas; e, em seguida, são exibidos os resultados da modelagem estatística fruto do teste da hipótese H2.

Assim sendo, exposto que o OVPE coletou 307 episódios de violência política e eleitoral entre 2018 e 2024 no estado do Rio, e que a violência física e psicológica se sobressai como as modalidades mais comuns, vejamos agora qual foi o perfil dos vitimados durante o período. A **figura 11** exibe um mosaico com gráficos de quatro variáveis: sexo, cor/raça autodeclarada, faixa etária e nível de escolaridade.

No geral, as lideranças políticas homens foram mais atingidas frente às lideranças mulheres, com 235 (76,5%) e 72 (23,4%) episódios, respectivamente. Tal resultado é similar comparado às análises empíricas nacionais e fluminenses (BARBIERI et al., 2023; BORBA et al., 2022; CARNEVALE, 2024; MARINHO; RODRIGUES, 2024).

Esse parecer, no entanto, reflete a sobrerrepresentação masculina nas instâncias de poder: ainda que, segundo o censo demográfico de 2022, as mulheres sejam maioria da população (IBGE, 2023c), elas ainda estão sub-representadas na política. E, em alguma medida, reflete em serem menos atingidas quantitativamente pela violência política e eleitoral geral (sem distinção pelos tipos de violência).

Figura 11 - Mosaico de gráficos do perfil social das lideranças vitimadas no RJ (2018-2024)



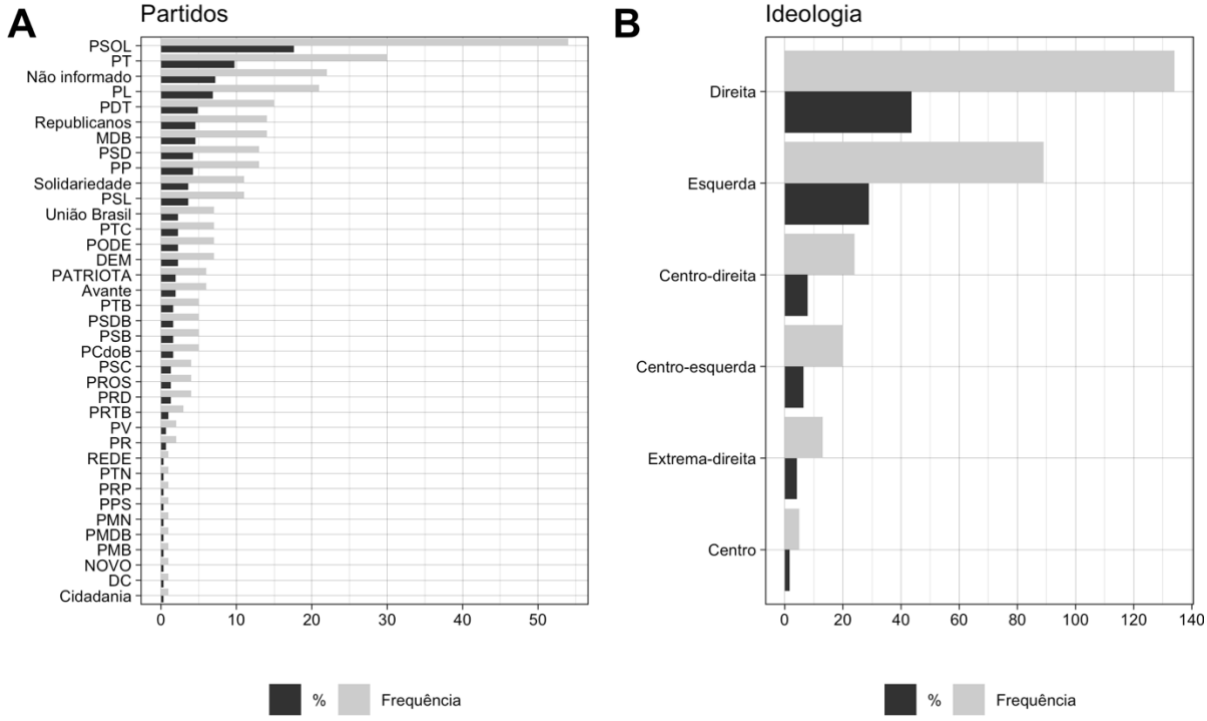
Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

Algo similar ocorre quando se analisa a distribuição da violência pela cor/raça autodeclarada das lideranças. Atribuindo a distribuição pelas cinco categorias de cor/raça elencadas pelo IBGE (2023b), as liderança brancas foram mais atingidas pela violência política e eleitoral geral (sem distinção pelos tipos de violência) frente às demais. Novamente, refletindo que homens brancos são maiorias na esfera política fluminense e brasileira como um todo.

Por fim, as vítimas cuja idade encontra-se entre as faixas de 40 a 49 anos e 30 a 39 anos foram mais violentadas; o mesmo ocorre com aquelas que possuem ensino superior completo (nível 4) e superior incompleto/médio completo (nível 3). Portanto, até o momento, o padrão geral do perfil social dos vitimados são homens brancos entre 30 e 50 anos e com escolaridade elevada.

A **figura 12** organiza os episódios da violência pelos partidos políticos das lideranças e pela ideologia que possuem. Ao todo 36 legendas[44] obtiveram ao menos uma liderança filiada violentada no estado do Rio. Os partidos mais atingidos foram o PSOL, com 54 casos (17,6% do total), o PT, com 30 casos (9,8%), o PL com 21 casos (6,8%) e o PDT, com 15 casos (4,9%).

Figura 12 - Partidos políticos e ideologia da legenda das lideranças vitimadas no RJ (2018-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

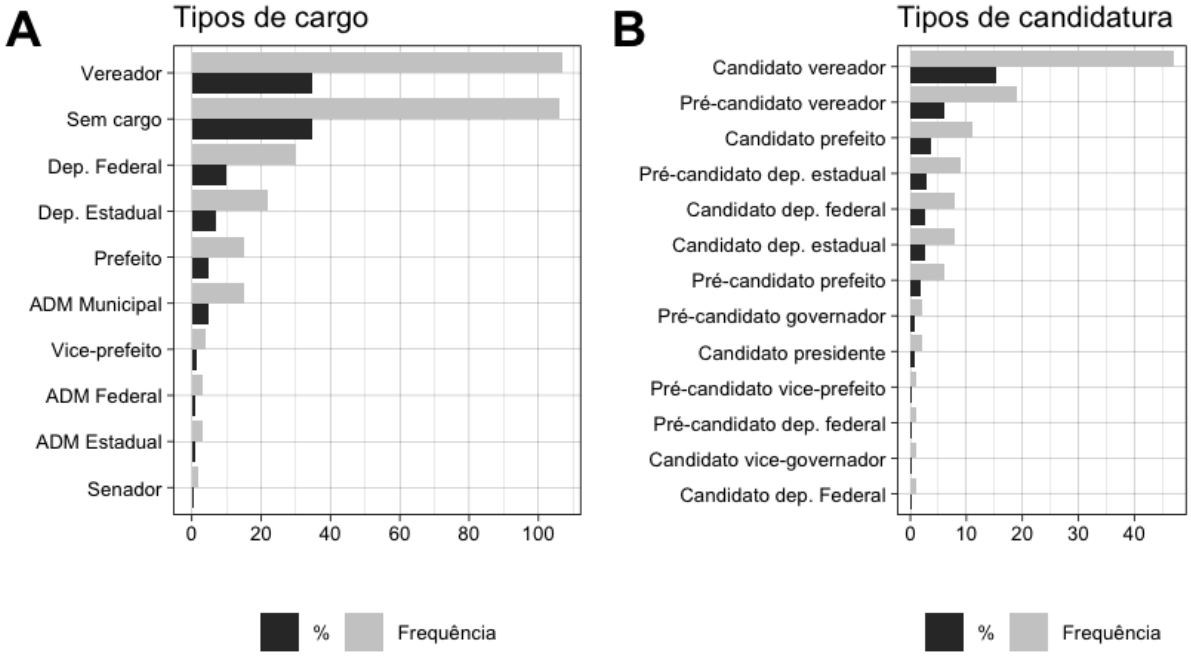
[44]Note que ao longo do período algumas legendas foram fundidas a outras, gerando novos partidos. Portanto, esse número reflete todas as legendas, desconsiderando mudanças organizacionais; o União Brasil e o PRD foram classificados como 'Direita'.

No quantitativo geral, o gráfico B da **figura 12** mostra que partidos de direita foram os mais atingidos, em linha com análises que averiguam a violência política no estado do Rio (MARINHO; RODRIGUES, 2024). Contudo, se observamos de maneira individual as legendas que lideram o *ranking* com maior somatório de episódios, têm-se os partidos de centro-esquerda e esquerda (PDT, PT e PSOL, por exemplo). Esse dado se distancia da literatura nacional.

Enquanto pesquisas com recorte geográfico ampliado a todos os estados brasileiros indicam que partidos de centro-direita e direita se sobressaem no topo da listagem (BORBA et al., 2022), na análise do estado do Rio, os partidos de centro-esquerda e esquerda possuem certo protagonismo enquanto alvos da violência – ainda que essas legendas contam com poucos cargos nos Legislativos e Executivos fluminense.

Dando continuidade a análise do perfil político das vítimas, o gráfico A da **figura 13** exibe os cargos na qual os vitimados possuíam quando sofreram a violência.

Figura 13 - Mosaico de cargos e candidaturas das lideranças vitimadas no RJ (2018-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

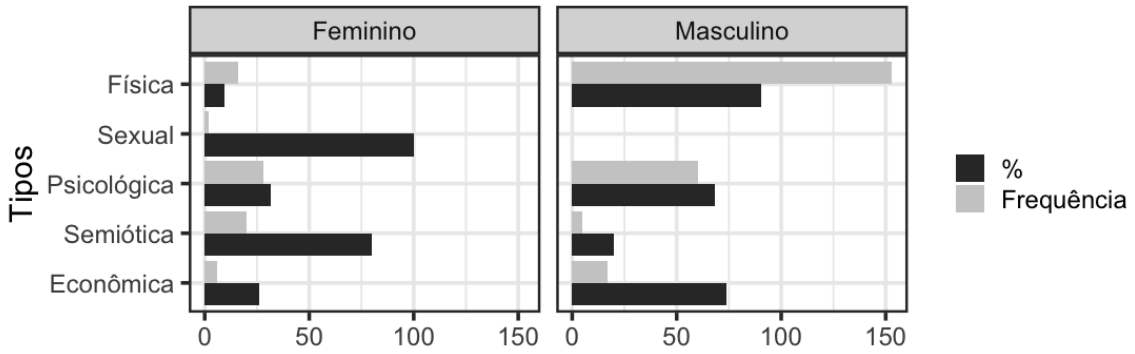
De maneira geral, os cargos políticos ligados à esfera municipal – ou seja, vereadores, prefeitos e funcionários públicos da administração local –, são os mais vitimados, tanto no Rio de Janeiro, como no Brasil como um todo (BORBA et al., 2022). Nos dados aqui examinados, os vereadores lideram com 107 episódios (34,8% do total). Em seguida, surgem os deputados federais com 30 episódios (9,8%), os estaduais com 22 (7,2%), os funcionários da administração mundial e os prefeitos com 15 episódios cada (4,9% cada) e vice-prefeitos com

quatro episódios (1,3%). Aquelas lideranças que não possuíam cargos eletivos no momento da violência são atribuídas pelo OVPE como 'Sem cargo', e juntas representam 106 episódios (34,5%). Entram nessa categoria pré-candidatos/candidatos sem mandato e ex-políticos. Essa categoria também é relevante para pensar a violência tendo em vista que o fato de não terem cargo não impedem de serem violentadas.

No caso específico das pré-candidaturas e das candidaturas, seja de lideranças com ou sem cargo, o gráfico B da **figura 13** exibe que os pré-candidatos/candidatos a cargos locais permanecem vítimas da violência, com destaque para candidatos a vereança, com 46 episódios (39,7% de todos os episódios contra pré-candidatos/candidatos), pré-candidatos a vereança, com 19 episódios (16,4%), e candidatos a prefeitura, com 11 episódios (9,5%)[45]. Em resumo, em se tratando de violência contra candidaturas, novamente chama atenção os cargos da esfera política local.

Até o momento, a análise do perfil focou na violência política e eleitoral de forma homogênea, desconsiderando os tipos que subsidiem a manifestação violenta. Portanto, o próximo passo é amadurecer a investigação do perfil social a partir da interseção junto aos tipos de violência. Tal feito é crucial para o entendimento sobre como modalidades distintas da violência atingem lideranças de forma diferentes. Por exemplo, a **figura 14** dispõem os tipos de violência elaborado por Krook (2020) pela variável sexo.

Figura 14 - Distribuição do tipo de violência pelo sexo das vítimas



Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

No estado do Rio especificamente, as lideranças políticas homens sofrem quantitativamente mais violência do tipo física em relação às lideranças mulheres. O mesmo ocorre frente aos tipos psicológica e econômica. Por outro lado, uma observação pertinente

[45] O gráfico B da Figura 13 exibe apenas episódios contra lideranças que, no momento da violência, eram pré-candidatos ou candidatos – independente de estarem ocupando algum cargo ou não. Ao todo, dos 307 episódios gerais, 116 foram contra essas categorias.

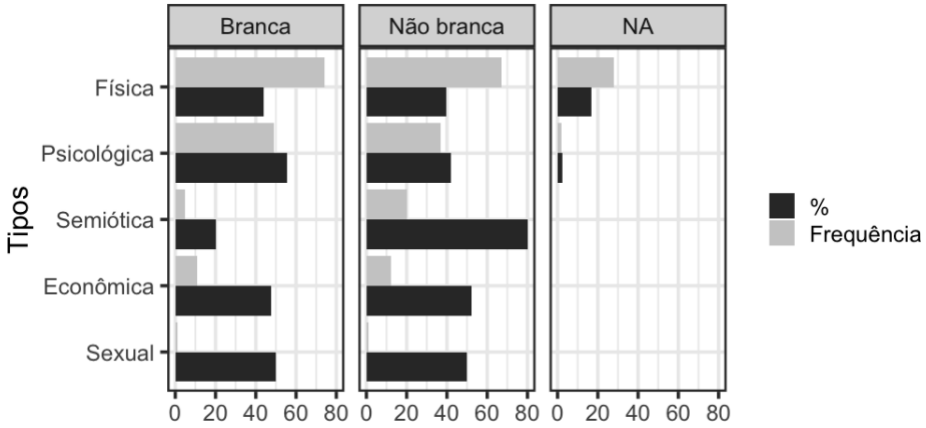
refere-se às violências do tipo sexual e semiótica, mais presente contra lideranças mulheres em relação aos homens. Essas duas tipologias foram desenvolvidas teoricamente exatamente a partir da questão do gênero (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016b), visando oferecer maior visibilidade aos atos misóginos, racistas e LGBTfóbicos, muitas vezes 'naturalizados' pelo cotidiano da política.

Ainda que homens não estejam imunes a assédio e estupro, bem como a desqualificação via atos racistas e LGBTfóbicos, as mulheres são mais vitimadas, tendo em vista o machismo estrutural e o patriarcado presente na política brasileira. Em relação a empiria, literaturas nacionais já pontuaram como a manifestação violenta do tipo sexual e semiótica contra mulheres é presente no Brasil, nos mais diversos níveis administrativos da política (BIROLI, 2016; CARNEVALE, 2024; LIMA; FABRIS; SILVA, 2022; MATOS; GONÇALVES; MONTEIRO, 2024; THOME; IZUMI, 2024). E o cenário se repete ao analisar o estado do Rio.

Considerando a necessidade de uma análise interseccional junto a questão racial (KUPERBERG, 2018; MATOS; GONÇALVES; MONTEIRO, 2024), a **figura 15**[46] dispõem os tipos de violência frente a cor/raça autodeclarada das vítimas. Por questões de simplificação, a cor/raça foi categorizada de forma binária entre 'brancos' e 'não brancos' (somatório de amarelos, indígenas, pardos e pretos).

De maneira geral, lideranças brancas continuam sofrendo mais violência física, com 74 episódios, enquanto não brancos somam 67 episódios. O mesmo ocorre com a categoria de violência psicológica. Por outro lado, as lideranças não brancas foram mais atingidas pela violência semiótica e econômica.

Figura 15 - Distribuição de tipo de violência por cor/raça autodeclarada

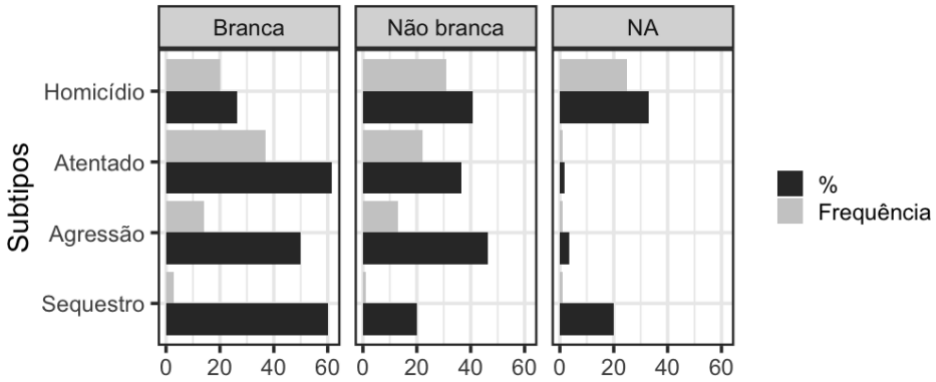


Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

[46] A coluna 'NA' na **figura 15** indica os casos de violência contra lideranças políticas que não informaram sua cor/raça.

Por adição, tendo em vista que a violência física é a modalidade mais comum no estado – vide **capítulo 2**– , a **figura 16**[47] expõem a distribuição dos subtipos da violência física por cor/raça. Nota-se que, dentre as categorias da violência física, lideranças não brancas foram mais assassinadas do que lideranças brancas. Esse dado reforça a discussão sobre o racismo presente na política e nos diversos âmbitos que formam a vida em sociedade no Brasil. Ainda que lideranças não brancas, sobretudo lideranças negras, estão sub-representadas nos Legislativos e Executivos locais fluminenses, quando o assunto é homicídio político, tornam-se os alvos mais comuns.

Figura 16 - Distribuição dos subtipos da violência física por cor/raça autodeclarada



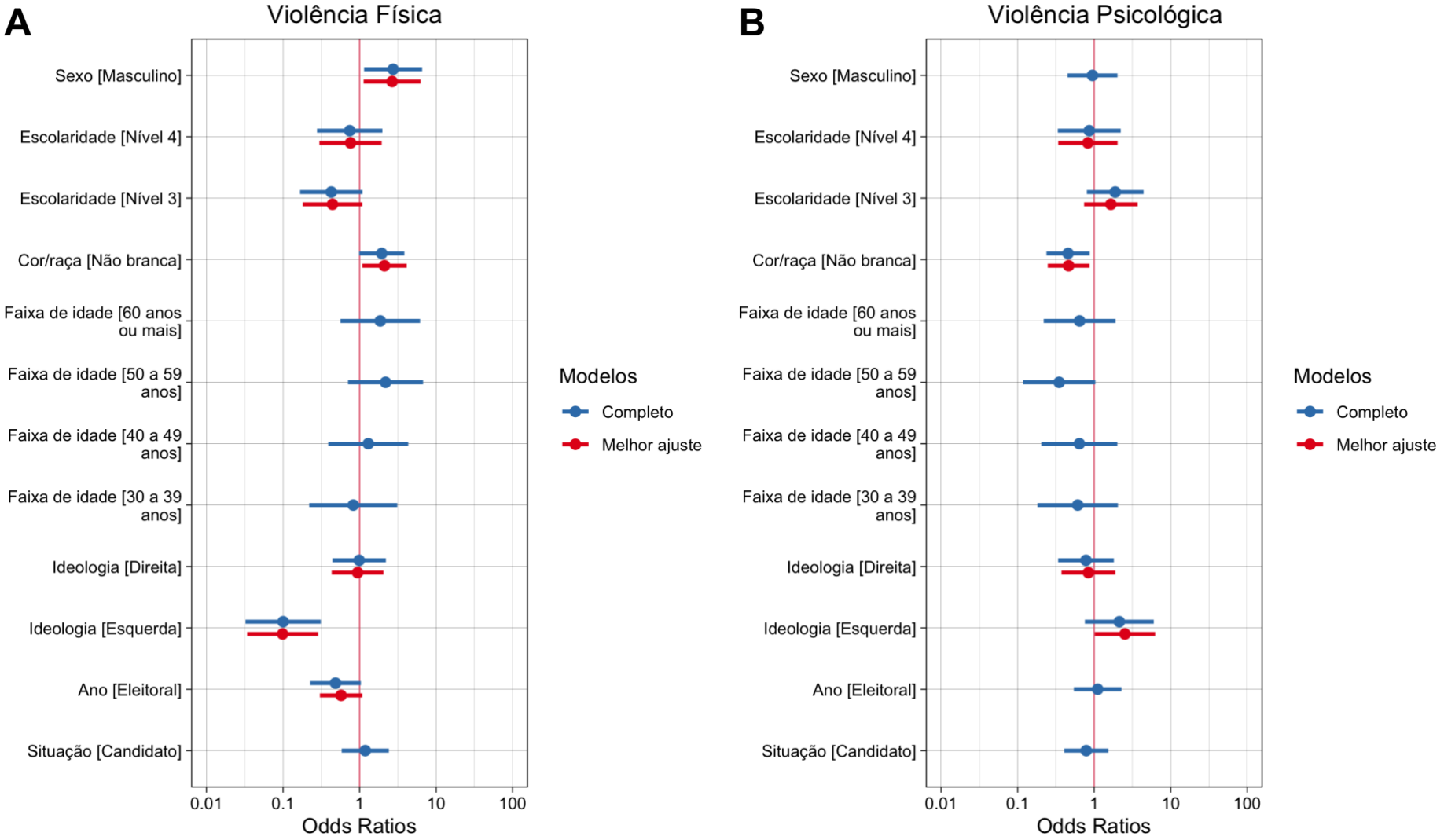
Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

Tal conclusão é um amadurecimento analítico sobre o perfil social dos vitimados. Ao iniciar um cruzamento frente às modalidades violentas, há uma mudança nos resultados. Dessa forma, com o intuito de avançar a parte analítica, tem-se o teste da hipótese H2. Para tanto, foram efetuados modelos de regressão logísticas binários para a violência física e psicológica.

Todo o processo de realização do modelo ocorreu no *software* Rstudio, através da função *glm* do pacote *Stats*. Foram estimados quatro modelos – duas regressões para cada tipo de violência: um modelo completo, com todas as covariáveis, e um segundo modelo com melhor ajuste indicado pela função *stepwise*. Os resultados estão expostos na **figura 17**. Por delimitação de espaço, os *outputs* completos das regressões (estatística, erro padrão, intervalo de confiança, e o AIC), além dos testes de multicolinearidade (VIF), detector de *outliers*, e desempenho via curva de *Receiver Operating Characteristic* (ROC), são apresentados ao longo dos **apêndices D e H.**

[47] A coluna 'NA' na **figura 16** indica os casos de violência contra lideranças políticas que não informaram sua cor/raça.

Figura 17 - Resultado dos modelos de regressão logística binários com razão de chances para Violência Física (A) e Violência Psicológica (B)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do OVPE (GIEL, 2024a), com auxílio do pacote SjPlot (LÜDECKE, 2023).

Ao analisar os resultados da violência física, no modelo completo, duas variáveis chamam atenção: sexo e a categoria ‘esquerda’ de ideologia. Já no melhor ajuste, também se inclui a variável cor/raça. Tendo em vista que seus intervalos de confiança não sobrepõe a linha vertical vermelha centralizada no gráfico, essas três variáveis possuem significância estatística; ou seja, detém um *p*-valor menor que alpha (α) a 0,05. Dessa forma, é possível afirmar que estão associadas a sofrer violência física, bem como predizem a ocorrência desse tipo de violência.

A fim de mensurar o efeito das covariáveis sobre a ocorrência da violência física no estado do Rio, realizou-se a transformação exponencial dos coeficientes Beta (β), proporcionado os valores das razões de chances (*Odds Ratios*) (FERNANDES et al., 2021). Valores de razão de chances exponenciais maiores que 1 indicam favorecimento à categoria de efeito, enquanto valores menores que 1, por sua vez, indicam o inverso.

Em relação à variável sexo, no modelo completo, homens possuem uma chance 2,74 vezes maior de sofrerem violência física em relação às mulheres; e no modelo de melhor ajuste, a chance é de 2,66. Em outras palavras, no estado do Rio, as lideranças homens possuem quase três vezes maior chance de sofrerem violência física em comparação às lideranças mulheres.

Quanto à variável ideologia, tanto no modelo completo quanto no melhor ajuste, estar filiado a um partido de esquerda possui chance 0,10 vezes menor em sofrer violência física em relação à uma liderança filiada a um partido de centro. Por fim, sobre a cor/raça autodeclarada, no modelo de melhor ajuste, lideranças não brancas possuem chance 2,11 vezes maior de sofrer violência física em relação às lideranças brancas.

Ao verificar os resultados dos modelos de violência psicológica, duas variáveis chamam atenção: cor/raça e a categoria “esquerda’ da variável ideologia. No modelo completo, cor/raça foi a única variável com significância estatística, com *p*-valor menor que alpha (α) a 0,05. Ou seja, discrimina sofrer violência psicológica. Já no modelo de melhor ajuste, cor/raça permanece estatisticamente significante, agora acompanhada da categoria ‘esquerda’ da variável ideologia.

Obtendo novamente a razão de chances, em ambos os modelos estimados, lideranças não brancas possuem chance 0,46 menor em sofrer violência psicológica frente às lideranças brancas. Já no modelo de melhor ajuste, lideranças filiadas a partidos de esquerda apresentam chance 2,53 vezes maior de sofrerem violência psicológica, em comparação com as lideranças filiadas a partidos de centro.

3.4 Considerações finais

De maneira geral, os resultados apresentados sobre o perfil social e político das lideranças vitimadas possuem um padrão similar ao das análises nacionais e locais (BORBA et al., 2022; BORBA; NOGUEIRA, 2018; CARNEVALE, 2024; MARINHO; RODRIGUES, 2024). As vítimas correspondem, em sua maioria, por homens, brancos, na faixa etária intermediária e com alto grau de escolaridade – o padrão predominante das instituições políticas formais do estado do Rio. Contudo, alguns pontos merecem atenção.

O primeiro deles se refere aos partidos políticos. Embora legendas à direita do espectro ideológico se sobressaiam, ao observar os partidos de maneira isolada, o PSOL lidera com o maior número de lideranças atingidas no estado do Rio. Já a segunda, refere-se à interseção entre cor/raça e tipos de violência. Os dados sinalizam que lideranças não brancas sofreram mais assassinatos em comparação às lideranças brancas, acompanhando o prognóstico de Borba et al. (2022).

Por adição, tal qual em Carnevale (2024) e Herrick et al. (2021), os resultados dos modelos estatísticos indicam que as variáveis cor/raça e sexo apresentam significância estatística para com o tipo de violência sofrida. No estado do Rio, enquanto lideranças não brancas e homens possuem maior chance de sofrerem violência do tipo física, lideranças brancas, por outro lado, detêm maior chance de sofrer violência do tipo psicológica.

Por fim, há duas lacunas na investigação empírica deste capítulo. Uma delas é sobre a orientação/identidade sexual das lideranças. Ainda que estudos notem como atores políticos LGBT+ são alvos de violência (COLLIGNON; CAMPBELL; RÜDIG, 2022), faltam dados no TSE sobre esta informação. Além disso, no caso específico da violência do tipo psicológica e semiótica, não foi possível discernir violências ocorridas em ambientes digitais, como as redes sociais. Frisa-se que, no futuro, essas questões serão incorporadas na análise do perfil das vítimas.

CONCLUSÕES

O estado do Rio de Janeiro dispõe de uma relevância política central ao Brasil. Para além de ser um dos maiores colégios eleitorais do país (TRE-RJ, 2024), a atual conjuntura violenta e criminal armada constitui séria apreensão à segurança pública do estado e, consequentemente, à integridade da vida política e do processo eleitoral local fluminense, gravemente atingido pela alta letalidade violenta e expansão do crime organizado (MANSO, 2020; MARTINS; VENTURA; SOUZA, 2023; RIBEIRO; SOARES, 2024; VASCONCELOS, 2016).

Dessa forma, esta dissertação teve como objetivo geral investigar a manifestação do fenômeno da violência política e eleitoral no estado do Rio de Janeiro a partir de dois aspectos. Inicialmente, quanto às questões da geografia local, buscou-se analisar a relação da violência social – tal como os homicídios comuns – frente aos homicídios de lideranças políticas. E posteriormente, identificar o perfil sociopolítico das lideranças vitimadas e sua influência frente aos tipos de violência que as acometeram.

A partir dos dados de monitoramento do OVPE (GIEL, 2024a), entre 2018 e 2024, foi possível identificar 307 episódios violentos contra as mais diversas categorias de lideranças políticas – eleitos, suplentes, candidatos de primeira viagem, funcionários da administração pública –, além de seus respectivos familiares. A partir da tipologia desenvolvida por Krook (2020), a modalidade com maior destaque no período foi a violência física (169 casos), com foco nos homicídios (tentados e consumados), com 136 casos.

Em relação à geografia da violência política e eleitoral, 47 municípios fluminenses contabilizam episódios; e quanto às cidades mais atingidas, sobressaem-se os municípios da Região Metropolitana do estado, em especial a capital e as cidades de Niterói, Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu.

Além disso, duas principais hipóteses guiaram a pesquisa. Em relação aos aspectos contextuais da violência social, a primeira hipótese (H1) sugeriu que os homicídios comuns nas cidades fluminenses influenciam os homicídios de lideranças políticas locais. Tal hipótese deriva da literatura que analisa a interseção entre crime, violência e a política (HOELSCHER, 2015; PONCE, 2019; VILLARREAL, 2002), em especial em contextos de fragilidade institucional democrática (HÖGLUND, 2009).

No que diz respeito ao teste da hipótese H1, o componente de contagem dos modelos de regressão binomial negativo com zero-inflados apontam associação positiva entre a variável violência criminal – mensurada via homicídios comuns – junto aos homicídios de lideranças

políticas. Os resultados indicam que o aumento no número de homicídios comuns no município influencia o crescimento da ocorrência de homicídios políticos locais. Tal dado é um alerta sobre o quão vulneráveis estão as lideranças que disputam o poder político local em municípios criminalmente violentos, em especial nas cidades da Baixada Fluminense, no qual somam maior quantitativo de episódios letais.

Por sua vez, quanto ao perfil social e político, a segunda hipótese (H2) incutiu que os tipos de violência que acometem as vítimas podem estar relacionados aos seus respectivos marcadores sociais, em especial o sexo e a cor/raça. A hipótese surge de pesquisas que visam entender como mecanismos de gênero e étnico/racial – tais como a misógina e o racismo – induz manifestações violentas contra minorias representativas na política (BIROLI, 2016, 2018; LIMA; FABRIS; SILVA, 2022; MATOS; GONÇALVES; MONTEIRO, 2024), com objetivo de impedir avanços de tais lideranças nos espaços de poder político formal (BIROLI, 2018).

O teste da hipótese H2 concluiu que determinadas variáveis do perfil social e político detém relevância na compreensão dos tipos de violência que acomete as vítimas. A título de exemplo, os resultados dos modelos de regressão logística binária exibem que lideranças não brancas do estado do Rio detêm maior chance de sofrer violência física em relação às lideranças brancas; já as lideranças brancas, por sua vez, detêm maior chance de sofrer violências do tipo psicológica. Os números sobre o Rio de Janeiro acompanham literaturas nacionais que pontuam como liderança negras estão mais expostas às modalidades letais da violência política e eleitoral (BORBA et al., 2022; CARNEVALE, 2024).

Os resultados encontrados possuem implicações ao campo de estudos da violência política e eleitoral ao contribuir no avanço empírico da temática, em especial por ser uma pesquisa de recorte subnacional/local – uma das lacunas do campo (BIRCH; DAXECKER; HÖGLUND, 2020; HOELSCHER, 2015).

No mais, pontua-se algumas limitações que, no futuro, devem ser remediadas a fim de progredir ainda mais a investigação. Em primeiro lugar, em virtude da limitação de espaço, não foi possível examinar a questão da violência política e eleitoral digital, via ameaças e *bullying* contra lideranças políticas em redes sociais. Em segundo, deve-se acrescentar informações sobre a orientação/identidade sexual das vítimas, cujo TSE ainda carece de conteúdo sobre a temática.

No que tange à análise da violência social dos municípios fluminenses enquanto preditor da violência política e eleitoral local, é necessário complexificar as modelagens com acréscimo de novas variáveis que mensuram a violência social (HOELSCHER, 2015; PONCE, 2019; VILLARREAL, 2002). Uma delas é a partir da operacionalização da presença das organizações

criminosas locais (DANIELE; DIPOPPA, 2017; PONCE, 2019) – um desafio de mensuração em pesquisas cujo recorte geográfico abrange todo o território do Brasil dado a falta de dados espaciais ampliados.

Uma recomendação futura concerne, também, a discussão legal/judicial acerca da criminalização dos atos de violência política e eleitoral no Brasil. A literatura nacional e internacional debatem avanços e limitações de leis de combate a violência política e eleitoral e de gênero instituída em diversos países (ALBAINE, 2015; CARNEVALE, 2024; MATOS; GONÇALVES; MONTEIRO, 2024; SERRANO OSWALD, 2023).

No Brasil especificamente, a discussão legal é fundamental para o desenho e a formulação de políticas públicas eficazes no combate, prevenção e proteção das lideranças políticas, uma vez que os dados empíricos discutidos na dissertação apontam o poder destrutivo da manifestação violenta na política brasileira, seja para a integridade física e psicológica das vítimas, seja enquanto entrave para consolidação democrática (DUNNING, 2011).

Por fim, esta dissertação constitui um primeiro degrau investigativo, de caráter introdutório e exploratório, sobre o fenômeno violento da política local do estado do Rio de Janeiro entre 2018 e 2024. Nesse sentido, outras pesquisas futuras são necessárias a fim de avançar ainda mais o campo e quantificar as consequências nocivas da manifestação violenta para com a vida democrática fluminense, e, em certo sentido, a brasileira como um todo.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALBAINE, L. Paridad de género y violencia política. Los casos de Bolivia, Costa Rica y Ecuador. Em: MARTÍNEZ, A. C.; EGGLETON, M. Á.; MENA, R. A. DE LA P. (Eds.). **Integridad y equidad electoral en América Latina**. Ciudad de México: SOMEE, 2015. p. 148–71.

ALBARRACÍN, J. Criminalized electoral politics in Brazilian urban peripheries. **Crime, Law and Social Change**, v. 69, n. 4, p. 553–575, 1 jun. 2018.

ALBUQUERQUE, A. L. **Candidato à reeleição, vereador Zico Bacana é baleado durante ato de campanha no Rio**. Folha de S. Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/candidato-a-reeleicao-vereador-zico-bacana-e-baleado-durante-ato-de-campanha-no-rio.shtml>. Acesso em: 26 maio. 2023.

ALERJ. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

ALVES, J. C. S. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. Tese de Doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 17 jun. 1998.

ARIAS, E. D. The Impacts of Differential Armed Dominance of Politics in Rio de Janeiro, Brazil. **Studies in Comparative International Development**, v. 48, n. 3, p. 263–284, 1 set. 2013.

BARBIERI, G. et al. **Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos entre 2 de setembro de 2020 e 31 de outubro de 202**. Rio de Janeiro: Justiça Global e Terra de Direitos, 2023. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/?_gl=1*16d24gc*_ga*MTc0MzYyNTQwOC4xNzI2NDU5NTUw*_ga_NYML3MK0NN*MTcyNjQ1OTU1MC4xLjEuMTcyNjQ2MTQwMS41My4wLjA.>.

BARDALL, G.; BJARNEGÅRD, E.; PISCOPO, J. M. How is Political Violence Gendered? Disentangling Motives, Forms, and Impacts. **Political Studies**, v. 68, n. 4, p. 916–935, 1 nov. 2020.

BENOIT, K. **Linear Regression Models with Logarithmic Transformations**. 2011. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Linear-Regression-Models-with-Logarithmic-Benoit/169cc9bbbd77cb7cec23481f6ecb2ce071e4e94e>. Acesso em: 30 dez. 2024

BIRCH, S.; DAXECKER, U.; HÖGLUND, K. Electoral violence: An introduction. **Journal of Peace Research**, v. 57, n. 1, p. 3–14, 1 jan. 2020.

BIRCH, S.; MUCHLINSKI, D. The Dataset of Countries at Risk of Electoral Violence. **Terrorism and Political Violence**, v. 32, n. 2, p. 217–236, 17 fev. 2020.

BIROLI, F. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions / Violência política contra as mulheres no Brasil: manifestações e definições. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, p. 557–589, 14 set. 2016.

BIROLI, F. Violence against Women and Reactions to Gender Equality in Politics. **Politics & Gender**, v. 14, n. 4, p. 681–685, dez. 2018.

BJARNEGÅRD, E. The continuum of election violence: Gendered candidate experiences in the Maldives. **International Political Science Review**, v. 44, n. 1, p. 107–121, 1 jan. 2023.

BJARNEGÅRD, E.; HÅKANSSON, S.; ZETTERBERG, P. Gender and Violence against Political Candidates: Lessons from Sri Lanka. **Politics & Gender**, v. 18, n. 1, p. 33–61, mar. 2022.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados**, v. 66, p. e20210164, 2023.

BORBA, F. et al. Violência política e eleitoral nas eleições municipais de 2020. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, p. e3710803, 8 mar. 2022.

BORBA, F.; NOGUEIRA, A. J. A. **Violência eleitoral no Brasil: o perfil político e social de candidatos assassinados entre 1998 e 2016**. Em: ANPOCS. Caxambu: 17 out. 2018.

BOYLE, M. J. Progress and Pitfalls in the Study of Political Violence. **Terrorism and Political Violence**, v. 24, n. 4, p. 527–543, 1 set. 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 121–151, abr. 2015.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 125–142, 1 mar. 2017.

CANO, I.; DUARTE, T. **"No sapatinho": a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung, 2012.

CARNEVALE, M. **Violência política no Brasil: reflexões sobre os aspectos de gênero, raça e ideologia**. Dissertação de Mestrado—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

CARVALHO, J. M. DE. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, J. M. DE. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 4ª edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. **Atlas da violência 2024: retrato dos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA/FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.

gov.br/handle/11058/14031>.

COLLIGNON, S.; CAMPBELL, R.; RÜDIG, W. The Gendered Harassment of Parliamentary Candidates in the UK. **The Political Quarterly**, v. 93, n. 1, p. 32–38, 2022.

COLLIGNON, S.; RÜDIG, W. Harassment and Intimidation of Parliamentary Candidates in the United Kingdom. **The Political Quarterly**, v. 91, n. 2, p. 422–429, 2020.

COLLINS, P. H. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology**, v. 41, n. Volume 41, 2015, p. 1–20, 14 ago. 2015.

DAHL, R. A. Por que a democracia? Em: **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DANIELE, G.; DIPOPPA, G. Mafia, elections and violence against politicians. **Journal of Public Economics**, v. 154, p. 10–33, 1 out. 2017.

DATASUS. **Número de homicídios - DATASUS – Site SUS (Sistema Único de Saúde)**. <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspxI>. IPEA DATA SOCIAL, 2022. Acesso em: 19 dez. 2024

DAVENPORT, C. et al. The Consequences of Contention: Understanding the Aftereffects of Political Conflict and Violence. **Annual Review of Political Science**, v. 22, n. Volume 22, 2019, p. 361–377, 11 maio 2019.

DELLA PORTA, D. **Clandestine Political Violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DUNNING, T. Fighting and Voting: Violent Conflict and Electoral Politics. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 55, n. 3, p. 327–339, 2011.

FERNANDES, A. A. T. et al. Read this paper if you want to learn logistic regression. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. 006, 8 jan. 2021.

FERREIRA, D. C.; RODRIGUES, C. DE O.; CUNHA, S. M. DA S. **Relatório 2020-2021 de violência política contra a mulher**. Brasília: Transparência Eleitoral Brasil, 2021. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/2021/12/02/relatorio-de-violencia-politica-contra-a-mulher/>.

FERREIRA, U. C. S.; JANNUZZI, P. DE M.; GIANNELLA, L. DE C. Mover-se na metrópole: movimentos pendulares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, v. 25, p. 617–639, 27 mar. 2023.

FILHO, D. F. et al. O Que Fazer e o Que Não Fazer Com a Regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, 4 set. 2011.

FILHO, D. F.; SILVA, L.; DOMINGOS, A. O Que é e como Superar a Multicolinariedade? Um Guia Para Ciência Política. **Conexão Política**, v. 4, n. 2, p. 95–104, 22 dez. 2015.

FISCHER, J. **Electoral Conflict and Violence. A Strategy for Study and Prevention**: IFES White Papers. Washington D.C.: IFES, 2002.

FJELDE, H.; HÖGLUND, K. Electoral Institutions and Electoral Violence in Sub-Saharan Africa. **British Journal of Political Science**, v. 46, n. 2, p. 297–320, abr. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>.

G1. **"Quantos mais precisarão morrer?", postou vereadora um dia antes de ser assassinada no RJ**. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/quantos-mais-precisarao-morrer-postou-vereadora-um-dia-antes-de-ser-assassinada-no-rj.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2025.

GARAY, A. M. et al. On estimation and influence diagnostics for zero-inflated negative binomial regression models. **Computational Statistics & Data Analysis**, v. 55, n. 3, p. 1304–1318, 1 mar. 2011.

GENI-UFF. **Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro**, 2024. Disponível em: < https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/≥. Acesso em: 30 jan. 2025.

GIEL. **Observatório da Violência Política e Eleitoral**. GIEL, 2024a. Acesso em: 19 set. 2024.

GIEL. **Metodologia - Observatório da Violência Política e Eleitoral**. Disponível em: <http://giel.uniriotec.br/?file=metodologia>. Acesso em: 28 jun. 2024b.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

HARISH, S. P.; TOHA, R. A New Typology of Electoral Violence: Insights from Indonesia. **Terrorism and Political Violence**, v. 31, n. 4, p. 687–711, 4 jul. 2019.

HERRICK, R. et al. Physical violence and psychological abuse against female and male mayors in the United States. **Politics, Groups, and Identities**, v. 9, n. 4, p. 681–698, 8 ago. 2021.

HIRATA, D. V.; COUTO, M. I. **Grande Rio sob Disputa: Mapeamento dos confrontos por território**. Rio de Janeiro: GENI, 2024. Disponível em: <https://geni.uff.br/2024/06/05/grande-rio-sob-disputa-mapeamento-dos-confrontos-por-territorios/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

HOELSCHER, K. Politics and social violence in developing democracies: Theory and evidence from Brazil. **Political Geography**, v. 44, p. 29–39, 1 jan. 2015.

HÖGLUND, K. Electoral Violence in Conflict-Ridden Societies: Concepts, Causes, and Consequences. **Terrorism and Political Violence**, v. 21, n. 3, p. 412–427, 29 jun. 2009.

IBGE. **Censo demográfico 2022: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: resultados do universo**: Censo demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73105>.

IBGE. **Censo demográfico 2022: população por idade e sexo: resultados do universo: Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: BGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE. Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2023b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3102/cd_2022_populacao_idade_sexo_rj.pdf>.

IBGE. **Censo demográfico 2022: população por idade e sexo: resultados do universo**: Censo demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais; IBGE. Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2023c. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73102>.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **ISP Dados Abertos**. Conjuntos de dados ISP, 2024. Disponível em: <https://www.ispdados.rj.gov.br/estatistica.html>.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Quem somos - Instituto Marielle Franco! Junte-se ao Instituto Marielle Franco!**, 2024. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/>. Acesso em: 16 set. 2024

JACKMAN, S. **pscl: Classes and Methods for R Developed in the Political Science Computational Laboratory**. University of Sydney, Sydney, Australia, 2024. Disponível em: <https://github.com/atahk/pscl/>

JUSTIÇA GLOBAL. **Proteção de Defensoras/es de Direitos Humanos e da Democracia - Justiça Global**. 2024. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/programa/protecao-de-defensoras-es-de-direitos-humanos-e-democracia/>. Acesso em: 16 set. 2024.

KROOK, M. L. **Violence against Women in Politics**. 1ª edição ed. New York: Oxford University Press, 2020.

KROOK, M. L.; RESTREPO SANÍN, J. Gender and political violence in Latin America. Concepts, debates and solutions. **Política y gobierno**, v. 23, n. 1, p. 127–162, jun. 2016a.

KROOK, M. L.; RESTREPO SANÍN, J. Violence Against Women in Politics. A Defense of the Concept. **Política y gobierno**, v. 23, n. 2, p. 459–490, dez. 2016b.

KRUEGER, J. S.; LEWIS-BECK, M. S. Is OLS Dead? **The Political Methodologist**, v. 15, n. 2, p. 2–4, 2008.

KUPERBERG, R. Intersectional Violence against Women in Politics. **Politics & Gender**, v. 14, n. 4, p. 685–690, dez. 2018.

LAURIS, É.; HASHIZUME, M. **Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020**. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEHOUCQ, F. ELECTORAL FRAUD: Causes, Types, and Consequences. **Annual Review of Political Science**, v. 6, n. Volume 6, 2003, p. 233–256, 1 jun. 2003.

LIMA, L.; FABRIS, L.; SILVA, M. G. D. Violence Against Black Women in Politics: Experiences and Testimonials from Brazil. v. 31, n. Femina Politica, p. 57–71, 7 dez. 2022.

LINS, I. Da baixada à zona sul: caminhos da violência política de raça no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 17, n. 1, p. 188–207, 14 fev. 2023.

LOPEZ, F.; GUEDES, E. **TRÊS DÉCADAS DE EVOLUÇÃO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO NO BRASIL (1986 - 2017)**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10169>.

LÜDECKE, D. **sjPlot: Data Visualization for Statistics in Social Science.** Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=sjPlot.>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MANSO, B. P. **A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Todavia, 2020.

MARINHO, L.; RODRIGUES, A. Political violence in Baixada Fluminense: political power and power to kill. **Cadernos Metrópole**, v. 26, p. e6164806, 30 set. 2024.

MARTINS, B.; VENTURA, G.; SOUZA, R. DE. **Saiba como a milícia planejou se infiltrar no Legislativo, no Executivo, no Judiciário e no Ministério Público em reunião com políticos**. O Globo, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/05/saiba-como-a-milicia-planejou-se-infiltrar-no-legislativo-executivo-judiciario-e-no-ministerio-publico-em-reuniao-com-politicos.ghtml>. Acesso em: 27 maio. 2023.

MATOS, M.; GONÇALVES, V.; MONTEIRO, E. A violência política contra as mulheres em perspectiva interseccional (VPCMI): Minas Gerais como locus teórico e prático sobre a compreensão do fenômeno. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 23, n. 01, p. 16–39, 6 dez. 2024.

MCDERMOTT, R. The role of gender in political violence. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, v. 34, p. 1–5, 2019.

MOCHTAK, M. Fighting and voting: Mapping electoral violence in the region of post-Communist Europe. **Terrorism and Political Violence**, v. 30, n. 4, p. 589–615, 4 jul. 2018.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 11–43, fev. 2008.

NAI, A.; YOUNG, E. L. They choose violence. Dark personality traits drive support for politically motivated violence in five democracies. **Personality and Individual Differences**, v. 230, p. 112794, 1 nov. 2024.

NORRIS, P.; FRANK, R. W.; COMA, F. **Contentious Elections: From Ballots to Barricades**. New York: Routledge, 2015.

OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS. **Quem somos**. **Observatório de Favelas**, 2024. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 set. 2024

OBSERVATÓRIO VPM. **Observatório – Transparência Eleitoral**. **Observatório da Violência Política contra mulher**, 2024. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/observatorio-vpm/>. Acesso em: 16 set. 2024

PAZ, H. **Voto de sangue: mapeamento dos assassinatos de políticos no estado do Rio de**

Janeiro (1988-2020). Trabalho de Conclusão de Curso—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.

PEIXOTO, A.; FREIRE, F. **Milícia do Rio controla associação de moradores e quer indicar candidato a deputado federal**. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/milicianos-controlam-associacao-de-moradores-e-querem-indicar-candidato-a-deputado-federal-no-rio.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2025.

PEREIRA, R. H. M.; GONÇALVES, C. N. **geobr: Loads Shapefiles of Official Spatial Data Sets of Brazil**. IpeaDIRUR, 11 fev. 2024. Disponível em: <https://github.com/ipeaGIT/geobr>. Acesso em: 13 fev. 2024

PIO, J. G.; BRITO, A. C. S.; GOMES, A. L. CRIMINALIDADE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (RJ) As influências das políticas públicas e as relações a curto e longo prazos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, p. e3610601, 22 jan. 2021.

PONCE, A. F. Violence and electoral competition: criminal organizations and municipal candidates in Mexico. **Trends in Organized Crime**, v. 22, n. 2, p. 231–254, 1 jun. 2019.

PRZEWORSKI, A. **Por que eleições importam?** 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

REGUEIRA, C. **TRE busca minimizar influência de tráfico e milícia em votos com a mudança de endereço de mais de 90 seções no Rio**. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/08/17/tre-busca-minimizar-influencia-de-trafico-e-milicia-em-votos-com-a-mudanca-de-endereco-de-mais-de-90-secoes-no-rio.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2024.

RIBEIRO, A.; SOARES, R. **Taxa de R$ 60 mil e "patrocínio": tráfico e milícia cobram pedágio para campanhas e até lançam candidatos**. O Globo, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/08/25/taxa-de-r-60-mil-e-patrocinio-trafico-e-milicia-cobram-pedagio-para-campanhas-e-ate-lancam-candidatos.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2024.

RIVERA, M. The sources of social violence in Latin America: An empirical analysis of homicide rates, 1980–2010. **Journal of Peace Research**, v. 53, n. 1, p. 84–99, 1 jan. 2016.

RODRIGUES, A. et al. **Violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2022/09/27/violencia-politica-na-baixada-fluminense-e-na-baia-da-ilha-grande>.

ROEHE, H. R.; CAMPOS, C. H. DE. VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: a experiência do Brasil e da Bolívia. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 8, n. 2, 15 fev. 2023.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª edição ed. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito**. 2ª ed. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n.

2, 1995.

SEGAL, P. On the Character and Causes of Inequality in Latin America. **Development and Change**, v. 53, n. 5, p. 1087–1102, 2022.

SERRANO OSWALD, S. E. Gender based political violence against women in Mexico from a regional perspective. **Asia-Pacific Journal of Regional Science**, v. 7, n. 1, p. 135–157, 1 mar. 2023.

SILVA, C. A. DE S. E. O lugar de Tenório Cavalcanti na política do Rio de Janeiro: uma análise sobre o ano de 1954. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 1, p. 256–274, 13 mar. 2011.

STANILAND, P. Violence and Democracy. **Comparative Politics**, v. 47, n. 1, p. 99–118, 1 out. 2014.

TERRA DE DIREITOS. **Sobre - Quem Somos | Terra de Direitos**. 2024. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/quem-somos/sobre>. Acesso em: 16 set. 2024

THOME, D.; IZUMI, M. Gênero, Dinâmicas de Poder Intrapartidárias e Manterrupting no Legislativo. **Dados**, v. 68, p. e20230121, 8 nov. 2024.

TRANSPARÊNCIA ELEITORAL BRASIL. **Quem somos – Transparencia Eleitoral**. **Transparência Eleitoral Brasil**, 2024. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 set. 2024

TRE-RJ. **Eleitorado fluminense apto a votar nas Eleições 2024 ultrapassa 13 milhões**. Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/eleitorado-fluminense-apto-a-votar-nas-eleicoes-2024-ultrapassa-13-milhoes>. Acesso em: 2 jan. 2025.

TSE. **Estatísticas de candidaturas**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/home?session=2715223125161>. Acesso em: 22 dez. 2024a.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatística de Candidaturas. Candidaturas por vaga.** TSE - Tribunal Superior Eleitoral, 2024b. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home?session=113770590196785>. Acesso em: 19 dez. 2024

UCLA. UCLA: STATISTICAL CONSULTING GROUP. **ZERO-INFLATED NEGATIVE BINOMIAL REGRESSION | R DATA ANALYSIS EXAMPLES**, [s.d.]. Disponível em: <https://stats.oarc.ucla.edu/r/dae/zinb/>. Acesso em: 22 dez. 2024

VALENTINO, B. A. Why We Kill: The Political Science of Political Violence against Civilians. **Annual Review of Political Science**, v. 17, p. 89–103, 11 maio 2014.

VAN BAALEN, S. Polls of fear? Electoral violence, incumbent strength, and voter turnout in Côte d'Ivoire. **Journal of Peace Research**, v. 61, n. 4, p. 595–611, 1 jul. 2024.

VASCONCELOS, G. **Maior milícia do Rio se expande na Baixada e investe em política**. Folha de S.Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/09/1810689-maior-milicia-do-rio-se-expande-na-baixada-e-investe-em-

politica.shtml>. Acesso em: 26 maio. 2023.

VILALTA, C. Violence in Latin America: An Overview of Research and Issues. **Annual Review of Sociology**, v. 46, n. Volume 46, 2020, p. 693–706, 30 jul. 2020.

VILLARREAL, A. Political Competition and Violence in Mexico: Hierarchical Social Control in Local Patronage Structures. **American Sociological Review**, v. 67, n. 4, p. 477–498, 1 ago. 2002.

WALTER, B. F. **Como as guerras civis começam: E como impedi-las**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: Que paz? **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 21, p. 89–101, 1 jul. 2007.

ZAMANI, H.; ISMAIL, N. Score test for testing zero-inflated Poisson regression against zero-inflated generalized Poisson alternatives. **Journal of Applied Statistics**, 1 set. 2013.

APÊNDICE A

Tabela 8 - Distribuição da Frequência de homicídio e da taxa de homicídio por 100 mil habitantes pelos municípios do RJ (2018-2022)

	Anos											
	2018		2019		2020		2021		2022			
Municípios	**N**	**Tx.**	**N**	**Tx.**	**N**	**Tx.**	**N**	**Tx.**	**N**	**Tx.**	**Soma**	**Média Tx.**
Angra Dos Reis	163	81,33	105	51,52	85	41,05	67	31,87	66	39,42	**486**	**49,04**
Aperibé	1	8,61	0	0,00	2	16,80	0	0,00	2	18,13	**5**	**8,71**
Araruama	64	49,07	33	24,92	35	26,06	51	37,46	39	30,08	**222**	**33,52**
Areal	1	8,02	2	15,91	0	0,00	2	15,67	0	0,00	**5**	**7,92**
Armação De Búzios	23	69,19	9	26,57	16	46,40	13	37,07	19	47,49	**80**	**45,34**
Arraial Do Cabo	13	43,20	11	36,25	9	29,41	10	32,43	7	22,59	**50**	**32,78**
Barra Do Piraí	17	17,01	14	13,95	29	28,78	31	30,65	19	20,46	**110**	**22,17**
Barra Mansa	45	24,46	46	24,94	51	27,59	69	37,24	52	30,61	**263**	**28,97**
Belford Roxo	269	52,89	66	12,92	195	38,00	174	33,77	119	24,63	**823**	**32,44**
Bom Jardim	6	22,00	2	7,29	5	18,10	5	17,99	3	7,97	**21**	**14,67**
Bom Jesus Do Itabapoana	7	18,93	5	13,48	4	10,75	5	13,40	6	17,06	**27**	**14,72**
Cabo Frio	88	39,55	107	47,24	90	39,06	77	32,89	71	31,96	**433**	**38,14**

Cachoeiras De Macacu	21	35,86	18	30,54	16	26,98	15	25,14	17	29,85	**87**	**29,67**
Cambuci	2	12,91	0	0,00	0	0,00	2	12,88	2	13,68	**6**	**7,89**
Carapebus	4	24,94	2	12,27	147	886,20	5	29,65	5	36,11	**163**	**197,83**
Comendador Levy Gasparian	2	23,41	0	0,00	1	11,66	0	0,00	1	11,44	**4**	**9,30**
Campos Dos Goytacazes	242	48,07	154	30,34	10	1,95	140	27,20	126	26,06	**672**	**26,72**
Cantagalo	1	4,96	2	9,91	4	19,83	3	14,87	0	0,00	**10**	**9,91**
Cardoso Moreira	3	23,39	4	31,19	0	0,00	2	15,60	0	0,00	**9**	**14,04**
Carmo	1	5,33	1	5,29	18	94,58	0	0,00	1	5,81	**21**	**22,20**
Casimiro De Abreu	19	43,88	10	22,63	0	0,00	22	47,96	15	32,53	**66**	**29,40**
Conceição De Macabu	5	21,68	12	51,66	11	47,01	7	29,71	11	52,12	**46**	**40,44**
Cordeiro	1	4,59	4	18,24	2	9,07	2	9,02	2	9,62	**11**	**10,11**
Duas Barras	0	0,00	1	8,70	0	0,00	3	25,94	1	9,11	**5**	**8,75**
Duque De Caxias	433	47,35	333	36,21	286	30,93	336	36,15	303	37,49	**1.691**	**37,63**
Engenheiro Paulo De Frontin	2	14,36	1	7,14	1	7,10	4	28,29	0	0,00	**8**	**11,38**
Guapimirim	16	26,84	20	33,05	32	52,12	15	24,10	22	42,56	**105**	**35,73**
Iguaba Grande	14	50,43	7	24,73	10	34,67	8	27,26	8	28,65	**47**	**33,15**
Itaboraí	172	72,06	137	56,94	86	35,45	114	46,64	88	39,24	**597**	**50,07**
Itaguaí	101	80,21	29	21,80	48	35,60	52	38,08	42	35,95	**272**	**42,33**

Italva	3	19,85	4	26,30	4	26,14	1	6,49	3	21,32	**15**	**20,02**
Itaocara	4	17,21	1	4,30	3	12,91	2	8,61	3	13,09	**13**	**11,22**
Itaperuna	28	27,28	19	18,41	43	41,42	36	34,49	36	35,63	**162**	**31,45**
Itatiaia	19	60,25	9	28,30	13	40,54	10	30,94	5	16,18	**56**	**35,24**
Japeri	67	64,45	11	10,50	45	42,63	47	44,21	23	23,89	**193**	**37,14**
Laje Do Muriaé	3	40,62	1	13,60	4	54,60	3	41,10	3	40,89	**14**	**38,16**
Macaé	146	58,02	107	41,69	134	51,24	121	45,46	97	39,37	**605**	**47,16**
Macuco	0	0,00	0	0,00	1	17,78	2	35,42	0	0,00	**3**	**10,64**
Magé	128	52,53	86	35,09	92	37,33	84	33,90	88	38,58	**478**	**39,49**
Mangaratiba	20	45,78	16	35,98	12	26,53	10	21,76	2	4,85	**60**	**26,98**
Maricá	65	41,19	31	19,23	53	32,21	50	29,82	31	15,71	**230**	**27,63**
Mendes	1	5,38	1	5,37	4	21,45	2	10,70	2	11,43	**10**	**10,87**
Mesquita	52	29,61	20	11,36	53	30,01	55	31,07	34	20,34	**214**	**24,48**
Miguel Pereira	1	3,92	6	23,49	10	39,09	6	23,41	2	7,52	**25**	**19,49**
Miracema	8	29,42	5	18,40	8	29,46	8	29,48	4	14,88	**33**	**24,33**
Natividade	0	0,00	1	6,53	3	19,59	1	6,53	0	0,00	**5**	**6,53**
Nilópolis	39	24,03	17	10,46	59	36,26	46	28,23	36	24,53	**197**	**24,70**
Niterói	157	30,68	165	32,13	126	24,45	114	22,05	88	18,27	**650**	**25,52**

Nova Friburgo	25	13,15	26	13,64	22	11,50	30	15,65	16	8,42	**119**	**12,47**
Nova Iguaçu	359	43,84	77	9,38	247	30,00	222	26,89	198	25,20	**1.103**	**27,06**
Paracambi	20	38,60	5	9,57	14	26,57	11	20,71	6	14,50	**56**	**21,99**
Paraíba Do Sul	11	24,97	8	18,06	2	4,49	3	6,70	7	16,64	**31**	**14,17**
Paraty	27	63,34	23	53,28	23	52,65	29	65,64	23	50,84	**125**	**57,15**
Paty Do Alferes	12	43,36	5	18,01	10	35,89	8	28,63	5	16,88	**40**	**28,55**
Petrópolis	43	14,07	29	9,47	29	9,45	36	11,72	27	9,68	**164**	**10,88**
Pinheral	5	20,05	6	23,85	4	15,77	10	39,11	5	20,58	**30**	**23,87**
Piraí	6	20,69	7	23,91	2	6,76	2	6,71	5	18,20	**22**	**15,25**
Porciúncula	0	0,00	1	5,31	2	10,54	1	5,24	1	5,78	**5**	**5,37**
Porto Real	11	56,76	6	30,48	8	40,05	15	74,05	10	49,08	**50**	**50,08**
Quatis	3	21,18	1	6,99	4	27,71	4	27,46	1	7,31	**13**	**18,13**
Queimados	112	75,03	29	19,29	50	33,03	67	43,98	52	37,00	**310**	**41,67**
Quissamã	8	33,00	9	36,44	10	39,79	10	39,16	10	44,66	**47**	**38,61**
Resende	63	48,34	35	26,65	56	42,32	62	46,53	38	29,32	**254**	**38,63**
Rio Bonito	7	11,70	5	8,31	4	6,60	13	21,33	6	10,66	**35**	**11,72**
Rio Claro	0	0,00	6	32,38	4	21,49	2	10,70	6	2,98	**18**	**13,51**
Rio Das Flores	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	10,63	0	0,00	**1**	**2,13**

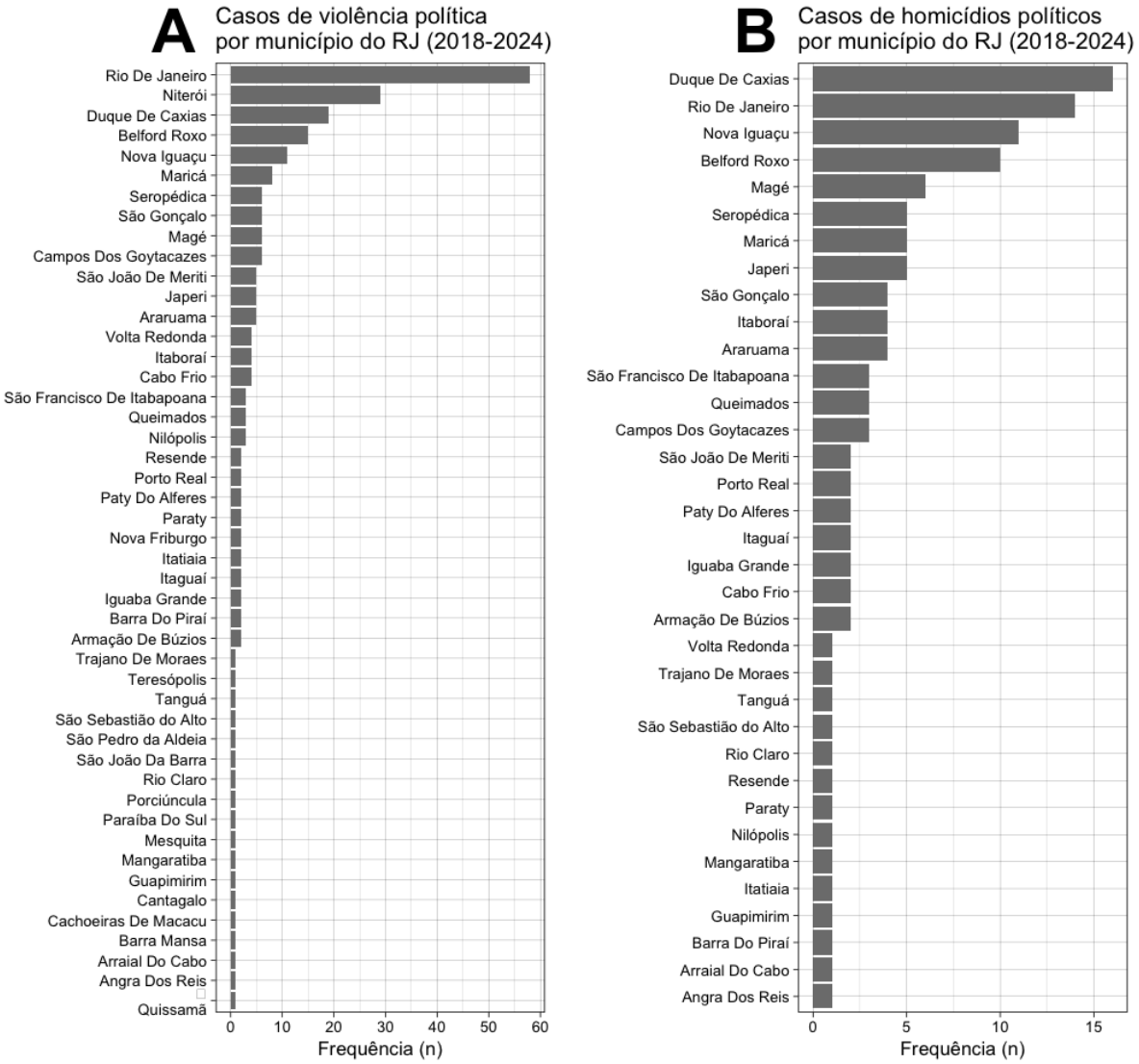
Rio Das Ostras	62	42,47	36	23,89	81	52,19	65	40,74	46	29,39	**290**	**37,74**
Rio De Janeiro	1.865	27,88	746	11,10	1.316	19,50	1.255	18,52	1.042	16,78	**6.224**	**18,76**
Santa Maria Madalena	2	19,20	2	19,22	5	48,11	1	9,63	1	9,77	**11**	**21,19**
Santo Antônio De Pádua	10	23,61	11	25,90	14	32,86	13	30,44	10	24,20	**58**	**27,40**
São Francisco De Itabapoana	12	28,44	21	49,76	3	7,10	33	78,17	33	73,24	**102**	**47,34**
São Fidélis	7	18,12	3	7,76	19	49,08	3	7,74	3	7,70	**35**	**18,08**
São Gonçalo	444	41,20	289	26,64	396	36,27	408	37,14	251	27,99	**1.788**	**33,85**
São João Da Barra	8	22,14	11	30,47	7	19,21	10	27,22	8	21,87	**44**	**24,18**
São João De Meriti	176	37,30	133	28,15	150	31,71	176	37,17	139	31,52	**774**	**33,17**
São José De Ubá	0	0,00	2	27,89	0	0,00	1	13,81	1	14,14	**4**	**11,17**
São José Do Vale Do Rio Preto	2	9,23	0	0,00	5	22,81	0	0,00	0	0,00	**7**	**6,41**
São Pedro da Aldeia	57	55,42	55	52,64	41	38,66	35	32,54	22	21,15	**210**	**40,08**
São Sebastião do Alto	1	10,72	2	21,37	0	0,00	0	0,00	0	0,00	**3**	**6,42**
Sapucaia	2	10,99	2	10,97	0	0,00	2	10,94	2	34,21	**8**	**13,42**
Saquarema	28	31,93	8	8,97	20	22,07	31	33,71	16	17,87	**103**	**22,91**
Seropédica	18	20,75	7	8,50	12	14,44	23	27,43	9	11,17	**69**	**16,46**
Silva Jardim	8	36,74	0	0,00	6	27,55	16	73,47	4	18,73	**34**	**31,30**
Sumidouro	1	6,42	2	12,80	1	6,38	0	0,00	1	6,58	**5**	**6,44**

Tanguá	11	32,48	3	8,74	7	20,22	8	22,92	9	28,95	**38**	**22,66**
Teresópolis	27	14,93	21	11,50	22	11,94	22	11,83	32	19,38	**124**	**13,92**
Trajano De Moraes	1	9,42	3	28,23	2	18,79	1	9,38	1	9,71	**8**	**15,11**
Três Rios	20	24,55	46	56,23	23	28,00	26	31,52	25	31,91	**140**	**34,44**
Valença	5	6,56	4	5,23	8	10,40	7	9,06	9	10,51	**33**	**8,35**
Varre-Sai	0	0,00	0	0,00	2	18,00	1	8,92	0	0,00	**3**	**5,38**
Vassouras	4	10,90	3	8,13	7	18,87	11	29,52	3	8,83	**28**	**15,25**

Fonte: Elaboração própria a partir de Ipea Data Social (DATASUS, 2022).

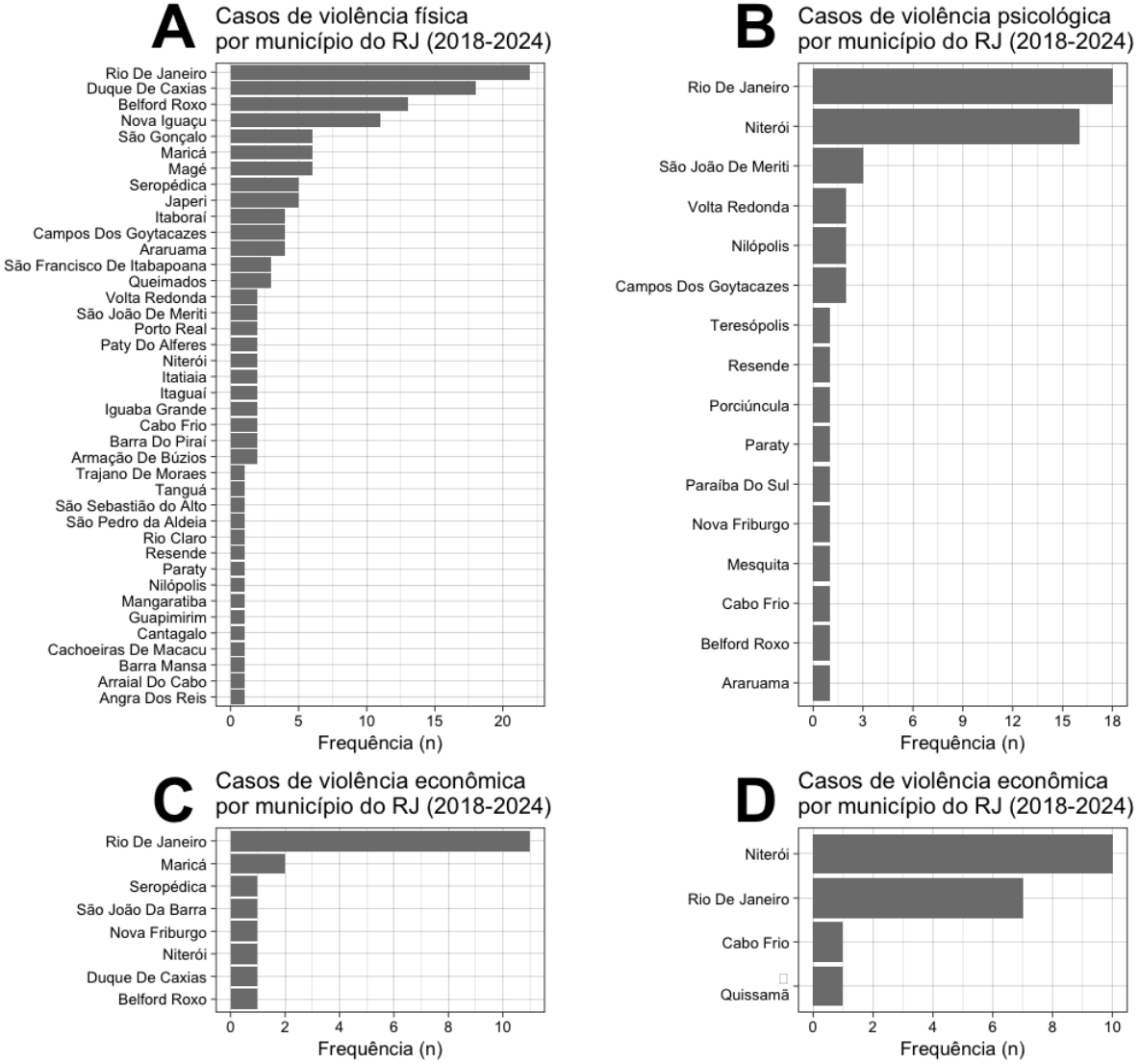
APÊNDICE B

Figura 18 - Mosaico com a distribuição da violência política e eleitoral e dos homicídios (tentados e consumados) contra lideranças pelos municípios do RJ (2018-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

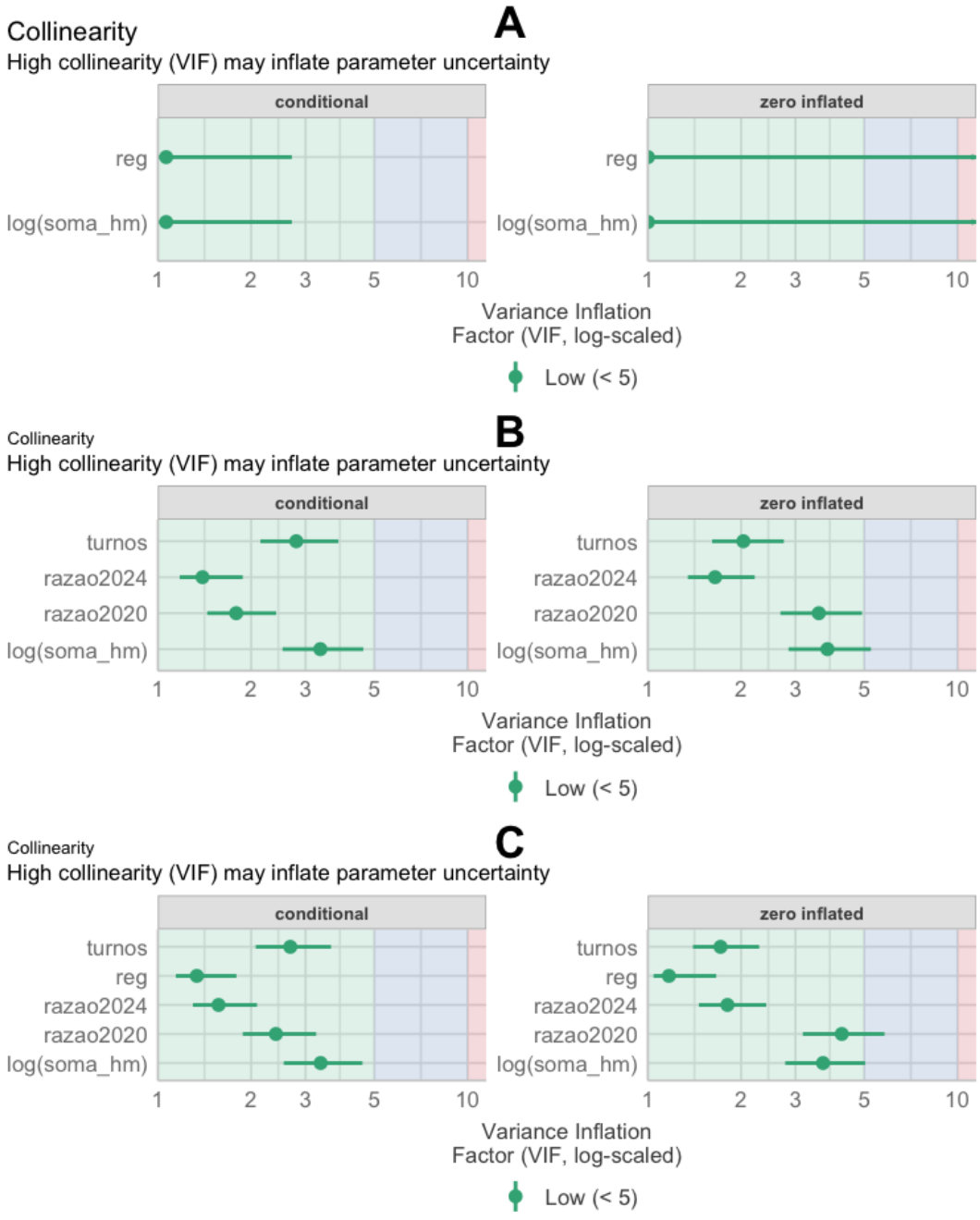
Figura 19 - Mosaico com a distribuição dos tipos de violência pelos municípios do RJ (2018-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de OVPE (GIEL, 2024a).

APÊNDICE C

Figura 20 - Mosaico dos testes de multicolinearidade (VIF) para Modelos ZINB 2, 3 e 4



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do OVPE (GIEL, 2024a).

*Na **figura 20,** o gráfico A exibe o *plot* de multicolinearidade (VIF) do 2° modelo ZINB. O gráfico B, do 3° modelo ZINB. E o gráfico C, o 4° modelo ZINB.

APÊNDICE D

Tabela 9 - Resultados Modelos ZINB 1 e 2

	Modelo 1					**Modelo 2**				
Preditores	*Função de ligação*	*std. Error*	*I.C.*	*Estatística*	*p*	*Função de ligação*	*std. Error*	*I.C.*	*Estatística*	*p*
Count Model										
(Intercepto)	0.06	0.05	0.01 – 0.32	-3.33	**0.001**	0.05	0.04	0.01 – 0.25	-3.77	**<0.001**
(Ln) Frequência homicídio comum	1.92	0.25	1.49 – 2.48	5.03	**<0.001**	1.88	0.21	1.51 – 2.35	5.61	**<0.001**
Região [Metropolitana]						1.81	0.59	0.96 – 3.41	1.84	0.066
Zero-Inflated Model										
(Intercepto)	2.97	5.39	0.08 – 104.09	0.60	0.548	1.78	3.27	0.05 – 65.82	0.31	0.755
(Ln) Frequência homicídio comum	0.64	0.20	0.34 – 1.19	-1.40	0.161	0.76	0.24	0.41 – 1.40	-0.89	0.374
Região [Metropolitana]						0.23	0.35	0.01 – 4.29	-0.98	0.328
Observations			**92**					**92**		
AIC			**223.032**					**219.410**		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do OVPE (GIEL, 2024a), com auxílio do pacote SjPlot (LÜDECKE, 2023)

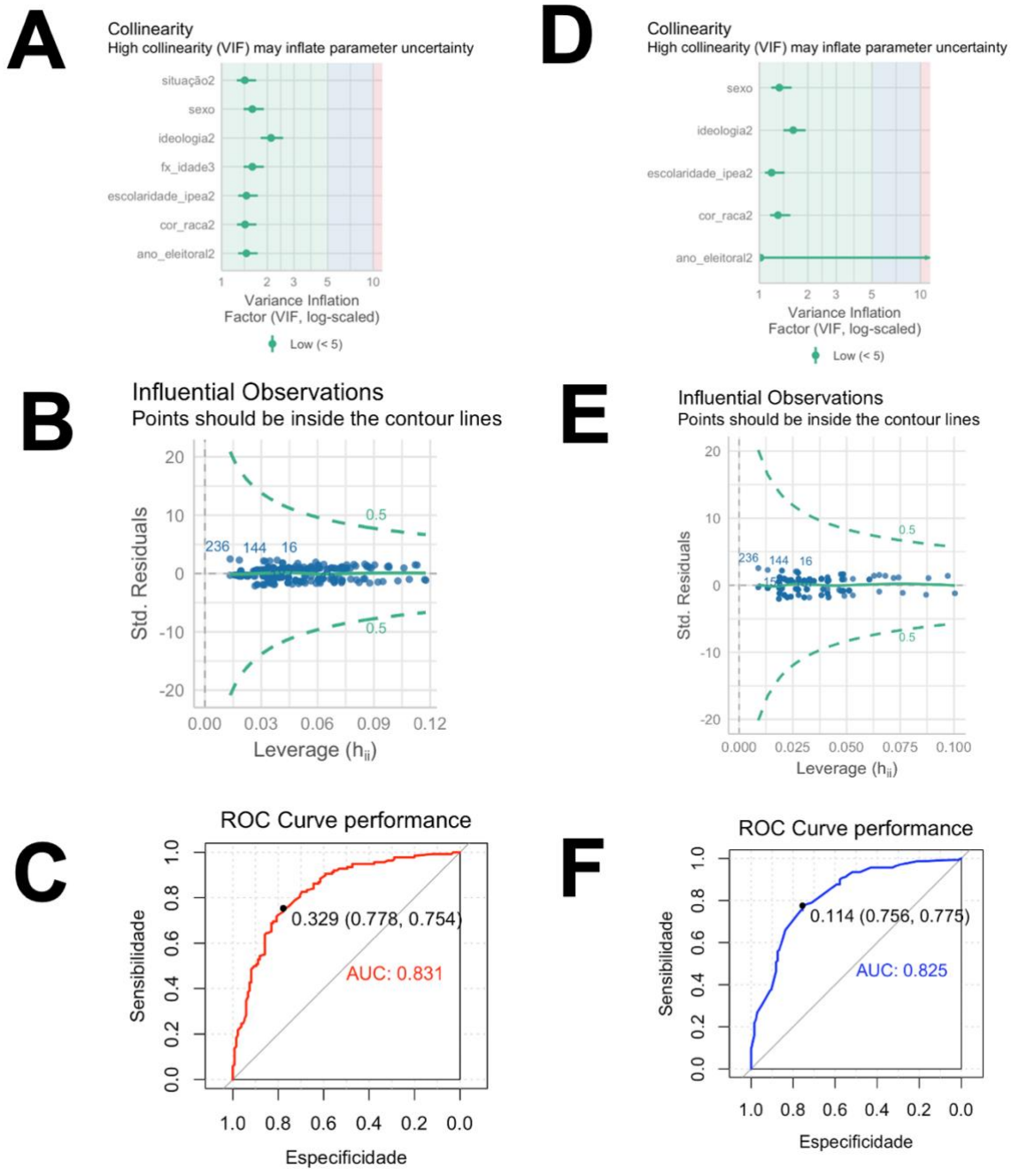
Tabela 10 - Resultados Modelos ZINB 3 e 4

	Modelo 3					Modelo 4				
Preditores	*Função de ligação*	*std. Error*	*I.C.*	*Estatística*	*p*	*Função de ligação*	*std. Error*	*I.C.*	*Estatística*	*p*
Count Model										
(Intercepto)	0.11	0.12	0.01 – 1.02	-1.94	0.052	0.08	0.08	0.01 – 0.54	-2.60	**0.009**
(Ln) Frequência homicídio comum	1.73	0.39	1.11 – 2.69	2.44	**0.015**	1.85	0.33	1.30 – 2.63	3.41	**0.001**
Região [Metropolitana]	1.43	0.79	0.48 – 4.24	0.65	0.516	1.53	0.68	0.64 – 3.66	0.97	0.333
Quantidade de turnos [Dois turnos]	1.00	0.03	0.95 – 1.05	-0.07	0.948	0.96	0.03	0.92 – 1.02	-1.38	0.167
Razão candidato/vaga câmara municipal 2020	1.00	0.05	0.91 – 1.10	-0.04	0.966	1.03	0.05	0.94 – 1.12	0.63	0.529
Razão candidato/vaga câmara municipal 2024						2.12	0.69	1.12 – 4.01	2.31	**0.021**
Zero-Inflated Model										
(Intercepto)	8.44	18.40	0.12 – 606.35	0.98	0.328	5.11	10.68	0.08 – 307.69	0.78	0.436
(Ln) Frequência homicídio comum	0.54	0.33	0.16 – 1.76	-1.03	0.304	0.56	0.33	0.18 – 1.75	-1.00	0.319
Região [Metropolitana]	0.83	1.50	0.02 – 28.44	-0.10	0.918	0.63	1.00	0.03 – 14.29	-0.29	0.770
Quantidade de turnos [Dois turnos]	1.05	0.11	0.86 – 1.28	0.51	0.608	1.12	0.13	0.89 – 1.42	0.97	0.333
Razão candidato/vaga câmara municipal 2020	0.92	0.13	0.70 – 1.21	-0.60	0.551	0.88	0.14	0.65 – 1.19	-0.84	0.403
Razão candidato/vaga câmara municipal 2024						0.17	0.22	0.01 – 2.16	-1.36	0.172
Observations			**92**					**92**		
AIC			**234.063**					**227.051**		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do OVPE (GIEL, 2024a), com auxílio do pacote SjPlot (LÜDECKE, 2023)

APÊNDICE E

Figura 21 - Mosaico dos testes de multicolinearidade (VIF), presença de outliers e curva ROC dos Modelos Logísticos Binários de Violência Física



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do OVPE (GIEL, 2024a).

APÊNDICE F

Tabela 11 - Resultados Modelos Logísticos Binários de Violência Física

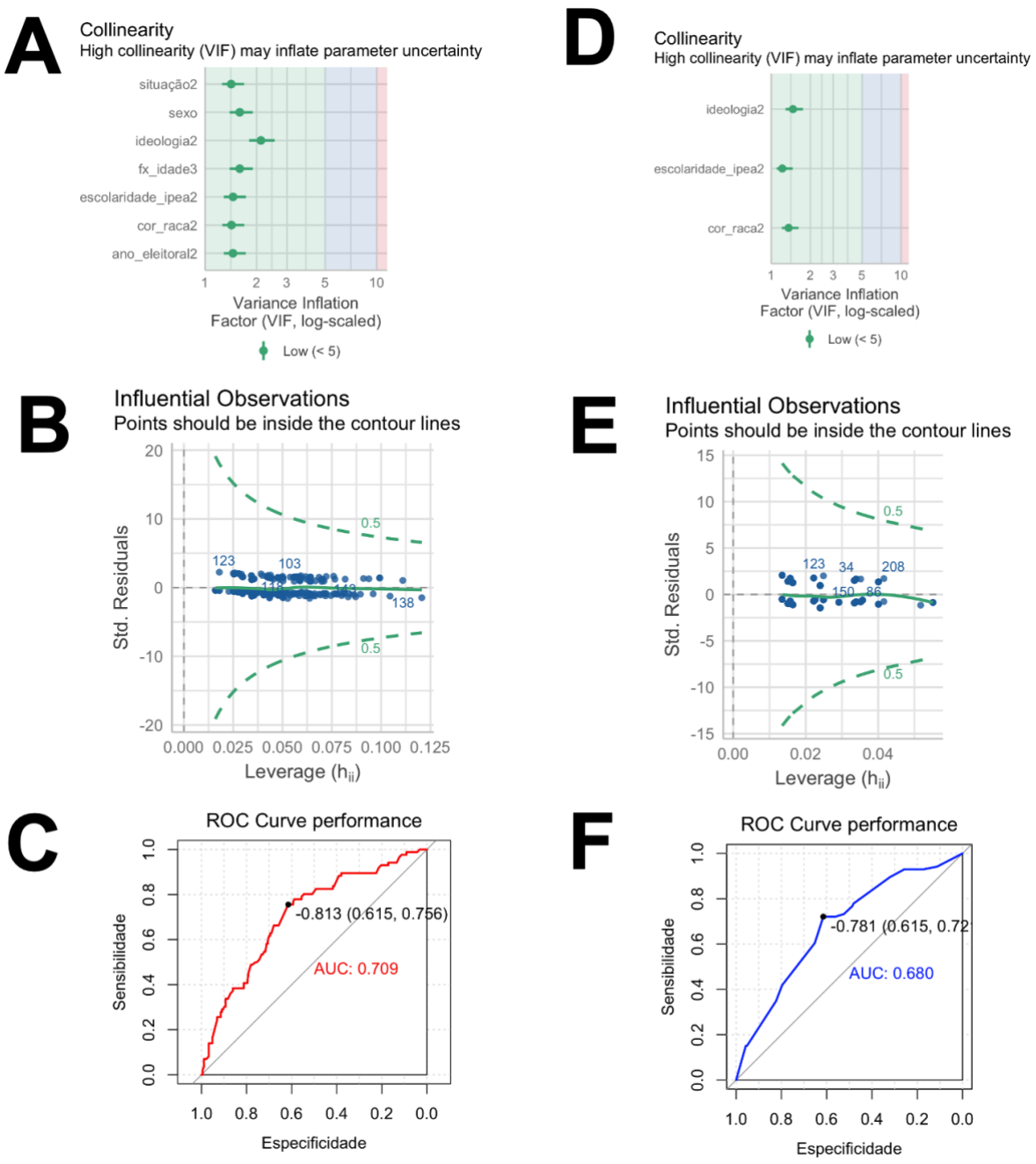
	Violência física (modelo completo)					**Violência física (melhor ajuste)**				
Preditores	*Razão de chances*	*std. Error*	*I.C.*	*Estatística*	*p*	*Razão de chances*	*std. Error*	*I.C.*	*Estatística*	*p*
(Intercepto)	1.08	0.97	0.19 – 6.27	0.09	0.931	1.61	1.09	0.43 – 6.17	0.71	0.480
Sexo [Masculino]	2.74	1.22	1.15 – 6.69	2.26	**0.024**	2.66	1.17	1.13 – 6.40	2.24	**0.025**
Escolaridade [Nível 3]	0.74	0.37	0.27 – 1.95	-0.59	0.553	0.76	0.36	0.29 – 1.90	-0.57	0.567
Escolaridade [Nível 4]	0.43	0.20	0.16 – 1.07	-1.78	0.075	0.44	0.20	0.18 – 1.07	-1.79	0.074
Cor/raça [Não branca]	1.95	0.68	1.00 – 3.93	1.92	0.055	2.11	0.72	1.10 – 4.21	2.19	**0.028**
Faixa de idade [30 a 39 anos]	1.86	1.14	0.56 – 6.29	1.02	0.310					
Faixa de idade [40 a 49 anos]	2.18	1.26	0.70 – 6.80	1.35	0.176					
Faixa de idade [50 a 59 anos]	1.30	0.80	0.39 – 4.34	0.43	0.670					
Faixa de idade [60 anos ou mais]	0.83	0.56	0.22 – 3.10	-0.28	0.777					
Ideologia [Direita]	0.99	0.40	0.43 – 2.18	-0.03	0.976	0.94	0.37	0.42 – 2.03	-0.15	0.880
Ideologia [Esquerda]	0.10	0.06	0.03 – 0.30	-3.98	**<0.001**	0.10	0.05	0.03 – 0.28	-4.26	**<0.001**
Ano [Eleitoral]	0.48	0.19	0.22 – 1.03	-1.86	0.063	0.57	0.19	0.30 – 1.08	-1.71	0.086
Situação [Candidato]	1.19	0.43	0.58 – 2.43	0.47	0.638					
Observations			**273**					**273**		
AIC			**302.882**					**297.886**		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do OVPE (GIEL, 2024a) com auxílio do pacote SjPlot (LÜDECKE, 2023).

.

APÊNDICE G

Figura 22 – Mosaico dos testes de multicolinearidade (VIF), presença de outliers e curva ROC dos Modelos Logísticos Binários de Violência Psicológica



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do OVPE (GIEL, 2024a).

APÊNDICE H

Tabela 12 - Resultados Modelos Logísticos Binários de Violência Psicológica

	Violência psicológica (modelo completo)					**Violência psicológica (melhor ajuste)**				
Predictors	*Razão de Chances*	*std. Error*	*CI*	*Estatística*	*p*	*Razão de Chances*	*std. Error*	*CI*	*Estatística*	*p*
(Intercepto)	0.83	0.70	0.15 – 4.34	-0.23	0.821	0.42	0.22	0.15 – 1.13	-1.67	0.094
Sexo [Masculino]	0.95	0.36	0.45 – 2.04	-0.13	0.894					
Escolaridade [Nível 3]	0.86	0.42	0.34 – 2.27	-0.31	0.760	0.83	0.38	0.34 – 2.07	-0.41	0.679
Escolaridade [Nível 4]	1.88	0.82	0.82 – 4.56	1.45	0.146	1.65	0.68	0.75 – 3.81	1.22	0.222
Cor/raça [Não branca]	0.46	0.15	0.23 – 0.86	-2.37	**0.018**	0.46	0.15	0.24 – 0.86	-2.40	**0.016**
Faixa de idade [30 a 39 anos]	0.64	0.36	0.22 – 1.94	-0.80	0.425					
Faixa de idade [40 a 49 anos]	0.35	0.19	0.12 – 1.06	-1.90	0.058					
Faixa de idade [50 a 59 anos]	0.64	0.37	0.20 – 2.05	-0.76	0.445					
Faixa de idade [60 anos ou mais]	0.61	0.38	0.18 – 2.07	-0.80	0.423					
Ideologia [Direita]	0.78	0.33	0.34 – 1.86	-0.57	0.565	0.84	0.35	0.38 – 1.94	-0.42	0.673
Ideologia [Esquerda]	2.13	1.13	0.77 – 6.16	1.43	0.152	2.53	1.17	1.04 – 6.47	2.00	**0.046**
Ano [Eleitoral]	1.11	0.41	0.54 – 2.29	0.29	0.773					
Situação [Candidato]	0.79	0.27	0.40 – 1.53	-0.71	0.480					
Observations	**273**					**273**				
AIC	**334.960**					**326.146**				

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do OVPE (GIEL, 2024a) com auxílio do pacote SjPlot (LÜDECKE, 2023).